

UFABC – UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais

Dissertação de Mestrado

Renata Faleiros Camargo Moreno

ALÉM DO QUE SE VÊ

Uma leitura das contribuições do feminismo para a economia

SANTO ANDRÉ

2013

Renata Faleiros Camargo Moreno

ALÉM DO QUE SE VÊ

Uma leitura das contribuições do feminismo para a economia

Dissertação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Ciências Humanas e Sociais.

Linha de Pesquisa: Economia, Desenvolvimento e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. Ramon Garcia Fernandez

SANTO ANDRÉ

2013

RENATA FALEIROS CAMARGO MORENO

ALÉM DO QUE SE VÊ

Uma leitura das contribuições do feminismo para a economia

Essa dissertação foi julgada e aprovada para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Humanas e Sociais no Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC.

Prof. Dr. Ramon Garcia Fernandez
Orientador

BANCA EXAMINADORA

Dra. Maria Lúcia da Silveira, PMSP

Prof. Dr. Giorgio Romano Schutte, UFABC

Santo André, julho de 2013.

Profª. Dra. Ana Keila Mosca Pinezi
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais

Este exemplar foi revisado e alterado em relação à versão original, de acordo com as observações levantadas pela banca no dia da defesa, sob responsabilidade única da autora e com a anuência de seu orientador.

Santo André, 5 de novembro de 2013

Assinatura da autora: _____

Assinatura do orientador: _____

Agradecimentos

A ideia, o começo, o meio e o fim dessa dissertação de mestrado contaram com contribuições diretas e indiretas sem as quais tudo teria sido ainda mais difícil. Essas linhas de agradecimento dificilmente expressam o alcance da importância de cada uma dessas pessoas.

Agradeço ao PCHS da UFABC e em especial ao Prof. Dr. Ramon Garcia Fernandez, por ter acolhido o tema e enfoque que escolhi, pelo incentivo, críticas sinceras e liberdade em todo o processo. À Maria Lúcia da Silveira e ao Prof. Dr. Giorgio Romano pelas contribuições, críticas e sugestões na qualificação que contribuíram muito para o desenvolvimento da dissertação.

A todas as minhas companheiras da SOF onde entrei em contato com o mundo da economia feminista, transformando definitivamente minha visão sobre esse mundo capitalista e patriarcal. Com elas aprendi a enxergar onde é preciso mudar e como podemos fazer isso juntas: Nalu, Laís, Soninha, Miriam e Neide são figuras essenciais neste processo, assim como as queridas Maria Fernanda, Sarah, Andréia, Elaine, Alê, Célia e Maysa: obrigada pelo companheirismo de todo dia e paciência dos últimos...

À minha mãe e meu pai agradeço o investimento de muitos e muitos anos na minha formação, saúde e existência, além dos cafés, apoio e incentivo da minha mãe que traduziram na prática o trabalho de cuidados que teoricamente busquei sistematizar nesse texto. Às hermanas Carolina e Paula agradeço muito pela revisão do português e do inglês, além de todo o papel de irmãs mais velhas que elas parecem gostar de desempenhar.

Pela leitura, releitura, críticas e correções, agradeço às queridas: Taís Viúdes, minha amiga sempre presente que me ajudou a buscar uma síntese possível entre a militante e a mestrande; Marilane Teixeira pela direção nos assuntos da economia feminista e da conjuntura econômica; Marisa Mello pelo carinho e seriedade acadêmica; Nalu Faria pela referência e confiança política de sempre.

Ao Denis agradeço pelo ouvido, disponibilidade e habilidades gráficas. Aos queridos Vini Macário, Marcelo Viamão, Bruno Videira, Gustavo Felinto e Daniel Gaio e às minhas grandes amigas da vida Ju Terribili, Táli Pires, Thandara Santos, Jéssika Martins, Camila Furchi agradeço pelo apoio amigo, companheiro e paciência elástica. Por incentivos múltiplos: Aparecida, Betina, Virtude, Henrique, Zarref, Bianca e Herbert. Ao William agradeço pelas referências bibliográficas. Ao Fred, Tatau, Taís e Maria Lúcia pelo incentivo direto lá na época do projeto de pesquisa. À Ju e Bruna pela força no último dia. Ao Mauro pela presença indispensável e inspiradora na reta final. Ao Granado, pela referência e método.

Sem o companheirismo e cumplicidade do meu irmão de vida Gustavo e da minha mana Bruna desde a ideia do “vamos fazer mestrado?”, passando pelas idas e vindas de Santo André e a

finalização das nossas dissertações, este processo poderia ter sido possível, mas não seria nem um pouco agradável e divertido. Graças aos dois, acabo um mestrado interdisciplinar na linha de desenvolvimento e economia, sabendo um tanto de cultura e comunicação.

À Antonella Picchio e a Cristina Carrasco por existirem e conseguirem combinar tão bem suas opções políticas e militantes com seus textos teóricos e acadêmicos, que são uma inspiração pra uma feminista gostar de economia.

A inspiração, motivação e sentido dessa dissertação estão diretamente relacionados ao feminismo como movimento e processo coletivo de produção de ação e reflexão. Sou profundamente grata por estar junto com todas as companheiras que seguem obstinadamente em marcha até que todas sejamos livres.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo geral explorar as potencialidades analíticas que a crítica feminista proporciona para a análise econômica e para a análise das políticas econômicas e sociais na perspectiva da construção de igualdade. O texto sistematiza referenciais teóricos e políticos desenvolvidos pela economia feminista, apresentando suas contribuições para a compreensão das dinâmicas das relações sociais de sexo na realidade brasileira. A abordagem proposta se localiza na teoria crítica feminista, em estreito diálogo com as elaborações do movimento feminista. A ênfase da dissertação é na economia feminista, embora suas reflexões se apoiem também em contribuições sociológicas, considerando a interdisciplinaridade característica dos estudos feministas. A sistematização versa sobre a consolidação da economia feminista enquanto corrente do pensamento econômico, sobre as análises feministas acerca dos cuidados e do trabalho das mulheres em um mundo globalizado. A partir destes referenciais teóricos, são apresentadas as proposições políticas de organizações do movimento feminista na América Latina e no Brasil; a Rede Latino-americana Mulheres Transformando a Economia, a Marcha Mundial das Mulheres e a Marcha das Margaridas.

Palavras-chave: Feminismo, Economia Feminista, Divisão sexual do trabalho, Trabalho Doméstico e de Cuidados.

ABSTRACT

This research has as its general objective to exploit the analytical potentialities that the feminist critique contributes to the economic analysis and to the analysis of the economic and social policies focusing on building equality. The work systematizes theoretical and political references developed by feminist economics, presenting its contributions to understanding the dynamics of sex social relations in the Brazilian reality. The approach suggested is located within the feminist critique theory, in close dialogue with the elaborations of the feminist movement. The emphasis of this dissertation is on feminist economics, although its reflections are also supported by sociological contributions, considering the interdisciplinarity trait of feminist studies. The systematization talks about the consolidation of feminist economics as an economic stream of thought, and the analysis of questions such as caring and feminine labour in the globalized world. Starting from theoretical references, the political propositions of feminist movement organizations in Latin America and Brazil are presented, in particular, the Latin American Network of Women Changing Economics (Remte), the World March of Women and the March of the Daisies.

Keywords: Feminism, Feminist Economics, Sexual division of labour, Domestic labour and care, Feminist movement.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1. O fluxo circular de renda ampliado p. 41
- Figura 2. A cadeia de sustentação das necessidades humanas p. 48

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO.....	12
II. OBJETIVOS E METODOLOGIA.....	15
1. ANÁLISES FEMINISTAS SOBRE A TEORIA ECONÔMICA.....	19
1.1 – Conceituando a opressão das mulheres	20
1.2 – A economia feminista	22
1.3 – Além do gênero, uma abordagem feminista.....	24
1.4 –A construção social do conhecimento: uma epistemologia patriarcal	27
1.5 – A exclusão das mulheres da teoria econômica	29
1.6 - A construção de novos marcos analíticos pela economia feminista.....	40
1.7- A sustentabilidade da vida.....	43
1.8- Indicadores: propostas e metodologias feministas.....	49
1.8.1- <i>Uma aproximação às pesquisas sobre tempo e trabalho das mulheres no Brasil..</i>	52
1.9- Alinhavando reflexões	53
2. A QUESTÃO DOS CUIDADOS: TRABALHO, RELAÇÕES E CONDIÇÕES DE VIDA.....	55
2.1- O lugar dos cuidados na análise econômica.....	56
2.2. O Estado – cuidador ou reprodutor das desigualdades?	63
2.2.1 – <i>Contribuições das análises feministas sobre o Estado de Bem Estar Social.....</i>	66
2.3 - A mercantilização dos cuidados	71
2.4 - A organização dos cuidados na família	75
2.5. Os usos da economia do cuidado	76
3. ANÁLISES FEMINISTAS SOBRE A SOCIEDADE DE MERCADO: GLOBALIZAÇÃO, EMPREGO E POBREZA	81
3.1. A resposta feminista aos programas de ajuste estrutural.....	83
3.2. A divisão sexual do trabalho na sociedade de mercado.....	88
3.2.1. <i>As novas configurações da precariedade e flexibilização</i>	91
3.3. Pobreza entre as mulheres: diagnósticos e políticas.....	96
3.3.1. <i>Mudanças no enfrentamento à pobreza na América Latina</i>	100
3.4. Alinhavando reflexões	102
4. A ECONOMIA NA AGENDA POLÍTICA DO FEMINISMO	104
4.1. Uma aproximação ao movimento feminista no Brasil e América Latina	106
4.1.1. <i>Rede Mulheres Transformando a Economia</i>	107
4.1.2. <i>A Marcha Mundial das Mulheres.....</i>	109
4.1.3. <i>A Marcha das Margaridas.....</i>	111
4.2. Análises, ações e proposições feministas	113
4.2.1. <i>O enfrentamento aos acordos de livre comércio.....</i>	113

4.2.2. A crítica à sociedade de mercado	116
4.3. Por alternativas geradoras de igualdade	119
4.4. Em luta pela autonomia econômica das mulheres	121
4.4.1. A valorização do salário mínimo na agenda feminista	123
4.5. Uma agenda feminista para o campo	127
4.6. Aportes dos movimentos à teoria feminista	131
5. CONCLUSÃO	133
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	139

I. INTRODUÇÃO

A resistência e reação das mulheres, individual ou coletivamente, a situações de desigualdade e opressão se verificam em diversos momentos da história, antes mesmo de o feminismo se auto identificar e ser abordado como um movimento político.

Nessa dissertação, o feminismo é entendido como a articulação, pelas mulheres, de um conjunto coerente de reivindicações por transformações em suas vidas e de estratégias para alcançá-las, tanto na elaboração teórica como na prática política (MIGUEL, 2002). Trata-se de uma forma de perceber e interpretar a sociedade que orienta uma atuação sobre a realidade, tomando como referência a compreensão das diferenças e a transformação das desigualdades que marcam as relações entre homens e mulheres.

Tornar visível é ao mesmo tempo uma estratégia e um objetivo da atuação das mulheres com perspectiva feminista. A filósofa espanhola, Celia Amorós (2007) insiste em que “fazer ver” é o aspecto constitutivo do feminismo enquanto teoria. Segundo esta autora, a teoria feminista constitui um paradigma na medida em que organiza um marco interpretativo que determina a visibilidade e constitui como fatos dignos de investigação fenômenos que não seriam pertinentes, nem significativos, desde outros paradigmas. Ao mesmo tempo, ela se constitui como uma teoria crítica e, por vezes, direcionada aos demais paradigmas que desconsideram as mulheres (e determinados fenômenos vinculados a elas) enquanto objeto das teorias sociais. Neste sentido, a teoria feminista não representa apenas mais um paradigma, mas sim a proposição de questionamentos ao viés androcêntrico de outros paradigmas, trazendo referenciais capazes de analisar o conjunto de práticas e relações sociais, considerando a estrutura sexuada da sociedade. Esta é a perspectiva orientadora desta dissertação, que circunscreve seu objeto na crítica e debates feministas sobre a economia.

Os estudos feministas proliferaram na academia na segunda metade do século XX, de forma simultânea à retomada do feminismo enquanto um movimento auto-organizado de mulheres com força significativa. Ele articulou reivindicações relativas a sexualidade e autonomia das mulheres ao questionamento estrutural das relações patriarcais e capitalistas. Neste processo foi desenvolvida uma diversidade de concepções e perspectivas norteadoras no debate teórico e político feminista.

Se há uma invisibilidade das mulheres enquanto sujeitos históricos e políticos, também podem ser verificados, na produção do conhecimento, processos permanentes de validação ou não de abordagens assumidamente feministas e posicionadas, da mesma forma que se verifica em

outras perspectivas teóricas críticas ao *status quo*. Um exemplo é a abordagem de gênero, que por ser mais palatável que a perspectiva feminista e por ter sido incorporada a algumas teorias dominantes, figura em um maior número de programas acadêmicos no Brasil, ainda que mesmo estes sejam reduzidos se comparados à universidades de países da Europa e Estados Unidos. Em geral, a diferença entre essas duas abordagens reside no fato de que além da descrição das diferenças e desigualdades de gênero, a perspectiva feminista apresenta críticas às estruturas da desigualdade e aponta as possibilidades de transformação. No caso das atividades econômicas, trata-se não apenas de dizer onde estão as mulheres, mas de ir além e explicar e explicitar os motivos pelos quais suas atividades são ocultadas na teoria e mantidas desvalorizadas na prática, questionando-os.

No âmbito do movimento feminista, as análises e apostas sobre qual estratégia deve ser implementada para a transformação da realidade das mulheres também são variadas. Alguns setores privilegiam as transformações culturais e simbólicas, outros afirmam que a base material da desigualdade importa e é central para mudanças efetivas. Há setores que orientam a atuação para a conquista de leis e igualdade formal, e outros que tem como foco transformações em nível individual e nos modos de vida. Entre outros, há um campo do movimento feminista que articula a teoria e a prática política por uma transformação social que não se restrinja ao mundo público nem apenas ao privado, incidindo no conjunto das relações desiguais entre homens e mulheres que perpassam as esferas interdependentes do público e do privado. Da mesma forma, esta perspectiva se orienta pela construção da igualdade entre homens e mulheres sem prescindir de superar as diferentes formas de discriminação e desigualdade social, sejam elas de gênero, classe, raça e/ou orientação sexual.

É nessa visão que a economia importa, tanto como teoria, como enquanto realidade a ser modificada. Transformar a economia e as bases materiais da desigualdade entre homens e mulheres se torna central para a atuação de um feminismo comprometido com a igualdade como princípio articulador da sociedade que se pretende construir.

É a partir deste campo do movimento feminista que partem as análises e referenciais teóricos desta dissertação, explicitamente ancorada na visão elaborada em uma intervenção militante na Marcha Mundial das Mulheres, mas também na experiência profissional na Sempreviva Organização Feminista (SOF) e na assessoria à Rede Latino-americana Mulheres Transformando a Economia (REMTE). Explicitar de onde se parte e em qual visão a pesquisa se baseia, renunciando qualquer pretensão de neutralidade é, conforme Sandra Harding argumentou

no primeiro número do periódico *Feminist Economics*, condição para adquirir objetividade teórica (MATTHAEI, 2002).

A motivação para esta pesquisa partiu, portanto, da militância neste movimento que se define como feminista e anti-capitalista e procura desconstruir, teórica e praticamente, a visão de que a economia é composta apenas por fórmulas e números manejados por especialistas. Neste sentido, a economia passa a ser vista como o conjunto de processos necessários para a produção do viver. A partir da reflexão sobre seu cotidiano de trabalho, a construção de uma percepção das mulheres sobre o funcionamento do capitalismo patriarcal, verifica que os beneficiários da opressão das mulheres são tanto os homens como grupo social como o capitalismo enquanto modo de produção.

As análises e proposições políticas para a construção da igualdade demandam, no campo da economia, um arcabouço teórico que, no Brasil, se encontra espalhado no âmbito de setores do movimento feminista. Por isso propusemos, nessa dissertação, uma sistematização abrangente que busca identificar as potencialidades analíticas que a crítica feminista apresenta tanto para a teoria econômica quanto para as políticas econômicas e sociais. Consideramos que estes referenciais teóricos e políticos contribuem para a identificação dos desafios que um projeto político de igualdade deve enfrentar para atingir seus objetivos.

Em um período em que os países centrais vivenciam uma crise econômica, é oportuno demonstrar que o funcionamento da economia vai mal, afetando os direitos do conjunto da população trabalhadora, mas que os processos de produção da vida também estão em crise, resultando em sobrecarga de trabalho para uma parcela da população, notadamente as mulheres. Neste sentido, os estudos feministas são prejudicados se permanecem restritos como a análise de apenas um aspecto da realidade que interessa às mulheres, e ampliam seu alcance na medida em que dialogam com perspectivas críticas gerais de análise da totalidade da vida social e econômica. As contribuições da teoria feminista para a economia atuam, portanto, em duas frentes: buscando o diálogo e incorporação desta perspectiva nos debates gerais, ao mesmo tempo em que posiciona as questões econômicas com centralidade na agenda feminista.

Neste caso, há um processo em curso de ampliação das reivindicações e propostas relativas ao trabalho das mulheres, extrapolando a demanda presente durante todo o século XX e atual até os dias de hoje de “salário igual para trabalho igual”. Adquirem centralidade questões relativas ao trabalho doméstico e de cuidados realizado de forma não remunerada, seu compartilhamento com os homens e o Estado, bem como proposições em torno da autonomia

econômica das mulheres. Esta vai além da autonomia conquistada com o trabalho remunerado, mas incorpora o acesso a um conjunto de direitos e serviços que garantem determinadas condições de vida para as mulheres e pessoas que delas dependem (MMM, 2010).

Outro elemento presente nestas reflexões é a compreensão sobre a igualdade, que se propõe a ir além de uma equivalência aos homens, com um avanço das mulheres ao que é socialmente valorizado, mas também coloca no debate público o que é considerado privado e deve ser reconhecido, valorizado e assumido socialmente, que é justamente a produção do viver. Ou seja, trata-se de abordar a igualdade não apenas a partir do que falta às mulheres para se igualarem aos homens, deslocando a visão de vitimização destas para dar visibilidade a seu papel de atoras econômicas fundamentais para a manutenção da vida econômica e social, bem como para a sustentabilidade da vida humana.

II. OBJETIVOS E METODOLOGIA

Esta pesquisa tem como objetivo geral explorar as potencialidades analíticas que a crítica feminista proporciona para a análise econômica e para a análise das políticas econômicas e sociais na perspectiva da construção de igualdade entre homens e mulheres.

Os objetivos específicos da pesquisa são:

- sistematizar referenciais teóricos e políticos desenvolvidos pela economia feminista;
- verificar como os referenciais teóricos internacionais propostos pelos estudos da economia feminista são incorporados e desenvolvidos por organizações do movimento feminista na América Latina e no Brasil, a partir da identificação de temas centrais, debates e ações políticas em torno desses.

A abordagem proposta se localiza na teoria crítica feminista (AMORÓS e MIGUEL, 2007) que se orienta pelo questionamento dos paradigmas androcêntricos das ciências humanas e sociais, em estreito diálogo com as elaborações do movimento feminista. A ênfase da dissertação é na economia feminista, embora suas reflexões se apoiem também em contribuições sociológicas, considerando a interdisciplinaridade característica dos estudos feministas (CARRASCO, 2008).

O termo androcêntrico é utilizado para se referir à construção de noções e teorias que tomam a experiência dos homens como universal, ao ocultar e/ou desconsiderar as experiências das mulheres. Uma ciência que se produza naturalizando as experiências dos homens como se

fossem universais, tem como consequência uma construção enviesada do fenômeno que pretende demonstrar e estudar. Isso porque desconsidera em primeiro lugar que a humanidade é composta por homens e mulheres e, ainda, que há diferenças e desigualdades significativas entre esses sujeitos (FARIA e MORENO, 2012).

Para esta sistematização, foram identificados três conjuntos de questões centrais na trajetória da economia feminista: sua consolidação enquanto corrente do pensamento econômico, a questão dos cuidados e seu rol crucial no desenvolvimento de uma economia feminista, e as análises feministas sobre o trabalho das mulheres em economias globalizadas. A partir destas questões, apresentamos as proposições políticas de organizações do movimento feminista na América Latina e no Brasil, em particular.

O primeiro capítulo se inicia com uma delimitação da abordagem feminista utilizada na dissertação, situada no campo da teoria crítica feminista, e tem como base a problematização desenvolvida pela sociologia sobre divisão sexual do trabalho e consubstancialidade das relações de classe, gênero e raça (KERGOAT, 2010). Este capítulo tem como objetivo percorrer a construção e consolidação da economia feminista como corrente do pensamento econômico. Nesta sistematização, é destacada a crítica feminista à exclusão das mulheres e de suas atividades do objeto de estudo da teoria econômica, através do reforço da dicotomia econômico/não econômico e da exclusão do trabalho doméstico da esfera de análise, através da redução do objeto de estudo da teoria econômica ao “mercado”. Este percurso procura dar visibilidade à crítica feminista ao viés androcêntrico da economia e aponta os caminhos para ampliar as fronteiras da análise econômica a partir da ampliação da noção de trabalho. Entre eles, as propostas teórico-metodológicas para a incorporação das atividades das mulheres na produção de estatísticas e indicadores. Apresenta, por fim, proposições analíticas sobre a reprodução social e sua vinculação com a produção de mercadorias, destacando a importância de se olhar para a questão da sustentabilidade da vida humana como proposta analítica dos processos econômicos e sociais, que desloca o eixo do funcionamento do mercado para a satisfação das necessidades (CARRASCO, 2003). Esta abordagem se centra, explicitamente, na forma como cada sociedade organiza a satisfação das necessidades humanas, e oferece, assim, uma nova perspectiva sobre a organização social, ao tornar visível toda a parte do processo de reprodução que tende a estar implícita e que, nos paradigmas dominantes, não se analisa.

O segundo capítulo apresenta as reflexões em torno dos cuidados, a partir das perspectivas da economia e da sociologia. A sistematização deste tema aborda a trajetória de

formulações do trabalho doméstico ao trabalho de cuidados. Na organização social dos cuidados, Estado, mercado e família são as instituições em torno das quais são distribuídas as atividades de sustentação da vida, combinando formas remuneradas e não remuneradas do trabalho de cuidados. O capítulo se estrutura, assim, a partir dos debates feministas sobre as relações entre Estado, mercado e família na distribuição de responsabilidades que garantem a produção do viver e a sustentabilidade da vida, apresentados à luz da realidade brasileira.

O terceiro capítulo apresenta as reflexões críticas ao reducionismo feito pela teoria econômica ao voltar seu olhar exclusivamente ao mercado, analisando as implicações políticas e econômicas dessa atitude no contexto da globalização neoliberal. Em diálogo com as contribuições da sociologia, o capítulo identifica a combinação das dinâmicas da divisão sexual e internacional do trabalho. Nos marcos dos debates feministas sobre desenvolvimento, recupera o percurso de análises feministas sobre as políticas de ajuste estrutural e o neoliberalismo. Estas análises explicitam a falsa neutralidade das políticas econômicas ao mesmo tempo em que constituem uma base sólida para avaliar em que medida as políticas implementadas contribuem para reforçar ou transformar as dinâmicas e configurações da desigualdade entre homens e mulheres, sustentada pela divisão sexual do trabalho. O texto percorre a crítica feminista à separação entre o econômico e o social, a qual relega o que se relaciona às mulheres ao terreno do social, concretizando, na ação estatal, a exclusão das mulheres da economia (LEON, 2008).

O quarto capítulo apresenta a incorporação e produção destes debates no seio do movimento feminista latino-americano e, particularmente, no Brasil, a partir de trajetórias de organizações selecionadas: a Rede Latino-americana Mulheres Transformando a Economia (REMTE) e seu capítulo brasileiro (Rede Economia e Feminismo – REF), a Marcha Mundial das Mulheres e a Marcha das Margaridas. A escolha dessas organizações se deu, em primeiro lugar, porque são três processos diferentes, mas que se desenvolveram com alguma relação entre si. Além disso, estas organizações têm como marco de suas trajetórias o reposicionamento da agenda econômica como questão central para o feminismo e um processo de permanente diálogo com a produção teórica da economia feminista. Por outro lado, a seleção de uma experiência latino-americana e de duas brasileiras contribui para o mapeamento da trajetória destes debates no continente em relação direta com as questões conjunturais. Isto porque se, quando se consolidaram, no final dos anos 1990 e início de 2000, houve prioridade em uma articulação continental, a partir das mudanças na conjuntura, ao longo da primeira década dos anos 2000, há um deslocamento das formulações e atuações para as realidades nacionais.

A seleção de temas e questões abordadas não engloba o conjunto de problemáticas analisadas pela economia feminista devido à limitações de tempo e espaço, mas também pela necessidade de circunscrição do objeto de um trabalho acadêmico. Por outro lado, buscou-se organizar uma sistematização abrangente em um esforço de síntese dos tópicos abordados que interessam para além dos limites do debate acadêmico. O resultado deste trabalho se insere, assim, em um campo de disputa em torno da ampliação do objeto de estudo da teoria econômica, que se dá em âmbito acadêmico mas conectado aos processos de articulação e organização de setores sociais por mudanças na sociedade, para que as mesmas sejam capazes de promover a igualdade efetiva entre homens e mulheres.

Como parte significativa das referências bibliográficas utilizadas no texto estão disponíveis apenas em espanhol ou inglês, optamos por traduzir livremente todas as citações utilizadas.

1- ANÁLISES FEMINISTAS SOBRE A TEORIA ECONÔMICA

As origens da teoria feminista remontam ao século XVIII. Apesar de não ter sido desenvolvida e consolidada no campo das ciências sociais em torno de um pensamento linear e homogêneo, é possível identificar os principais conceitos, categorias e referenciais que contribuem para a compreensão de seu diferencial como paradigma teórico.

A desnaturalização do “ser mulher” é um elemento chave para a elaboração feminista. De acordo com Cobo (2005), um ponto de inflexão na trajetória desta elaboração se localiza no século XVIII, no qual se construiu a noção de igualdade como princípio articulador das sociedades modernas. Essa noção de igualdade teve como base a afirmação de que os indivíduos são dotados de razão e, por isso, não existiria um destino obrigatório, natural ou divino, para a humanidade. A partir deste período, um desafio para as mulheres foi conseguir seu reconhecimento como indivíduos e, portanto, como cidadãs com direito a ter direitos. Desde a publicação de *Uma Defesa dos Direitos da Mulher*¹ em 1792 até os dias de hoje, este é um elemento central para a compreensão das relações entre homens e mulheres, considerando que há tentativas frequente de legitimar e justificar os papéis socialmente determinados para as mulheres a partir da afirmação de que são papéis naturais, muito vinculados à maternidade.

“Não se nasce mulher, torna-se mulher” é uma frase histórica para o feminismo. Ela foi escrita por Simone de Beauvoir em *O segundo sexo*, inicialmente publicado em 1949. Beauvoir dialoga, nesse livro, com pressupostos presentes no horizonte intelectual da época, notadamente, a exclusão das mulheres da cidadania, do direito de serem cidadãs, que ainda se expressava fortemente na luta pelo direito ao voto². Para Amorós e Miguel (2007), Beauvoir é uma dobradiça que une o feminismo na virada do século XIX para o século XX, cuja principal referência é o movimento sufragista, e o feminismo dos anos 1960 e 70, na medida em que antecipa parte dos temas próprios desse último.

Beauvoir (2009) aponta a discriminação das mulheres inseridas em um debate sobre imanência e transcendência, em que as mulheres estão no que é considerado imanente, da reprodução da vida, enquanto os homens se encontram nas tarefas consideradas transcendentais. Mas Beauvoir contribuiu fundamentalmente para demonstrar como o masculino é tido como genericamente humano. No pensamento ocidental, a universalidade é definida a partir de uma particularidade interessada, no caso, os homens. O mesmo se passa com o transcendente, o que se

1 *A vindication of the rights of woman*. Mary Wollstonecraft.

2 Na França, o direito ao voto foi conquistado em 1945, na Bélgica em 1946, na Suíça apenas em 1971.

considera humano e é valorizado. Assim, o transcendente nada mais é que as atividades exercidas pelos homens, definidas pelos mesmos como atividades de prestígio, um auto-prestígio. Porém, Beauvoir não avançou no questionamento sobre a parcialidade do universal, apropriado pelos homens, e a necessidade de uma redefinição desse, o que foi desenvolvido por suas herdeiras (HIRATA, 2002).

A partir dos anos 1960, com a retomada do movimento feminista, diversas áreas do conhecimento estiveram sujeitas a mudanças a partir da crítica metodológica e epistemológica elaborada pelo pensamento feminista.

A economia não esteve ausente desse processo, embora tenha sido menos permeada por este debate do que outras áreas das ciências sociais. A evolução da perspectiva feminista é marcada pela interdisciplinaridade, sobretudo no que se refere à tentativa de explicar fenômenos sociais, em que, com frequência, sociologia, história e economia convergem.

1.1 – CONCEITUANDO A OPRESSÃO DAS MULHERES

O conceito de “gênero” é uma categoria analítica fundamental no pensamento feminista. Esse conceito foi formulado nos anos de 1970, com base no acúmulo de reflexões feministas sobre as relações entre homens e mulheres. A categoria gênero determina que ser mulher e ser homem são construções sociais, erigidas a partir do sexo biológico dos indivíduos. Ao definir essa construção como social e histórica, essa categorização localiza o gênero no terreno das relações sociais e, a partir daí, permite referir-se às mulheres como coletivo ou grupo social (COBO, 2005).

Essa construção destaca que a diferença biológica (do sexo anatômico) existente entre homens e mulheres se transforma em desigualdade social, e a partir dela surge uma série de desvantagens que estruturam a subordinação das mulheres em relação aos homens. Entretanto, essa construção social de gênero não é estática, mas dinâmica, ainda que haja permanências, enquanto tratemos de sociedades patriarcais. Assim, as relações sociais entre homens e mulheres, que são relações desiguais de poder, estruturam um sistema denominado por algumas autoras como patriarcado (COBO, 2005). De acordo com essa visão, um elemento central da sociedade patriarcal é a separação entre público e privado, na qual as mulheres estão prioritariamente destinadas ao mundo privado, onde são responsabilizadas por um conjunto de tarefas relacionadas à reprodução social. O espaço público, da política e da produção, é prioritariamente

um espaço masculino. A essa separação combina-se uma hierarquização, a partir da qual é socialmente atribuído maior valor às atividades realizadas pelos homens. A ligação entre essa separação e hierarquização das relações de gênero com a divisão sexual do trabalho permite a compreensão de que as dimensões ideológicas e culturais da subordinação das mulheres são sustentadas por uma base material (KERGOAT, 2009).

Kergoat (1996) conceitua essa discussão em termos de relações sociais de sexo. Para essa autora, a relação social pode ser assimilada a uma “tensão” que perpassa a sociedade. Tal noção remete, ao mesmo tempo, a um princípio de geração, na medida em que as relações sociais produzem e reproduzem as práticas sociais, e a um princípio heurístico, ao servir para compreender as práticas observadas (KERGOAT, 2009). De acordo com Kergoat, os termos “relações sociais de sexo” e “gênero” são altamente polissêmicos. A preferência pelo primeiro se dá por esse carregar em si a conotação de reciprocidade, afastando-se do uso do gênero como uma categoria descritiva que, por vezes, oculta o grupo social dos homens.

As relações sociais de sexo são caracterizadas por uma relação antagônica entre grupos sociais – o grupo social dos homens e o grupo social das mulheres –, cujas diferenças são construídas socialmente, e não determinadas biologicamente. Há uma hierarquia estabelecida na relação entre os sexos e trata-se de uma relação de poder e de dominação. Pode-se fazer uma abordagem histórica e periodizar tal relação, que tem uma base material e não apenas ideológica. Assim, a subversão das relações sociais de sexo seria possível apenas se as mudanças de mentalidades estiverem profundamente conectadas às alterações na divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2009).

A divisão sexual do trabalho será tratada nesta pesquisa a partir da proposição de Kergoat. Isso significa que não será um conceito utilizado para descrever atividades de homens e mulheres de forma complementar, mas sim como uma forma de divisão do trabalho decorrente das relações sociais de sexo, constituindo o que está em jogo nesta relação específica. A divisão sexual do trabalho tem dois princípios organizadores: a separação – que estabelece a existência de trabalhos de homens e trabalhos de mulheres – e a hierarquia – que atribui maior valor ao trabalho realizado pelos homens (KERGOAT, 2009). Entretanto, a permanência desses princípios não significa que a divisão sexual do trabalho seja um dado rígido e imutável, considerando que suas modalidades apresentam variações no tempo e no espaço, de acordo com cada sociedade.

Kergoat ressalta que o conceito de relações sociais de sexo implica práticas sociais diferentes segundo cada grupo social. A noção de práticas sociais permite passar do nível abstrato

para o concreto (o grupo, o indivíduo), pensar simultaneamente o material e o simbólico e, ainda, restituir aos atores sociais o sentido de suas práticas, para que esse não seja abordado de maneira determinista.

Sendo uma relação que perpassa todo o campo social, as relações sociais de sexo também são perpassadas por outras relações. A definição de consubstancialidade das relações sociais, conforme apresentada pela autora, permite compreender que estas

(...) formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e raça se reproduzem e se co-produzem mutuamente (KERGOAT, 2010: 94).

Essa formulação distingue-se de outras presentes nos estudos de gênero que abordam as dimensões de gênero, raça e classe desde categorias e posições fixas. É o caso, por exemplo, da formulação da interseccionalidade de classe, raça e gênero, que é limitada na medida em que tais dimensões estão inseridas em relações sociais dinâmicas, em processo permanente de evolução, conflito e renegociação (KERGOAT, 2010).

Compreender melhor as relações sociais e seu entrelaçamento, analisá-las e elaborar um método para pensá-las é dar um passo em direção à sua superação. Recusar-se a pensar por ideias e categorias fixas permite recolocar no centro da análise o sujeito político (e não a vítima de múltiplas dominações), levando em consideração todas as suas práticas, frequentemente ambíguas e ambivalentes (KERGOAT, 2010:103).

Esta formulação contribui para localizar as análises feministas nas perspectivas analíticas que pretendem teorizar e compreender a totalidade da vida social.

1.2– A ECONOMIA FEMINISTA

Estreitamente vinculado às questões pautadas pelo movimento feminista, o tema do trabalho ocupou lugar de destaque nos estudos feministas, em um esforço permanente de desvelar os mecanismos de reprodução da desigualdade nas relações sociais entre homens e mulheres. Após cerca de três décadas de intensos debates, constitui-se, no seio da teoria econômica, uma convergência de análises feministas. O início dos anos 1990 marcou o desenvolvimento da

economia feminista como corrente do pensamento econômico. A publicação de *Beyond Economic Man*, de Marianne Ferber e Julie Nelson, em 1993, é um marco, assim como a criação da *International Association for Feminist Economics* (IAFFE) em 1992. Essa organização inicia a publicação do periódico *Feminist Economics*, a partir de 1995.

A perspectiva feminista introduziu uma crítica à exclusão das mulheres do objeto de estudo da teoria econômica ao apontar que, com a suposta neutralidade de suas categorias e conceitos, “a economia tem desenvolvido uma metodologia que não consegue ‘ver’ o comportamento econômico das mulheres” (PUJOL, 1992). Somada à consideração da problemática da mulher em termos de relações sociais de gênero, essa crítica estabelece as condições para a construção de uma teoria feminista na economia (FOLBRE e HARTMANN, 1999).

A trajetória dessa corrente, desenvolvida majoritariamente nos Estados Unidos e na Europa, é marcada pela elaboração de metodologias e análises não androcêntricas que desembocam, por exemplo, na elaboração de novos tipos de indicadores, capazes de superar o referencial masculino para a medição da qualidade de vida da sociedade, consolidando um novo arcabouço teórico. Isso não quer dizer, porém, que não haja conhecimento produzido nos países da América Latina. Ao contrário, nos últimos anos um grupo de pesquisadoras vinculadas à IAFFE tem atuado por exemplo na CEPAL e no grupo GEM-LAC (Grupo Gênero e Macroeconomia América Latina). Apesar disso, a produção situada no Brasil ainda é incipiente. A economia feminista se apresenta como uma ferramenta para o desenvolvimento de políticas públicas sem o viés androcêntrico e, desta forma, são construtoras da perspectiva da igualdade entre homens e mulheres como componente estruturante de um novo padrão de desenvolvimento.

O leque de temas analisados pela economia feminista é amplo e abarca diferentes aspectos: a participação das mulheres no mercado de trabalho, as problemáticas sobre as políticas econômicas e suas implicações na vida das mulheres, a conceitualização de trabalho e economia nos marcos de um debate epistemológico que explicita o papel econômico das mulheres, a relação entre orçamentos públicos e a manutenção dos estereótipos e desigualdades de gênero, a elaboração de políticas públicas orientadas pela igualdade, novos enfoques e metodologias para a produção de estatísticas, entre outros. Como afirma Cagatay et al (1995), a economia feminista, como economia normativa, pretende desenvolver teorias que considerem as relações de gênero na elaboração de suas estruturas conceituais e em seus modelos formais, produzindo novas propostas

de indicadores e estatísticas capazes de subsidiar a formulação de políticas que incidam sobre as desigualdades verificadas, buscando dar-lhes solução.

1.3- ALÉM DO GÊNERO, UMA ABORDAGEM FEMINISTA

Esta dissertação orienta-se por uma abordagem feminista que vai além dos estudos de gênero. A opção feita aqui diferencia economia do gênero e economia feminista; uma divisão semelhante pode ser encontrada nos debates em distintas áreas das ciências humanas e sociais (PICCHIO, 1999; CARRASCO, 2008).

Carrasco (2008) destaca a influência da teoria feminista na economia, ressaltando que essa é mais limitada que a influência da teoria feminista em outras áreas do saber, como a sociologia. Com efeito, apesar dos avanços teóricos e epistemológicos das formulações feministas, sua incidência no núcleo central da teoria econômica dominante é praticamente nula (Carrasco, 2006). Para esta autora, o fato de que a economia esteja claramente sob controle hegemônico do paradigma neoclássico contribui para que ela permaneça absolutamente insensível às transformações conceituais propostas pelo feminismo. Além disso, a forma de se analisar as problemáticas dentro do paradigma neoclássico conduz a explicações que justificam situações sociais e econômicas de desigualdade às quais as mulheres estão submetidas, se mostrando incompatível com o propósito feminista de oferecer possibilidades de transformação.

Existe uma diversidade de perspectivas analíticas na produção da teoria econômica feminista, seja em sua filiação aos paradigmas constituídos no pensamento econômico, seja em sua filiação às correntes no interior da teoria feminista. Carrasco (2008) assinala duas correntes de pensamento da teoria feminista que influenciam no desenvolvimento das diferentes perspectivas da economia feminista. A primeira constrói-se como uma teoria política dos direitos, cujo o objetivo é conquistar a igualdade de direitos reais entre os sexos. Essa se insere dentro de uma perspectiva liberal, conforme aponta Fougeyrollas-Schwebel (2009). Carrasco afirma que essa corrente não propõe uma alteração no modelo hegemônico, mas uma introdução das mulheres ao mundo masculino. A segunda corrente propõe que a igualdade de direitos é um passo necessário, mas não suficiente para as transformações da vida das mulheres apresentando, como alternativa, reivindicações que considerem a experiência das próprias mulheres, em vez de partir do que lhes falta para se igualar aos homens. Essa definição assemelha-se às correntes feminista radical e socialista.

Da mesma forma, a teoria econômica feminista não constitui um corpo teórico homogêneo, e está integrada por diferentes abordagens, sendo que, conforme mencionado acima, há dois eixos principais que orientam as pesquisas: a economia do gênero e a economia feminista. A economia do gênero orienta-se a descrever e denunciar a situação de desigualdade característica da vida das mulheres nos marcos teóricos e metodológicos estabelecidos na teoria econômica ortodoxa. Ou seja, ela não apresenta questionamentos aos marcos teóricos pré-existentes e nem ao método científico empregado. Por um lado, tal corrente buscou, inicialmente, documentar a ausência das mulheres enquanto sujeitos epistemológicos, ou seja, tanto o pequeno número de mulheres na produção de teoria econômica quanto a exclusão das mulheres enquanto objeto de estudo nos enfoques androcêntricos (PÉREZ, 2006). A economia do gênero se desenvolve nos marcos da dicotomia estabelecida entre o econômico e o não-econômico, entre trabalho e não trabalho, e centra suas análises na participação das mulheres no mercado de trabalho (PÉREZ, 2006).

Picchio (1999) afirma que a diferenciação entre economia feminista e economia de gênero é um aspecto importante para uma reflexão crítica das análises do mercado de trabalho desde uma perspectiva feminista. Frente ao entendimento das desigualdades de gênero, a perspectiva vai além de incorporar a categoria gênero em um enquadramento teórico pré-estabelecido e de realizar apenas uma descrição da situação de homens e mulheres na economia; ela propõe uma mudança tanto no paradigma do pensamento econômico como, enquanto economia normativa, no concreto das relações sociais desiguais entre homens e mulheres.

Verifica-se, na economia feminista, um esforço de construir outro paradigma, incluindo novas variáveis explicativas, metodologias e indicadores não androcêntricos. Para isso, propõe-se uma crítica global ao paradigma dominante do pensamento econômico, com ênfase na necessidade de superação das estruturas dicotômicas que restringem a economia às fronteiras do mercado.

A economia feminista leva para o debate teórico a compreensão de que, para questionar de fato a desigualdade, é necessário transformar as estruturas que a organizam. Dessa forma, as economistas feministas que desenvolvem este enfoque pontuam que a exclusão das mulheres da teoria econômica, seja como sujeito ou como objeto de estudo, influencia a própria conformação das estruturas dessa disciplina. Pérez (2006) propõe, nos marcos da economia feminista, uma diferenciação entre economia feminista da conciliação e economia feminista da

ruptura, a partir do grau de alteração que apresentam com relação aos paradigmas androcêntricos, mas apresenta uma série de pontos convergentes entre as duas correntes, sintetizados a seguir.

O primeiro ponto de encontro entre tais correntes é que assumem como tarefa a desconstrução do objeto de estudo dos enfoques androcêntricos, ao demonstrar que a estrutura analítica da economia identifica como econômico apenas o que é monetizado, reproduzindo a divisão entre público e privado. Oculta, assim, uma gama de atividades realizadas no âmbito privado e doméstico, especialmente pelas mulheres. As experiências consideradas econômicas são aquelas que os sujeitos produtores do conhecimento consideram como tais e, por isso, as feministas questionam a parcialidade do suposto universal, disputando, assim, a noção de objetividade do conhecimento produzido. As feministas propõem a ampliação da fronteira do que é considerado econômico, incorporando todas as mulheres como agentes econômicos e suas atividades, mesmo as que não são remuneradas, como economicamente significativas. Os debates sobre a inclusão do trabalho doméstico na economia constituem o ponto fundamental que organiza esta proposta de ampliação (RODRIGUEZ, 2012). Por fim, as economistas feministas buscam legitimar os motivos das relações desiguais entre homens e mulheres como objeto de estudo da teoria econômica.

A diferenciação entre duas correntes no interior da economia feminista, proposta por Perez, é baseada nas estratégias utilizadas para desenvolver a teoria em torno dos questionamentos apresentados anteriormente. No caso da economia feminista da conciliação, aposta-se na recuperação das atividades femininas invisibilizadas pela perspectiva dominante, por exemplo conferindo ao trabalho realizado no ambiente doméstico o mesmo *status* do trabalho realizado no mercado. Ainda na corrente da conciliação, há autoras que apostam pela reversão das hierarquias, ao priorizar a produção doméstica como foco de estudo. A economia feminista da ruptura, por sua vez, aposta em transcender a dicotomia estabelecida entre produção e reprodução³, e propõe como eixo de análise a sustentabilidade da vida como processo de satisfação de necessidades, o que inclui tanto a produção mercantil como a doméstica. O diferencial é que essa perspectiva não opera em uma tentativa de articular as duas esferas, mas sim em propor um novo conceito organizador dos processos econômicos.

3 A dicotomia entre produção e reprodução, na literatura da economia feminista, equivale às dicotomias entre público e privado, nas quais se atribui à produção as atividades realizadas no âmbito público e do mercado, enquanto à reprodução seria a esfera das produção das relações e condições de vida.

1.4- A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO: UMA EPISTEMOLOGIA PATRIARCAL

A crítica feminista à teoria econômica aponta que esta, como uma ciência construída socialmente (FERBER e NELSON, 2004), foi estruturada com base em uma epistemologia patriarcal definida por sua estrutura binária e hierárquica, e por sua pretensão de universalidade (PÉREZ, 2006).

A estrutura binária do pensamento, que pode ser ilustrada pela dicotomia econômico/não econômico ou público/privado, não apenas separa essas duas esferas mas também as hierarquiza. A dicotomia econômico/não econômico tem como equivalente a produção/reprodução, bem como o mercado/não mercado. Na medida em que o público ou o econômico, para não dizer o masculino, estão melhor posicionados nessa oposição hierárquica, ou seja, são mais valorizados, esses se convertem no referencial a partir do qual se edifica um suposto universal. Assim, não é apenas hierarquicamente superior, mas também transforma-se na única realidade considerada, invisibilizando a outra (PÉREZ, 2006).

Amorós (1985) *apud* Pérez explicita que este mecanismo operou no pensamento ocidental a partir da constituição de um sujeito universal com relação ao qual os outros sujeitos se tornam “o outro”, em um processo triplo no qual se interconectam categorias que simbolizam, simultaneamente, o grupo social dominante frente aos demais, os traços comuns que definem este grupo e os espaços sociais, políticos e econômicos que o grupo social dominante ocupa.

O pensamento feminista identifica dicotomias chave que se manifestam em distintas áreas do conhecimento como natureza/cultura, que equivalem, no pensamento ocidental patriarcal, ao feminino/masculino. O homem é o representante da cultura, da razão e da transcendência, conforme estabelecido desde Beauvoir (1949). Às mulheres corresponde o irracional que necessita ser domesticado e controlado, assim como a natureza (PÉREZ, 2006). A elas é negada, assim, a condição de sujeito portador de direitos e de conhecimento, bem como a individualidade que posteriormente será definidora do interesse egoísta do *Homo economicus*.

Ainda que suas expressões se alterem ao longo do tempo e do espaço, essa lógica dicotômica (binária e hierárquica) permanece. Desta forma, interessa para a teoria crítica feminista romper com estas dicotomias por considerar que, ainda que se modifiquem suas representações, as tentativas de equivalência das mulheres aos homens, nessas estruturas dicotomizadas, não serão bem sucedidas porque as hierarquizações são recriadas. Se, nas origens

da teoria feminista, a crítica era ao fato de que as mulheres eram consideradas sujeitos não políticos por serem relegadas ao mundo privado, na sociedade de mercado a crítica feminista se dirige à consideração das mulheres como não-agentes econômicos. De acordo com Pérez (2006), as mulheres passam de sujeitos não políticos a sujeitos não econômicos: na medida em que elas conquistam direitos, a esfera da política se desvaloriza, e mais desigualdades se consolidam no terreno econômico. A demanda política de direito ao voto e a ter direitos, por exemplo, resultou em direitos formais, mas não necessariamente em igualdade real. O mesmo passou com outros grupos desiguais frente aos homens brancos, no sentido de que “todo privilégio ou direito que se universaliza é um direito que, automaticamente, se desvaloriza” (PÉREZ, 2006: 31).

A estratégia de desnaturalizar os conceitos e teorias foi empregada pelas feministas nas distintas áreas das ciências humanas e sociais, demonstrando em que medida elas se edificam com base nesta estrutura dual, hierárquica e universalizante.

Na economia feminista, diferentes estratégias foram utilizadas para revelar os traços patriarcais da economia, desnaturalizando o que havia sido cristalizado no pensamento econômico como forma de legitimar a desigualdade estrutural das relações sociais. De acordo com Hewitson (*apud* PÉREZ, 2006), a primeira estratégia buscou uma equivalência e reunificação dos elementos dicotômicos, ao pretender visibilizar e valorizar o que se ocultava das esferas femininas, demonstrando sua inter-relação com o masculino, conciliando as duas dimensões. Uma segunda estratégia buscou reverter as hierarquias, sobrevalorizando a dimensão atribuída às mulheres como superior àquela com predomínio masculino. A terceira estratégia apostou em transcender a dicotomia. O faz ao demonstrar a interdependência entre os termos da dicotomia, afirmando que a parte da dicotomia que se situa no centro do discurso, e em torno da qual se constitui a estrutura epistemológica criticada, precisa da parte que foi ocultada para sua identidade, pois se afirma em oposição a ela. A proposta, nessa estratégia, transcende a dicotomia a partir da formulação de um termo “dobradiça”.

1.5 – A EXCLUSÃO DAS MULHERES DA TEORIA ECONÔMICA

Ao longo do desenvolvimento da economia feminista como alternativa ao pensamento hegemônico, a crítica à teoria econômica apontou que a exclusão das mulheres se deu de duas formas. A primeira forma foi a exclusão das mulheres enquanto sujeitos epistemológicos, ou seja, enquanto produtoras do conhecimento. Ferber e Nelson (2004) recuperam os primeiros estudos

sobre a ausência das mulheres entre os/as economistas considerados/as relevantes. Elas citam uma seleção dos teóricos mais influentes realizada por Blaug em 1986, baseada no número de citações de obras dos mesmos. Dos autores e autoras incluídos nesta relação, apenas 31 entre os 1000 selecionados são mulheres, sendo que apenas cinco nasceram antes do século XX, ou seja, no período em que foram constituídas muitas das correntes mais importantes da economia. Nascidas antes de 1900 estão Rosa Luxemburgo, Jane Marcet, Mary P. Marshall, Harriet Martineau e Beatrice P. Webb. Entre 1900 e 1930, Carolyn S. Bell, Barbara R. Bergmann, Mary J. Bowman, Phyllis M. Deane, Selma Mushkin, Barbara R. B. Reagan, Joan Robinson, Anna Schwartz e Barbara M. Ward (FERBER e NELSON, 2004:11).

Além do número restrito de autoras, também houve, historicamente, um processo de invisibilizar suas elaborações relativas à situação das mulheres. Carrasco (2006) aponta que, coincidindo com a primeira onda do feminismo, já no século XIX havia mulheres debatendo, no campo da economia, o direito das mulheres a ter um emprego e questionando as desigualdades que estruturavam a participação das mulheres no mercado de trabalho, como a desigualdade salarial.

A segunda exclusão ocorre enquanto objeto de estudo e, dado que a economia é uma ciência construída socialmente, as relações e conflitos que marcam a estrutura social influenciam na consideração da relevância das questões a serem estudadas (FERBER e NELSON, 2004; CARRASCO, 2003; Pérez, 2006). Assim, a economia feminista também direciona sua crítica à invisibilidade e exclusão das atividades das mulheres enquanto objeto de estudo da teoria econômica.

Conferir visibilidade ao trabalho doméstico e de cuidados na análise econômica é uma questão central para a economia feminista, uma vez que a reprodução da força de trabalho depende dele. Ao ignorar isso, a análise econômica se realiza de forma enviesada, apresentando um diagnóstico incompleto do funcionamento do sistema econômico, além de se equivocar ao avaliar a repercussão real das políticas econômicas. O debate sobre a invisibilidade do trabalho doméstico percorreu um longo caminho, desde os anos 1960, para fazer emergir, conceitualmente, o trabalho de cuidados⁴ (CARRASCO, 2012). A organização social do cuidado, seja entre homens e mulheres, seja entre Estado, família e mercado, explica boa parte das desigualdades existentes, de gênero e de classe, motivação de parte considerável das pesquisadoras que se dedicam a construir a economia feminista (RODRIGUEZ, 2012).

4 O capítulo seguinte será inteiramente dedicado às elaborações feministas sobre o trabalho doméstico e de cuidados.

Muitos esforços foram feitos para entender e sistematizar a ausência das atividades desenvolvidas pelas mulheres da teoria econômica (GARDINER, 1999; PICCHIO, 1992; RODRIGUEZ, 2012). Em particular, busca-se compreender de que forma as correntes do pensamento econômico se erigiram com um viés androcêntrico, desconsiderando, enquanto atividade econômica, o trabalho doméstico e de cuidados realizado majoritariamente pelas mulheres, sem remuneração. Por outro lado, os temas relacionados aos trabalhos remunerados das mulheres foram abordados de alguma forma pelos diferentes paradigmas econômicos, “mas seu tratamento se mantém dentro de uma perspectiva analítica androcêntrica com sérios riscos de legitimar, teoricamente, uma situação de desigualdade existente” (CARRASCO, 2006:1)

O viés androcêntrico da economia

“...se evidencia nas representações abstratas do mundo centradas no mercado, onde se omite e se exclui a atividade não remunerada ou sem valor mercantil, orientada fundamentalmente ao cuidado da vida humana e realizada majoritariamente pelas mulheres”(CARRASCO, 2006:2).

As considerações sobre esta invisibilidade e exclusão estão, portanto, diretamente relacionadas ao questionamento central trazido pela economia feminista ao debate teórico: as fronteiras da economia que a limitam à esfera mercantil tornam a análise estreita e excludente, falseando a realidade.

Ao percorrer as distintas correntes do pensamento econômico, Gardiner (1999) tem como referência a consideração ou não do trabalho doméstico não remunerado na teoria econômica. O capitalismo acentuou a separação entre a esfera pública e a esfera privada e, respectivamente, a separação das esferas da produção e reprodução estabelecida pela divisão sexual do trabalho nesse sistema. A análise sobre a exclusão do trabalho doméstico do pensamento econômico é, portanto, central para o entendimento dos mecanismos de reprodução da desigualdade entre os sexos na sociedade.

A economia clássica é analisada pelas feministas especialmente a partir dos escritos de Adam Smith e David Ricardo. Essa tradição de pensamento, desenvolvida em um período de transição e reestruturação do sistema social marcado pela industrialização, transformou a forma como a fonte da riqueza era concebida na medida em que a definiu a partir da divisão do trabalho e da liberdade econômica (DROUIN, 2008). A economia clássica responde, assim, às transformações na produção impulsionadas pelo nascente sistema capitalista, criando um instrumental teórico e conceitual capaz de analisar esse tipo de produção. Neste processo de

transição, se redefiniu os espaços de produção separando a produção doméstica destinada ao autoconsumo familiar da produção orientada ao mercado, correspondente à separação entre esfera privada e pública que permanece nas dicotomias rígidas como família e mercado, trabalho doméstico e trabalho mercantil. Carrasco (2006) localiza aí o início de uma tradição que ignora a divisão sexual do trabalho e oculta o trabalho doméstico e sua articulação com a reprodução do sistema capitalista.

Gardiner (1999) aponta que os pensadores clássicos da teoria econômica enfatizam a separação do público e do privado no capitalismo, e na teoria dualista da conduta humana que se configura a partir daí, como se a casa fosse o local do altruísmo e da moralidade, e o mercado o local do interesse pessoal e egoísta. Para Rodriguez (2012), tanto Smith quanto Ricardo, ao não refletirem sobre esta questão, assumiram implicitamente como natural o modelo hierárquico de casamento e família, o que orienta a elaboração dessa teoria dualista.

Um elemento central da teoria de Smith, referência da chamada escola clássica do pensamento econômico, é a ideia de que a ação dos indivíduos no mercado é motivada por seus interesses pessoais, configurando a mão invisível que estimula a eficiência, o comércio e a expansão da riqueza. O interesse individual e egoísta é, para Smith, o motor da ação dos agentes econômicos no mercado. Mas esse interesse individual se diluiria no ambiente doméstico, onde prevaleceria o altruísmo. Tal formulação não considera as dimensões da desigualdade e dos conflitos que marcam as relações sociais de gênero e as relações familiares. Segundo a formulação de Smith, a sociedade precisaria de uma esfera na qual os critérios que prevalecem são os morais, e não os da eficiência. Essa esfera seria o ambiente doméstico e, nele, as mulheres têm um papel importante. A realização do trabalho doméstico e de cuidados seria, nessa visão, uma expressão do altruísmo das mulheres (RODRIGUEZ, 2012). Assim, Smith reconhece a importância das atividades realizadas pelas mulheres no âmbito doméstico, sobretudo aquelas relacionadas à educação, fundamentais para que as crianças se tornem trabalhadores produtivos. Porém, apesar de reconhecer essa atividade, não considera que a mesma tenha valor econômico, restringido o trabalho de cuidados e educação dos filhos aos critérios morais (CARRASCO, 2006). Em sua análise do trabalho assalariado, fonte da riqueza da nação, o autor não discute as questões referentes à segregação por sexo e desigualdade salarial, naturalizando esta realidade pelo papel das mulheres no trabalho familiar.

Na discussão sobre o valor do trabalho e os salários, Ricardo é uma referência importante para a economia clássica. O autor define que o valor do trabalho é dado pelo salário

necessário para a subsistência, ou seja, para um determinado nível de consumo do trabalhador e sua família, o que determina um nível mínimo dos salários. Porém, não considera explicitamente o trabalho doméstico e de cuidados como parte do que é necessário para garantir essa subsistência (RODRIGUEZ, 2012).

Entre os clássicos, a colaboração de John Stuart Mill com Harriet Taylor é uma exceção. A influência de Mill foi para além do pensamento econômico. A partir da crítica às instituições patriarcais como obstáculos para o progresso econômico e social, uma de suas contribuições importantes foi a identificação da relação entre a submissão das mulheres no casamento e as restrições impostas às mulheres no acesso ao mercado de trabalho.

Acredito que apenas se insiste em suas deficiências em outros âmbitos para manter sua subordinação na vida doméstica, porque o conjunto do sexo masculino ainda não pode tolerar a ideia de viver com uma igual (MILL, 1970 apud GARDINER, 1999)⁵

Carrasco (2006) recupera os debates de mulheres feministas na época em que a economia clássica se desenvolveu. Entre elas, está Priscila Wakefield que, já no final do século XVIII, criticou Smith por não incorporar o trabalho das mulheres em suas análises, sem considerar o fato de que a baixa remuneração das mulheres no trabalho assalariado as empurrava para a pobreza e a prostituição. A questão da pobreza também norteou os estudos de Julie Victoire Daubié, que no século XIX apontou a existência de uma forte relação entre a ordem econômica e os códigos morais da época identificados como prejudiciais às mulheres. No mesmo período, o direito das mulheres ao emprego e a igualdade salarial esteve presente nos escritos de Barbara Bodichon e Harriet Taylor. Elas abordavam a necessidade de independência financeira das mulheres para atingir a igualdade no casamento, e afirmavam que “as mulheres precisam de um emprego pelas mesmas razões que os homens, simplesmente porque elas e seus filhos devem se alimentar, e pela necessidade de seus corpos e suas mentes” (BODICHON, 1857 *apud* CARRASCO, 2006).

A recuperação dos debates destas autoras é importante para localizar a trajetória de invisibilidade e exclusão das atividades das mulheres da economia no contexto mais amplo das relações sociais patriarcais daquele período. Suas críticas se relacionam não apenas ao que a teoria econômica clássica deixava de considerar, mas ao significado dessas elaborações para a configuração do poder patriarcal. Questionavam o fato de que os homens recebiam melhores salários, bem como a existência de uma dupla moral que sustentava que as mulheres casadas não

5 MILL, John Stuart. The subjection of women. 1970.

deveriam trabalhar em troca de dinheiro, e apenas em atividades de caridade ou de cuidados. Por isso, Ada Heather-Bigg (1894 *apud* CARRASCO 2006: 6) conclui que não havia uma oposição a que as mulheres trabalhassem, e sim a que recebessem um salário por seu trabalho, o que ameaçaria o monopólio dos homens como provedores e dominantes na família.

Para Carrasco, estas mulheres são pioneiras e precursoras de análises que se mantêm atuais e configuram temas importantes do feminismo e da economia feminista. Ela destaca a importante denúncia de Taylor sobre como a ideologia patriarcal era utilizada para justificar a divisão sexual do trabalho, ligada a sua análise de que a posição social e econômica das mulheres não deveria ser naturalizada, posto que se trata de uma construção social. Outra contribuição importante das mulheres naquele período se refere à necessidade de reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidados como trabalho, defendida por Kate Sheppard, que afirmava que a realização deste trabalho pelas mulheres liberava seus maridos para que eles pudessem ter acesso ao mercado de trabalho. Além disso, chegou a questionar a classificação estatística das mulheres que não realizavam trabalho assalariado como dependentes, dado que elas atendiam, com seu trabalho, grande parte das necessidades de subsistência dos membros da família (CARRASCO, 2006).

No que se refere ao pensamento marxista, Gardiner aponta apenas as definições contidas nos escritos de Marx, e não analisa o desenvolvimento posterior dessa corrente, que teve trajetórias diversas. Um ponto de partida para analisar o pensamento marxista é a consideração da totalidade como princípio para a compreensão da realidade social. Ou seja, não analisa apenas o funcionamento da economia, mas as dinâmicas de produção e distribuição de recursos e meios de produção que conformam a base material que organiza as relações sociais em determinado período histórico.

Marx segue a definição de Smith de que o trabalho produtivo é aquele capaz de gerar bens e serviços úteis à sociedade, e que podem ser vendidos no mercado. De acordo com Cotas (2002), o foco da análise de Marx foram as relações econômicas mediadas pelas relações mercantis e orientadas para a acumulação de capital. Uma aproximação inicial da economia feminista ao pensamento marxista aponta o limite desta delimitação das fronteiras da economia, que resulta na desconsideração do trabalho realizado fora da esfera mercantil como objeto de análise e preocupação central, ainda que haja passagens de sua obra que mencionem que o trabalho doméstico realizado gratuitamente pelas mulheres incide sobre a esfera mercantil, na medida em que permite reduzir o valor do salário do trabalhador. Marx entendia o espaço

doméstico como o local do consumo, e considerava que o valor dos salários, ou da força de trabalho, era determinado pela necessidade de manutenção ou de subsistência dos trabalhadores e suas famílias.

Apesar de distinguir o trabalho produtivo para o capital daquele produtivo para a manutenção da sociedade, o foco desse autor eram as relações de produção capitalista (RODRIGUEZ, 2012). Assim, o trabalho doméstico, remunerado ou não, era marginal dentro de sua teoria econômica. Rodriguez afirma que Marx presumiu, assim como Ricardo, que o ambiente doméstico é um espaço de consumo de mercadorias, e não de sua produção e transformação por meio do trabalho doméstico e de cuidados.

Engels se destaca por ser o parceiro intelectual de Marx e por ter escrito a respeito do papel da família no capitalismo. De acordo com Rodriguez (2012), Engels considera que o principal objetivo da família é garantir a transmissão da riqueza privada entre gerações, objetivo a partir do qual deriva o controle patriarcal dos homens sobre a sexualidade e fertilidade das mulheres. Para Engels, o cuidado com a família se torna um serviço privado, excluído da produção social, o que gera uma tensão devido à crescente entrada das mulheres no mercado de trabalho capitalista. Esse autor, apesar de reconhecer que há uma função no trabalho doméstico e de cuidados, e que esse gera uma sobrecarga para as mulheres, não chegou a questionar a divisão sexual do trabalho, mas tratou da socialização do trabalho doméstico e de cuidados para que as mulheres sejam liberadas desse peso e possam atingir a igualdade (ENGELS, 1984).

Muitas autoras apostam nas possibilidades de incorporar a perspectiva feminista à teoria marxista, sobretudo porque trata-se de uma teoria historicizada e com objetivo emancipatório, com o propósito de analisar a realidade e criar instrumentos para sua transformação (NOBRE, 2002).

Matthaei (2002) argumenta que para atingir o potencial de produção de um conhecimento objetivo e libertador, as teorias devem ser capazes de analisar a interdeterminação entre classe, raça e gênero. Para ela, as economistas feministas deveriam se desenvolver como marxistas e anti-racistas, já que cada uma destas correntes isoladas apresentam lacunas em suas análises.

A teoria marxista seria a mais adequada para este propósito por uma série de motivos. Entre eles, destacam-se a ênfase na construção social das desigualdades e diferenças de classe, que fornecem ferramentas para afirmar raça e gênero como construções sociais fundamentadas nas estruturas e práticas sociais, e não nos interesses, motivações e características particulares de

cada indivíduo. Além disso, o marxismo argumenta que as transformações sociais não ocorrem naturalmente, mas como resultado de contradições internas ao sistema e pela ação coletiva de grupos oprimidos. Por fim, a teoria marxista é compatível com uma agenda política explicitamente centrada nos valores, analisando processos como a exploração e a alienação a partir de um compromisso com a justiça econômica e a igualdade, compreendidos como parte da objetividade da teoria, que nega a suposta neutralidade do conhecimento científico (MATTHAEI, 2002:51).

Vale ressaltar que boa parte das críticas feministas à teoria marxista se deve justamente ao fato de que o marxismo privilegia a questão de classe e desconsidera como objetivo analítico questões de gênero e raça, enfatizando a centralidade das relações econômicas mediadas pelo mercado. A partir desta crítica, feministas marxistas buscaram construir conceitos capazes de explicar que há uma base material que sustenta as desigualdades de gênero, como a divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 1996). Da mesma forma, utilizaram o conceito econômico de classe para analisar a diversidade de experiências e práticas sociais das mulheres, que estruturam desigualdades entre as mesmas, como entre as pobres e as ricas, ou entre as negras e brancas. Buscando compreender, ainda, as desigualdades entre homens e mulheres no interior da classe, lacuna importante no pensamento de Marx, desenvolveram-se diversas teorias sobre o trabalho doméstico não remunerado, conforme foi sistematizado por Carrasco (2001), Pérez (2006) e Rodriguez (2012).

Apesar do extenso debate feminista nos marcos da teoria marxista, essa perspectiva não foi incorporada por grande parte dos marxistas, sendo por vezes ignorada ou rechaçada. Isso se expressa, por exemplo, em formulações sobre o funcionamento do capitalismo que tratam dimensões de raça e gênero como estratégias do capital para dividir a classe trabalhadora ou que negligenciam o papel econômico da família tanto para a reprodução do sistema capitalista como para a manutenção das desigualdades entre homens e mulheres (MATTHAEI, 2002).

Seguindo o percurso da análise sobre a exclusão do trabalho doméstico da teoria econômica, passamos a olhar para a escola marginalista, que tem sua origem no século XIX e que no século XX passa a ser mais conhecida como neoclássica. Com um núcleo central comum, mas com diferentes abordagens, ela constitui o paradigma dominante do pensamento econômico atualmente. A economia neoclássica se apresenta como uma ciência positiva, se diferenciando da ciência normativa. Além disso, argumenta estar isenta de valorações e busca a formalização matemática de todo o raciocínio econômico (CODAS, 2002).

Diferente dos paradigmas anteriormente discutidos, que tinham como ponto de partida a análise da divisão do trabalho como fonte de valor e sua relação com o funcionamento do mercado, na economia neoclássica o trabalho passou a ser um mero fator de produção. A chave analítica passa a ser o indivíduo e sua conduta no mercado (CODAS, 2002:18). Utilizando a proposição de Smith de que a soma da atuação dos indivíduos motivados por seus interesses egoístas resultaria no bem estar social, conduzido pela “mão invisível do mercado”, a economia neoclássica define os *Homo economicus* como indivíduos indiferenciados, mesmo quando há diferenças notáveis de classe ou, como nos interessa aqui, entre homens e mulheres. Além disso, trata-se de um conceito a-histórico, definido por um padrão de comportamento comum que se repete em qualquer momento e em qualquer parte do globo. As diferenças e desigualdades não são consideradas problemáticas a serem analisadas por esta escola, que as interpreta como um dado da realidade.

As economistas feministas apresentam uma forte crítica a essa concepção de *Homo economicus*. Em primeiro lugar, por se tratar de um modelo baseado em características que se assemelham a uma parte reduzida da humanidade, notadamente homens e adultos. Além disso, pressupõe haver um grau elevado de autonomia para que os indivíduos façam suas escolhas no mercado, escondendo as relações de poder que estruturam a sociedade.

Esse indivíduo é, ademais, pensado de forma isolada, como um Robinson Crusó em uma ilha perdida, que nunca foi criança nem será velho porque não tem relações de dependência com ninguém. (...) esse homem é como um fungo que já aparece pronto e com suas preferências definidas. Além de difundir o mito da independência, o pressuposto da autonomia esconde todo o trabalho de reprodução, da produção das pessoas, que é feito em sua maioria pelas mulheres (NOBRE, 2002:11)

Na economia neoclássica, o objetivo da atividade econômica seria a utilidade (GARDINER, 1999). Rodriguez (2012) sublinha que os neoclássicos invisibilizaram totalmente o aspecto do trabalho doméstico não remunerado, justamente porque o trabalho virou um fator produtivo que os indivíduos intercambiam no mercado. O valor econômico passa a se relacionar com a possibilidade de intercâmbio no mercado e com isso o trabalho não remunerado não se constitui como objeto de análise da teoria econômica.

Michèle Pujol (1992) destaca especial atenção sobre a obra de Alfred Marshall, representante da escola marginalista, que tem como característica um deslocamento da definição de valor da esfera da produção para a esfera da circulação. Segundo Marshall, o mercado se rege

pela relação entre oferta e demanda. O preço é regulado pela quantidade de mercadoria produzida e o mesmo vale para o trabalho, que é, para os marginalistas, considerado mais um fator de produção, ao lado do capital investido. Em dois momentos Marshall se afasta da concepção de ação exclusivamente racional do indivíduo na economia. O primeiro se refere ao consumo, que seria definido pela família e orientado pelo bem-estar. O segundo se refere à intervenção estatal especialmente no que se refere ao salário e à educação.

Pujol identifica diferentes objetivos apontados por Marshall para a educação de homens e mulheres. A educação das mulheres teria o intuito de conseguir que os homens sejam melhor educados. Enfatiza-se o ambiente do lar, a partir da afirmação de que as pessoas necessitam de atenção individual, dada pela mãe, e não se considera a dimensão econômica de tal “atenção”, que as feministas chamam de trabalho doméstico e de cuidados.

A autora apresenta sua crítica à forma como a escola marginalista considera as mulheres a partir da recuperação do debate sobre o salário, que é abordado por dois lados. O primeiro refere-se ao salário mínimo, definido em um valor inferior para as mulheres em comparação com os homens. Já o segundo refere-se ao salário família. O que está por trás de ambos é um modelo de família como unidade básica da economia, que a torna mais eficiente. O pressuposto desse modelo é a divisão sexual do trabalho que destina os homens ao trabalho remunerado, na esfera da produção, e as mulheres ao trabalho doméstico e de cuidados, não remunerado, no interior da família. Alguns pensadores dessa corrente afirmam que a educação das mulheres deveria servir para a maternidade, além de defender que o salário dos homens deveria ser um salário familiar, que garantisse o sustento da família de modo que a esposa pudesse ficar em casa sem ter necessidade de contribuir em forma monetária para o sustento da família (PUJOL, 1992).

Pujol segue sua análise afirmando que, para os marginalistas, a definição do salário não se dá pela produção, mas pela subsistência, a partir do que seriam os itens de primeira necessidade. No que se refere ao salário mínimo, estipulado em um valor inferior para as mulheres, a justificativa se dá pela concepção do que seria o papel das mulheres, definido nos marcos da construção social de gênero, em que o destino das mulheres seria o casamento e as responsabilidades familiares e, portanto, não haveria motivo para o investimento nessa mão de obra feminina. Seguindo essa linha de raciocínio, seria aceitável um salário menor para as mulheres, pois se considera que, se a mulher trabalha, ela é solteira e não tem família para sustentar. Pujol afirma, ainda, a oposição de Marshall ao emprego de mulheres casadas. De

acordo com Rodriguez (2012), Arthur Pigou vai além, argumentando que as mulheres pobres deveriam receber ajuda do Estado para não ter que buscar trabalho e poder desempenhar o trabalho doméstico adequadamente.

A recuperação dessa crítica feminista à exclusão das mulheres, a partir da exclusão do trabalho doméstico e de cuidados, do objeto de estudo da economia constitui a base para a compreensão da crítica à redução da economia ao mercado, a partir da delimitação da fronteira entre o econômico e o não econômico.

As distintas teorias do salário desenvolvidas pelos economistas políticos clássicos tinham como elemento subjacente o estabelecimento de umnexo entre a produção de bens no mercado e a reprodução das pessoas nos lares. Além disso, não ignoravam que as relações econômicas eram relações sociais (PÉREZ, 2006). O limite de suas análises residia em que, ainda que houvesse entre eles uma compreensão mais ampla da economia que considerava a produção e a reprodução, isso não significou o desenvolvimento de análises econômicas sobre as atividades desempenhadas no âmbito doméstico. Para Carrasco (2006), esses elementos fazem com que os economistas clássicos apresentem uma vantagem frente aos neoclássicos, pois manifestam, de alguma forma, uma contradição ao reconhecer o trabalho das mulheres na família, apesar de não o incorporarem em um esquema analítico capaz de representar a totalidade do sistema econômico. Isso porque os economistas clássicos consideraram a família e a atribuição do trabalho doméstico às mulheres como um pressuposto, uma esfera supostamente livre de conflitos e de relações desiguais de poder.

Mas na escola neoclássica, a redução da teoria econômica ao mercado se deu, segundo Pérez (2006), por múltiplos fatores. Foram sendo consolidadas como características do econômico as mesmas características da produção do mercado, regidas pela troca, especialização e pela motivação egoísta do *Homo economicus*, que favorecia a mão invisível do mercado, motor do crescimento econômico. Por fim, ao predominar uma definição dos salários como o resultado da interação das forças impessoais da oferta e da demanda, desapareceu o nexoque entre os clássicos ligava o salário à subsistência e à reprodução da força de trabalho (PÉREZ, 2006:39).

Assim, na economia neoclássica não há um vínculo entre reprodução e produção. O valor deixa de ser determinado socialmente e passa a ser medido de forma perfeita e natural, através dos preços do mercado. Entre os neoclássicos, conceitos como utilidade e escassez passam a ser centrais na teoria econômica. Riqueza, de acordo com essa tradição, passa a ser qualquer coisa que tenha valor de troca (PÉREZ, 2006). No lugar das relações sociais,

prevalecem as relações entre compradores e vendedores individuais que atuam no mercado (GARDINER, 1999). Mas esse é um mercado idealizado, no qual os atores seguem as mesmas características definidas anteriormente por Smith: são agentes racionais e autônomos.

Carrasco (2006) afirma que os princípios básicos da economia neoclássica são irreconciliáveis com a economia feminista. Ressalta, ainda, a forma como as mulheres são tratadas por esse paradigma: “como mães, donas de casa especializadas devido a suas capacidades reprodutivas, economicamente dependentes de seus pais ou maridos, improdutivas no trabalho de mercado e pouco racionais para tomar decisões” (CARRASCO, 2006:8)

1.6 – A CONSTRUÇÃO DE NOVOS MARCOS ANALÍTICOS PELA ECONOMIA FEMINISTA

Além das críticas aos paradigmas estabelecidos da teoria econômica, a economia feminista se caracteriza pela proposição de modelos de análise que, ao analisar a totalidade das relações econômicas – considerando, portanto, a experiência das mulheres - tomam a satisfação das necessidades humanas como ponto de partida⁶. Ao contrário do paradigma neoclássico, que se centra na alocação eficiente e racional dos recursos do mercado, a economia feminista se volta para compreender como as sociedades se organizam para atender um determinado padrão de vida para toda a população. Adquire, portanto, uma dimensão política na medida em que a distribuição de riqueza e recursos que define o padrão de vida a ser garantido é um processo dinâmico em que as relações sociais, inclusive entre homens e mulheres, são fundamentais para sua definição (CARRASCO, 2006).

Carrasco (2011) avalia que a incorporação do trabalho doméstico e de cuidados como parte fundamental do circuito macroeconômico é uma das contribuições mais interessantes da economia feminista. Os debates em torno da reprodução social foram desenvolvidos por um grande número de economistas feministas, entre elas Lourdes Benería e Antonella Picchio, com uma diversidade de abordagens. Entre os aspectos comumente analisados estão a construção social da maternidade que garante a reprodução biológica, as condições de reprodução da força de trabalho através da educação, e a satisfação das necessidades de cuidados que pode ser compartilhada entre mercado, família e Estado. A compreensão das inter-relações entre estes diferentes processos é central na análise feminista. Da mesma forma, essas autoras não

6 Esta é uma característica encontrada sobretudo na economia feminista que não se filia aos paradigmas dominantes, notadamente a economia feminista da ruptura.

compreendem o trabalho doméstico e de cuidados como um elemento a mais e exterior ao processo de produção das condições sociais e econômicas de vida, mas apresentam uma mudança significativa na perspectiva analítica e na crítica ao sistema capitalista e patriarcal, uma vez que explicitam a dependência que o sistema mercantil tem da reprodução social.

Picchio (2001) afirma que a reprodução das pessoas não é um problema específico das mulheres. Elas interiorizam o conflito produção/reprodução que não é adequadamente elaborado no âmbito social. Assim, as mulheres suportam na família e com o trabalho não remunerado os custos de uma contradição básica do sistema. Para captar o caráter social do trabalho de reprodução das pessoas, é necessário apreender a vinculação histórica entre os processos de produção e reprodução. No capitalismo, houve a separação progressiva desses processos, ao lado da ocultação de sua vinculação.

Os economistas, em geral, tendem a considerar o tema da reprodução relevante só quando se trata de debater a pobreza e as economias de subsistência. Picchio afirma que as análises sobre as economias modernas de subsistência podem apontar uma possibilidade de elaborar um quadro analítico que considere o processo de reprodução social das pessoas. Tal elaboração partiria da consideração da experiência histórica das mulheres e da crítica às teorias econômicas dominantes, nas quais há uma idealização de uma realidade estática e a-histórica que desconsidera as relações sociais.

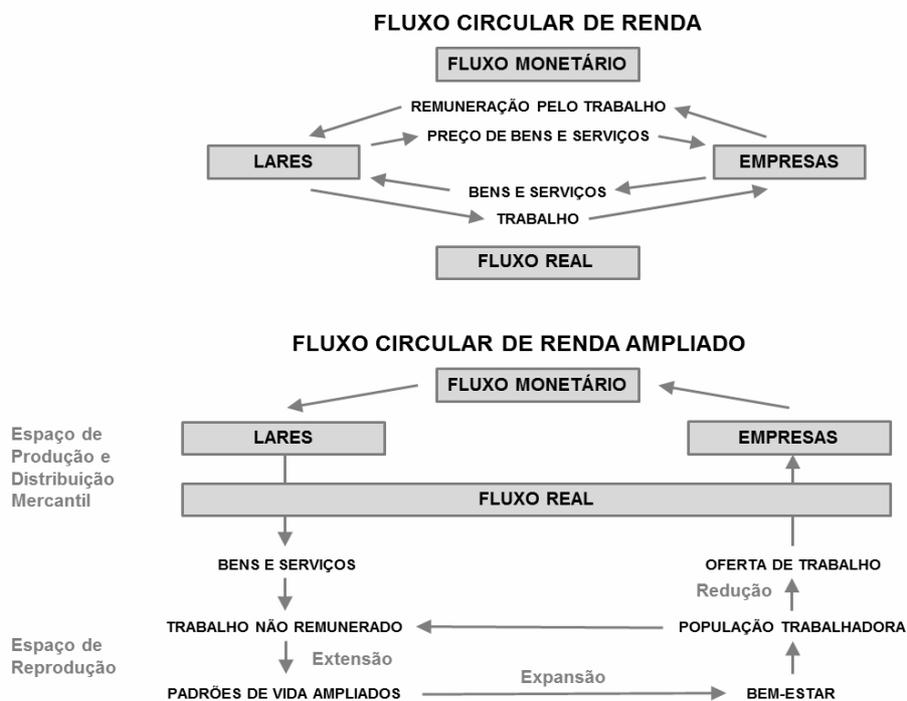
O paradigma dominante analisa o mercado de trabalho com as mesmas concepções que analisa a economia como um todo, ou seja, excluindo a esfera da reprodução. No nível microeconômico, o trabalho doméstico é analisado principalmente pela Nova Economia da Família⁷, que, apesar de ter contribuído para a visibilidade deste, fez isso com limitações, entre as quais se destaca a definição da abrangência da análise dentro de um olhar sobre a família. Tal olhar é também limitado por, por exemplo, considerar a família como uma unidade harmônica e sem conflito de interesses, sob comando de um chefe de família altruísta, e por não incorporar a divisão sexual do trabalho como elemento central na análise sobre trabalho e família. Ao contrário, a família é um espaço com diferenças de poder entre os indivíduos. Embora a teoria econômica convencional ponha ênfase no nível micro para analisar o mercado de trabalho, para incorporar uma perspectiva feminista faz-se necessário relacionar os agentes do nível micro com o conjunto das relações sociais que produzem e mantêm a desigualdade entre homens e mulheres.

7 A Nova Economia da Família é uma corrente situada dentro do pensamento neoclássico e tem como representante Gary Becker. Essa corrente estuda o comportamento dos membros da família utilizando o instrumental metodológico e conceitual da microeconomia: unidades de decisão que maximizam uma função de utilidade submetida a restrições (Carrasco, 2006:11)

Os empregadores e os formuladores das políticas econômicas consideram o trabalho doméstico e de cuidados como externalidades do modelo econômico. Isso implica, concretamente, em que os custos com a produção do viver recaiam sobre as mulheres, já que não são incorporados nem por quem emprega, nem pelo Estado e, tampouco, pelos homens no ambiente doméstico. No nível macro, as reflexões de Picchio trazem contribuições fundamentais para que o trabalho de reprodução social seja de fato considerado parte do sistema econômico como um todo.

Picchio (2005:23) se dedica, portanto, a modificar o enfoque analítico, reposicionando o processo de reprodução das pessoas em relação ao processo de reprodução de recursos, tema central na análise dos economistas políticos clássicos. A ferramenta utilizada pela autora é a ampliação do esquema do fluxo circular da renda, incorporando o âmbito da reprodução como espaço econômico. Esta proposição é uma referência para a análise feminista do sistema econômico (ESQUIVEL, 2011), na medida em que permite tornar visível a massa de trabalho de reprodução não remunerado e relacioná-la com os agentes econômicos e com o sistema de produção, bem como com o bem-estar efetivo das pessoas (RODRIGUEZ, 2012:140). A figura a seguir ilustra o fluxo circular de renda ampliado, proposto por Picchio.

Figura 1. Fluxo circular de renda ampliado



Fonte: Rodriguez (2012) com base em Picchio (2001).

O fluxo circular de renda ampliado incorpora o espaço da reprodução como parte do sistema econômico. Nele, o trabalho de reprodução desenvolve três funções diferenciadas. A primeira função é a *ampliação* ou *extensão* da renda em forma de nível de vida ampliado, ou seja, ampliação do salário real em consumo real. Tal ampliação se dá por meio de mercadorias adquiridas com o salário e por meio da transformação destas em consumo real através do trabalho doméstico não remunerado. A segunda função é a *expansão* do nível de vida 'ampliado' em forma de uma condição de bem-estar efetiva, o que envolve os aspectos qualitativos do trabalho de reprodução social, tais como a manutenção dos níveis adequados de saúde de crianças, adultos e idosos. Por fim, a terceira função desenvolvida no espaço econômico da reprodução é a *seleção* ou *redução* quantitativa e qualitativa da população trabalhadora aos trabalhadores e trabalhadoras efetivamente empregados. Ou seja, o apoio prestado pelo trabalho no âmbito da reprodução social ao processo de seleção dos segmentos da população e das capacidades individuais para serem utilizadas nos processos produtivos do mercado. Picchio (2005) aponta que esta função tem se tornado mais onerosa na medida em que o mercado de trabalho exige cada vez mais capacidades humanas refinadas como a imaginação e a confiança, o que, junto com a precariedade das condições de vida, gera tensões absorvidas no interior da família. Em outras palavras, Picchio pontua que a energia despendida pelas mulheres no trabalho doméstico e de cuidados contribui para que as pessoas se sintam humanas, em um sistema que as trata como mercadorias.

Assim, esta abordagem não pretende igualar a reprodução das pessoas ao processo de produção de mercadorias, nem o trabalho realizado nesse processo com o trabalho assalariado, mas sim introduzir mudanças tanto na organização do sistema socioeconômico como em suas análises, visibilizando as distintas dimensões da reprodução social e das necessidades humanas (PICCHIO, 1999).

O desenvolvimento destas análises contribuiu, fundamentalmente, para dar visibilidade não apenas para o trabalho doméstico e de cuidados em si, mas para o vínculo que este estabelece com o sistema de produção capitalista, ao ser onexo entre o âmbito doméstico e a produção de mercado. Ocultar este vínculo é o que permite que os custos da produção capitalista sejam deslocados para a esfera doméstica (CARRASCO, 2011:51). Além disso, o trabalho doméstico e de cuidados tem uma contribuição fundamental para a sustentação da vida que é a dimensão subjetiva da construção do afeto e de relações que desenvolvem características humanas necessárias para a vida em sociedade.

Assim, transcende-se a separação rígida entre a esfera do mercado e a doméstica que sustenta a divisão sexual de trabalho, espaços e poder, para compreender como se organizam os tempos e os trabalhos na sociedade capitalista e patriarcal, visibilizando a tensão constante que as mulheres vivem ao transitar entre ambos espaços num mundo orientado pela lógica do capital (CARRASCO, 2011).

O desenvolvimento destas análises produziu estudos relevantes sobre as condições de vida da população, englobando, na economia, os processos e relações que garantem o bem-estar das pessoas (CARRASCO, 2003; PICCHIO, 2009). Assim, contribuem para colocar em questão as formas como se organiza a distribuição dos trabalhos, dos tempos e dos rendimentos para colocar a produção do bem-estar no centro da análise (ESQUIVEL, 2011:23).

Trata-se não apenas de descrever como o cuidado é distribuído, mas de dar visibilidade a mais um conflito distributivo que permeia o sistema econômico: entre produção e reprodução (ESQUIVEL, 2011). Os termos deste conflito se estabelecem entre as tensões geradas pela lógica dos lucros e rendimentos e a lógica das condições de vida compreendidas em um sentido amplo (PICCHIO, 2001). Neste conflito, Rodriguez (2012) verifica que a subordinação econômica das mulheres se vincula diretamente à distribuição social do trabalho e do tempo, o que implica na deterioração da qualidade de vida das mulheres como consequência da maior intensidade na utilização de seu tempo para a garantia das condições de vida de outros.

1.7- A SUSTENTABILIDADE DA VIDA

No paradigma econômico dominante, a sustentabilidade da vida não é uma preocupação analítica central, sendo usualmente considerada como externalidade do sistema econômico. No deslocamento do eixo analítico proposto pela economia feminista,

“Focalizar explicitamente a forma em que cada sociedade resolve seus problemas de sustentabilidade da vida humana oferece, sem dúvida, uma nova perspectiva sobre a organização social e permite visibilizar toda aquela parte que tende a estar implícita e usualmente não é nomeada” (CARRASCO, 2003:13)

A utilização do conceito de sustentabilidade da vida tem como objetivo proporcionar uma análise que transcenda os termos da dicotomia estabelecida entre o econômico e o não econômico. Mais do que apontar a importância da esfera da reprodução para o processo de produção de mercadorias, essa perspectiva implica, fundamentalmente, deslocar o centro da

análise dos mercados para as pessoas, ao substituir a lógica da produção de lucros pela lógica do cuidado da vida e da satisfação das necessidades humanas como objetivo da organização econômica e social. Pérez (2006) adverte que a ênfase nas pessoas não significa que se caia no individualismo metodológico típico da economia neoclássica. Da mesma forma, não se trata de estabelecer um discurso de sobrevivência, mas de ampliar a análise para um processo que signifique desenvolver condições e qualidade de vida aceitáveis para toda a população (BOSCH et al, 2005), explicitando o conjunto das atividades econômicas como processos sociais interdependentes. Assim, segundo Pérez (2006), todas as atividades que compõem o processo de sustentabilidade da vida deveriam ser consideradas nas análises econômicas e sociológicas sobre o trabalho humano. Para Bosch et al (2005), na experiência das mulheres, trabalho e vida estão profundamente interligados, uma vez que é por meio do trabalho que são criadas as condições adequadas para o desenvolvimento da vida.

Essa mudança de perspectiva tem como objetivo analisar as formas como cada sociedade resolve seus problemas de sustentação da vida (CARRASCO, 2003), a partir da compreensão dos processos que garantem a produção do viver como inerentemente sociais. Desta forma, as relações sociais, como relações dinâmicas de poder e conflito, adquirem relevância na análise. Este é, segundo Pérez (2006), um ponto de encontro entre esta perspectiva e outras correntes do pensamento heterodoxo. Entre elas, a autora aponta o diálogo com a compreensão inicial de economia dos clássicos e marxistas, ou com a abordagem de Amartya Sen e Martha Nussbaum sobre as capacidades.

Neste sentido, Pérez (2006) afirma que é preciso realizar um debate sobre as necessidades que são satisfeitas nessa compreensão de sustentabilidade da vida. Para esta autora, tais necessidades são multidimensionais e apresentam caráter endógeno ao sistema econômico. A multidimensionalidade reside no fato de que são tangíveis e materiais, como as necessidades de alimentação e vestimenta, mas também imateriais e afetivo-relacionais. Estas, por sua vez, ficaram por muito tempo às margens da análise econômica. Nussbaum (2000) e Robeyns (2003 *apud* Perez 2006) concretizam esta visão em uma lista de capacidades de satisfação de necessidades que serve para medir e comparar o bem-estar, incorporando as dimensões materiais e imateriais. Cabe ressaltar que as dimensões afetivo-relacionais das necessidades se definem e satisfazem na relação entre as pessoas e não apenas individualmente. Dado que estas dimensões se realizam nas esferas não monetizadas, estas se tornam objeto de análise assim como os trabalhos que nelas se realizam, sobretudo, pelas mulheres.

A segunda característica relevante para o debate sobre as necessidades é de que não se trata de uma determinação biológica, mas de construções históricas que se expressam socialmente e são marcadas pelas relações de poder constitutivas da sociedade. No caso das sociedades ocidentais em que há o predomínio do mercado, é evidente que os mercados são agentes ativos na criação de necessidades, uma vez que o processo produtivo cria novas necessidades humanas (CARRASCO, 2003; PÉREZ, 2006). Assim, as pessoas trabalham cada vez mais para auferir maior rendimento e ampliar sua capacidade de consumo. Neste modelo, as necessidades que não são satisfeitas pelo consumo no mercado e predominam nas esferas não monetizadas se tornam, assim como o trabalho necessário para sua satisfação, invisíveis.

A perspectiva da sustentabilidade da vida revela, assim, o conflito entre a lógica do mercado e a lógica da vida, e neste, o conflito de interesses entre a participação diferenciada e desigual de homens e mulheres nos espaços organizados por elas. Enquanto o nexu entre ambos foi ocultado na teoria econômica, a massificação da presença feminina no trabalho remunerado foi essencial para dar visibilidade ao conflito, uma vez que as tensões recaíram sobre as mulheres em um momento em que as mesmas se organizavam no movimento feminista, questionando as determinações sociais de subordinação e desigualdade de gênero.

“Questionar o paradigma patriarcal que desvaloriza e instrumentaliza a base material da vida, negando seu valor humano, permite romper o constrangimento mental e recuperar a liberdade de pensar o impensável. Percorrendo os caminhos abertos por esta liberdade, estamos em condições de detectar experiências materiais que, formando parte da vida cotidiana, têm capacidade transformadora” (BOSCH, 2010:55)

Neste sentido, Bosch, Carrasco e Grau (2005) apontam que há outras lógicas que coexistem com o sistema capitalista e se baseiam na reciprocidade e na redistribuição, em vez de se orientar pela competição e maximização dos lucros, características do capital. Carrasco e Tello (2011) apontam a necessidade de articular os diferentes elos que sustentam o sistema econômico e social, tanto para revelar a insustentabilidade do atual modelo, quanto para a elaboração de propostas transformadoras. Os autores reconhecem a dificuldade da proposição de uma perspectiva centrada na sustentabilidade da vida que seja, ao mesmo tempo, complexa, articulada e operativa, mas afirmam que não buscar tal proposta reforça o atual paradigma insustentável.

O princípio desta proposta é, portanto, analisar o sistema capitalista a partir da sua incapacidade de resolver as tensões que emergem na vida cotidiana, no processo de inter-relação entre a produção e circulação de mercadorias, produção das condições de vida e subsistência da

população e a utilização e esgotamento dos recursos naturais. Ao contrário do que o pensamento dominante insiste em afirmar, tais esferas estão estreitamente interligadas, com diferentes graus de dependência entre elas. Os limites que definem cada uma destas esferas não são fixos e sua estrutura varia de acordo com o contexto.

Carrasco e Tello desenvolvem a perspectiva da sustentabilidade da vida propondo analisar os elos desta cadeia que sustenta a continuidade da vida humana: os sistemas naturais, o espaço doméstico do cuidado, as comunidades, o Estado e os mercados.

O primeiro elo da cadeia de sustentação da vida é a natureza. Com a emergência da crise ecológica há uma ampliação de interesses e análises, desde distintas perspectivas, sobre as inter-relações entre seres humanos e natureza. Desde a economia feminista, são várias as análises sobre os diálogos e convergências entre esta perspectiva e a economia ecológica, como Herrero (2012), Bosch, Carrasco e Grau (2005) e Puleo (2011). Para Carrasco e Tello (2011), a organização econômica capitalista demonstrou ser ao mesmo tempo cega e prepotente com relação aos vínculos e à interdependência entre seres humanos e natureza. O crescimento econômico mercantil desconsidera a biodiversidade e a natureza. Argumentam que a natureza em si não é capaz de satisfazer diretamente todas as necessidades humanas, mas que há um processo de mediações sociais, culturais e tecnológicas que transformam materialmente a natureza em bens e serviços úteis para satisfazê-las.

Este processo conecta a natureza ao segundo elo, que se refere ao espaço doméstico em que se realiza o trabalho cotidiano necessário para a produção da vida. A imensa dedicação de cuidados e atenção que se realiza entre uma geração e outra, especialmente através das mulheres, produz bens e serviços necessários para a sustentação da vida e para que os seres humanos possam vir a ser agentes atuantes na sociedade. Smith e Ricardo compreenderam que um nível de vida digno depende de uma cesta de bens que podem ser adquiridas por meio de um salário. Mas, além desta cesta de bens materiais, a dignidade humana também depende dos cuidados. Esta dimensão foi reconhecida, mas não mensurada pelos economistas clássicos. Assim, a força de trabalho não poderia se reproduzir só através do salário, mas depende também das relações e do trabalho de cuidados, compostos por dimensões imateriais que fazem com que não possam ser coletivizados ou mercantilizados por completo⁸ (CARRASCO e TELLO, 2011).

O terceiro elo, segundo estes autores, se refere à comunidade, considerada como o entorno de relações de proximidade que, apesar de mudanças históricas, são caracterizadas pela

⁸ Este aspecto será debatido no capítulo seguinte.

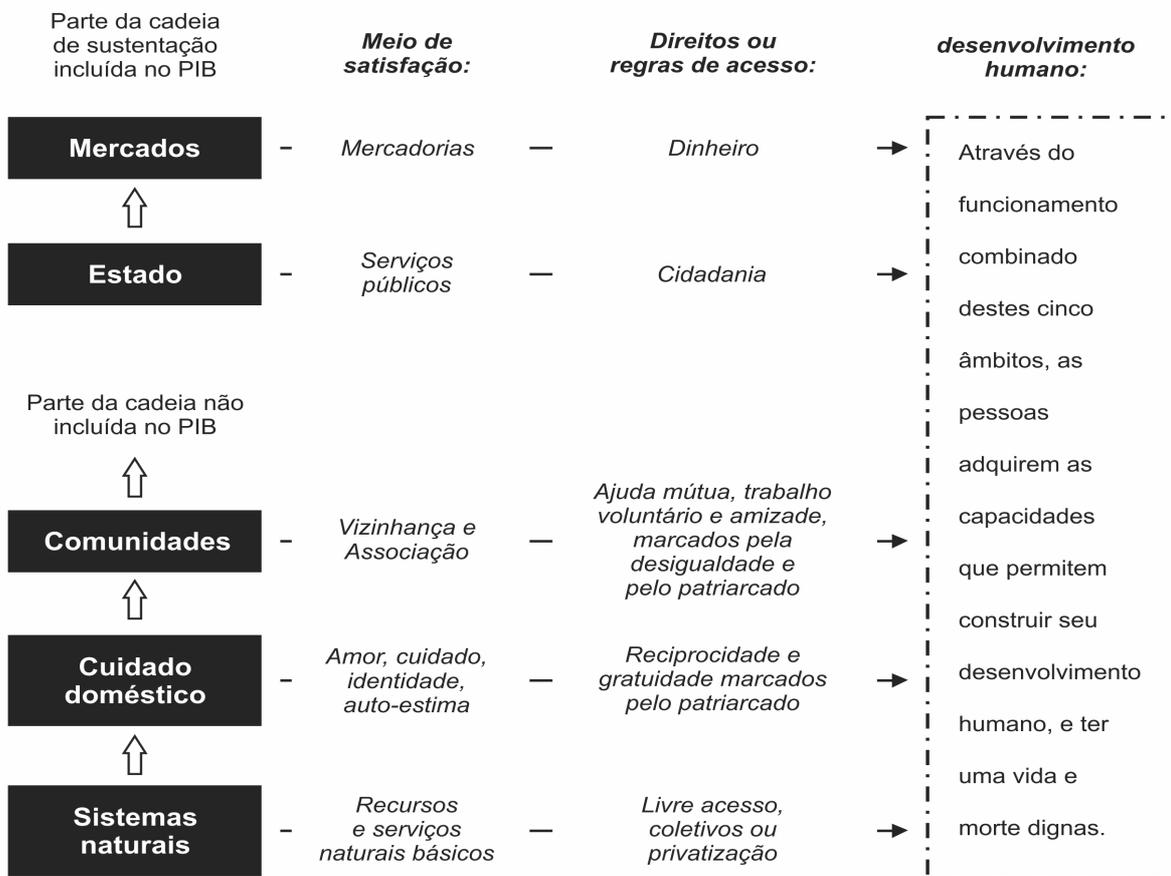
reciprocidade, ajuda mútua e cooperação. Cabe a ressalva de que, assim como a família não é um todo harmonioso, há também nas comunidades relações patriarcais que determinam, por exemplo, distribuições desiguais de recursos e poder. São consideradas pelos autores comunidades as relações de vizinhança, bairros, ou comunidades rurais, além daquelas que, fruto do desenvolvimento tecnológico, não estão ligadas necessariamente por proximidade territorial, assim como os coletivos formados por pessoas que compartilham valores comuns. A importância de se conhecer as relações de comunidade, desde essa perspectiva, tem a ver com a afirmação de que, apesar das relações capitalistas serem hegemônicas no atual estágio da sociedade, e da força do Estado e mercado, há outros tipos de laços e relações reais estabelecidos entre pessoas e grupos, com base em outras noções de bem comum e valores.

Os Estados constituem o quarto elo da cadeia de sustentação da vida proposta pelos autores. Na medida em que o Estado é uma instituição construída socialmente e reflete a correlação de forças na sociedade, seu papel é fundamental para o desenvolvimento capitalista. Suas normas e regulações garantem o funcionamento do mercado, além de interferir no conjunto das relações sociais. Este elo se articula, portanto, com os mercados, que constituem o quinto e último elo da cadeia de sustentação da vida, caracterizados pela produção de bens e serviços com trabalho mediado por dinheiro. Nas sociedades de mercado, é praticamente impossível satisfazer as necessidades humanas sem passar pelo mercado capitalista, que se organiza pela lógica da maximização do lucro. Carrasco e Tello (2011) advertem que o mercado é anterior ao capitalismo, mas neste sistema adquiriu extensão tal que a motivação do lucro predomina sobre as condições de vida das pessoas e da natureza, transformando estes em instrumentos a serviço da economia⁹.

Para Carrasco e Tello (2011:40), a força transformadora da noção de sustentabilidade da vida humana só pode emergir se iluminamos toda a cadeia de sustentação que pode satisfazer ou frustrar as necessidades das pessoas, em todas as suas dimensões e ao longo das suas vidas. Para visibilizar os vínculos entre os diferentes elos desta cadeia, propõem o esquema a seguir, que é inicial na medida em que estabelece um diálogo entre perspectivas econômicas heterodoxas, sobretudo entre a economia ecológica e feminista, mas que possibilita estabelecer uma crítica ao discurso hegemônico de que a sustentabilidade depende principalmente de equilíbrios e compensações entre as dimensões econômica, social e ecológica.

9 Economistas como León (2002) apontam que mercados regidos por princípios de reciprocidade e cooperação, como na economia solidária, coexistem com o mercado capitalista.

Figura 2. A cadeia de sustentação das necessidades humanas



Fonte: Carrasco e Tello (2011)

No mercado capitalista, a chamada “economia real” é medida pelo Produto Interno Bruto (PIB), que considera a produção e consumo nos mercados, Estado e lares a partir de seus equivalentes monetários. O termo “economia real” foi colocado entre aspas por ser amplamente utilizado por alguns economistas, mas questionado por outras (Picchio, 2001; Carrasco, 2003, Pérez, 2006) porque mantém oculta uma parte das atividades econômicas. Apesar da medição pelo PIB desconsiderar os outros três elos da cadeia de sustentação da vida, é hegemônica a visão de que, se o PIB está crescendo, o funcionamento da economia vai bem. Mas esta medida considera apenas o valor de troca, sendo o valor de uso mantido às margens do que é mensurado. Por trás desta visão reside um problema para o bom funcionamento dos mercados. Ao decidir sobre investimento, produção e consumo, orientados por esta medição, os agentes que atuam no mercado não consideram os custos sociais assumidos pelas comunidades, famílias e pela própria natureza. Isto pode ser considerado como uma falha sistêmica na medida em que afeta a

capacidade do mercado de gerar e transmitir informações econômicas confiáveis para os agentes que nele atuam, buscando um uso eficiente dos recursos para maximização dos lucros.

Os autores afirmam que não é possível prescindir dos mercados, mas que a organização dos mesmos deve se dar orientada pela sociedade, e não que a sociedade deve ser organizada em função dos interesses e funcionamento do mercado. Neste sentido, argumentam a necessidade de produção de informações necessárias para um planejamento econômico realizado de forma democrática, organizando os vínculos entre os mercados, comunidades, Estados e famílias em uma relação sustentável com a natureza. O mesmo caminho é percorrido por autoras da economia ecológica que, frente à globalização dos mercados, apontam a necessidade de reorganização econômica a partir das realidades, necessidades e potencialidades locais, em um processo de redução das distâncias entre produção e consumo.

Por outro lado, as políticas econômicas orientadas pela visão de crescimento do PIB estariam minando a base de sustentação do sistema econômico, na medida em que os dois elos superiores estariam hipertrofiados. O trabalho doméstico e a natureza são dois pilares fundamentais sem os quais o mesmo sistema não conseguiria se reproduzir. Ainda que a cadeia de sustentação da vida perpassse todos os elos propostos, a gestão desta sustentabilidade se dá especialmente desde os lares, com o trabalho gratuito realizado por mulheres.

1.8- INDICADORES: PROPOSTAS E METODOLOGIAS FEMINISTAS

Carrasco (2003) afirma que a invisibilidade das atividades de cuidado da vida, realizadas de forma não remunerada, é motivada pela organização patriarcal da sociedade capitalista. Como já foi apresentado, os traços patriarcais caracterizam um mundo androcêntrico, marcado pela valorização do que é masculino e realizado no mundo público. Além disso, tais atividades são consideradas universais em um processo que invisibiliza as atividades realizadas majoritariamente pelas mulheres e no âmbito privado. A autora retoma a diferenciação estabelecida por Arendt (1998 *apud* CARRASCO, 2003) entre labor e trabalho, afirmando que guardam semelhança com os conceitos de trabalho doméstico e trabalho de mercado. Os primeiros se referem às atividades que não deixam rastro na medida em que seu resultado desaparece no processo de execução das mesmas e atendem as necessidades básicas da vida, enquanto os segundos têm caráter duradouro e objetivo, mantendo uma separação e independência entre quem realiza a atividade e o resultado produzido.

A segunda razão da invisibilidade das atividades relacionadas à sustentabilidade da vida se refere à dependência que o sistema econômico tem de uma estrutura familiar que garante a oferta de força de trabalho para o mercado, por meio do trabalho cotidiano das mulheres. Apesar disso, o sistema econômico se apresenta como uma esfera autônoma, ocultando seu vínculo com as atividades domésticas que são essenciais para a produção da vida e da força de trabalho (CARRASCO, 2003:19).

Para tornar visíveis estas atividades vinculadas à reprodução da vida, as economistas feministas têm se esforçado para promover novas medidas da economia as levem em conta. Os debates feministas sobre novas metodologias de análise e construção de indicadores tiveram entre seus resultados a elaboração de pesquisas de usos do tempo, índices desagregados e índices sintéticos de gêneros. De acordo com Teixeira (2012), a disseminação destes se deu ao longo dos anos 1990 e culminou na existência, atualmente, de oito índices sintéticos de gênero internacionais.

A elaboração feminista sobre indicadores com base no gênero tem apontado que, além de contribuir para visibilizar o trabalho doméstico e de cuidados realizado na esfera da reprodução como aquele que contribui para melhorar as condições de saúde e educação, por exemplo, também deveriam ser analisadas as consequências geradas pela sobrecarga de trabalho das mulheres em diversos âmbitos. De acordo com Folbre (2011), as mulheres que temem que um emprego em tempo integral afete o bem-estar dos filhos, vão buscar empregos em tempo parcial e com mais flexibilidade.

O cuidado impõe custos, em forma de obrigações financeiras, oportunidades perdidas e salários aos que se renuncia, mas também gera compensações intrínsecas, vínculos familiares e sociais mais sólidos e serviços de alta qualidade para as pessoas dependentes (FOLBRE, 2011:279)

Na medida em que as estatísticas convencionais ocultam o âmbito do trabalho não remunerado, facilitam que as políticas públicas sejam elaboradas e implementadas de forma a ignorar seus efeitos negativos sobre a provisão de cuidados, por exemplo. Além disso, ao não haver indicadores capazes de dar visibilidade e de medir esta esfera marcada pela desigualdade, a construção de igualdade não irá figurar entre os objetivos da política pública. Folbre (2011) ressalta o fato de que o aumento da participação feminina no mercado de trabalho remunerado não foi acompanhado por uma reorganização do trabalho de cuidados. Isto pode implicar, de acordo com o contexto, na “feminização da pobreza” ou na “pauperização da maternidade”.

Pérez (2006) aponta que a centralidade do mercado na teoria econômica e a exclusão da esfera da reprodução e do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado são expressas no Sistema de Contas Nacionais (SCN), a partir do qual se conhece, compara e analisa a realidade econômica dos países. Toda atividade que não é contabilizada nesses sistemas, desenvolvidos com métodos semelhantes, desaparece da análise econômica, e, logo, da realidade (CARRASCO, 2012). A crítica à metodologia dos Sistemas de Contas Nacionais é uma das áreas com maior concentração de estudos da economia feminista, na qual se travam grandes debates sobre o que e como deve ser medido, especialmente no que se refere ao trabalho doméstico e de cuidados.

As feministas apresentam certa desconfiança com a utilização exclusiva de métodos quantitativos. Teixeira (2012) afirma que a produção feminista de indicadores aposta em pesquisas quantitativas e qualitativas, que buscam pesquisas de profundidade, entrevistas, grupo focal, entre outros métodos.

Há pesquisas e estudos da economia feminista que demonstram estar em um estágio avançado de proposição de novas metodologias e indicadores não-androcêntricos. O estudo realizado por Cristina Carrasco, na Espanha, sobre a pesquisa da População Economicamente Ativa (EPA, na sigla em espanhol), ilustra este processo.

Carrasco (2008) apresenta proposições referentes ao que deve ser o ponto de partida da economia que incorpora a experiência feminina como parte de sua análise geral e não como um capítulo à parte. A autora propõe a EPA-NA¹⁰ (não-androcêntrica), na qual o debate teórico sobre o que deve ser considerado e medido é central. Isso porque as estatísticas sobre o trabalho se estruturam de forma a analisar de maneira separada o que é o emprego e o que é o trabalho familiar doméstico, ou seja, sem estabelecer os vínculos entre os dois, desconsiderando o trabalho que é realizado em sua grande parte pelas mulheres, de forma não remunerada, no interior dos lares. Outro aspecto refere-se à consideração apenas do emprego como trabalho, fato que embasa as pesquisas sobre a população economicamente ativa em várias partes do mundo.

Seria necessário reconceituar a categoria trabalho para incorporar as atividades das mulheres. Para isso, a proposta da EPA-NA estabelece a relação entre o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado e o trabalho remunerado das pessoas e inclui uma dimensão fundamental, que é a análise dos tempos da produção e da reprodução, e como eles se determinam mutuamente. A EPA-NA parte da ideia de que o lar é o espaço desde o qual se organiza a vida e, portanto, pretende ser um marco de análise adequado para captar a atividade

10 A *Encuesta de Población Activa* (EPA) é equivalente à PEA no Brasil. Optamos por manter o termo EPA-NA para ser referir a proposta de Cristina Carrasco por não haver, no Brasil, proposta consolidada equivalente.

das pessoas em toda sua profundidade. Isso significa, segundo Carrasco (2008: 231), “deslocar o núcleo analítico do mercado às pessoas, e das necessidades de produção às necessidades humanas”.

1.8.1 – UMA APROXIMAÇÃO ÀS PESQUISAS SOBRE TEMPO E TRABALHO DAS MULHERES NO BRASIL

No Brasil, inicialmente centrados no trabalho remunerado realizado na esfera da produção e no mercado de trabalho, os estudos sobre o trabalho das mulheres passaram a incorporar um olhar sobre o trabalho realizado na esfera da reprodução social e, posteriormente, sobre a articulação entre as duas esferas (BRUSCHINI, 2006).

Bruschini (2006) aponta que, nos anos 1970 e 1980, foi desenvolvido um debate sobre a insuficiência das estatísticas existentes no Brasil, demonstrando seus limites para medir o conjunto da atividade econômica das mulheres. Isto porque, em parte, as categorias utilizadas eram inspiradas nas propostas dos organismos internacionais, elaboradas a partir do referencial dos países desenvolvidos. Elas enfatizavam a produção industrial, ocultando o contexto doméstico – a pequena produção mercantil, o trabalho voltado ao auto-consumo e o trabalho a domicílio, particularmente relevantes para se medir a atividade econômica das mulheres, especialmente das mulheres rurais. A classificação de atividade ou inatividade econômica esteve e segue no centro dos debates sobre a produção de estatísticas, tanto a partir do Censo do IBGE como da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

O processo de críticas e reformulações das formas de medição do tempo destinado ao trabalho doméstico culminou, até o momento, em duas modificações no questionário utilizado na PNAD. Em 1992, foi introduzida a questão 121 no questionário, sobre se o/a entrevistado/a realizou *afazeres domésticos*¹¹ na semana de referência. Nove anos mais tarde, foi introduzida uma segunda questão, sobre quantas horas foram dedicadas aos afazeres domésticos na semana de referência (BRUSCHINI, 2006: 335).

A medição das horas gastas com os afazeres domésticos contribui para dar visibilidade ao trabalho doméstico realizado principalmente pelas mulheres. De acordo com os dados da PNAD de 2009, as mulheres responsáveis por famílias compostas por um casal com filhos

11 O conceito de afazeres domésticos, conforme denominado na PNAD apreende parte da preocupação feminista com o trabalho doméstico não remunerado.

gastaram, em média, 30,3 horas por semana nos afazeres domésticos, enquanto os homens gastaram 10,1 horas semanais. Atualmente, a partir de iniciativa coordenada entre a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) e o IBGE, está em processo de elaboração e debate uma pesquisa sobre os usos do tempo, que qualifica a medição do tempo e do trabalho, possibilitando maior compreensão sobre as configurações e dinâmicas estabelecidas com a interdependência da esfera da produção e reprodução.

A disponibilização dos dados sobre o tempo destinado aos afazeres domésticos se constituiu como um instrumento para as proposições de novas reformulações nas pesquisas para que os afazeres domésticos passem a ser considerados como trabalho doméstico não remunerado. Uma consequência desta modificação seria que as mulheres responsáveis por este trabalho não seriam mais consideradas como inativas economicamente (BRUSCHINI, 2006: 351).

A problematização feita por Dedecca (2004) sobre o tempo no capitalismo organiza este debate tanto do ponto de vista teórico como da elaboração de estatísticas e de políticas públicas. O autor trata da articulação entre o tempo da reprodução econômica e o tempo da reprodução social, afirmando que um não se processa sem o outro. Defende que se trate o tempo do chamado trabalho doméstico como tempo para reprodução social, entendendo este como “fundamental para resolver alguns problemas da acumulação capitalista que não se equacionam no sistema generalizado de trocas realizadas através da moeda” (DEDECCA, 2004:25). Autoras como Picchio (2001) apontam para a dificuldade de medição do trabalho doméstico e de cuidados em unidades de tempo devido à sobreposição de tarefas, emoções e ansiedades envolvidas no mesmo.

1.9 – ALINHAVANDO REFLEXÕES

A sistematização apresentada neste capítulo buscou verificar de que forma a perspectiva feminista tem atuado para alcançar o objetivo de ampliação do objeto de análise econômica, de modo a possibilitar a compreensão dos processos que são fundamentais para a sustentabilidade da vida mas que se realizam fora do mercado.

As elaborações de marcos adequados para a análise destes processos interpela a teoria econômica e também a produção de estatísticas e indicadores, buscando incidir, assim, na orientação das políticas a serem implementadas para transformar as desigualdades nas quais se baseia, atualmente, a produção do viver. No capítulo seguinte apresentaremos um conjunto de

análises que seguem a proposta de deslocar o centro da análise econômica do funcionamento do mercado para a satisfação das necessidades humanas, enfocando a complexidade da questão dos cuidados e sua distribuição entre Estado, família e mercado. A compreensão da questão dos cuidados e sua abrangência têm se destacado como um campo de análise a partir do qual é possível teorizar sobre a economia tendo por base a concepção da interdependência entre as esferas da produção e da reprodução, superando assim, as formas dicotômicas de organização do pensamento.

2- A QUESTÃO DOS CUIDADOS: TRABALHO, RELAÇÕES E CONDIÇÕES DE VIDA

Ao mesmo tempo em que há um grande número de estudos da economia feminista dedicados a compreender a interdependência entre a esfera da produção e da reprodução, há um crescente interesse de pesquisadoras pelos estudos que têm os cuidados como campo de análise. Este interesse é convergente com a busca por deslocar o centro da análise econômica do mercado para a satisfação das necessidades humanas, conforme propõe a perspectiva da sustentabilidade da vida, apresentada no capítulo anterior. Algumas autoras, como Folbre (2011) e Esquivel (2011), utilizam o termo “economia do cuidado” para destacar a importância dos cuidados em relação à economia dominante.

As pesquisas em torno dos cuidados produziram, desde a década de 1980, uma farta bibliografia no mundo anglo-saxão, despertando interesse mais recentemente na América Latina (HIRATA e GUIMARÃES, 2012). Em nível internacional, as contribuições são provenientes de diferentes disciplinas, entre as quais se destacam a sociologia do trabalho, a sociologia econômica, a psicologia e a própria economia feminista. Mas Carrasco (2012) adverte que, assim como outras proposições relativas a atividades majoritariamente femininas que partiram ou se desenvolveram a partir da perspectiva feminista, o trabalho de cuidados e as potencialidades analíticas que sua conceituação carrega não foram integrados no conjunto dos quadros analíticos das distintas disciplinas em que tais análises foram realizadas.

As recuperações das origens e trajetórias dos estudos sobre os cuidados apontam para a complexidade de sua definição e, inclusive, da terminologia utilizada. Em diversos idiomas é utilizado o termo em inglês *care* devido não apenas ao amplo desenvolvimento de análises nesta área na literatura anglo-saxã, mas também à dificuldade de sua tradução, por ser um termo altamente polissêmico (HIRATA e GUIMARÃES, 2012). Optamos neste texto por utilizar o termo cuidados compreendendo elementos como a atenção às necessidades e o cuidado com os outros. O conceito de trabalho de cuidados engloba a dimensão material do trabalho doméstico, mas também destaca dimensões afetivas e relacionais. Desta forma, permite captar relações e processos gerados em torno dos cuidados e não apenas o produto final deste trabalho (PÉREZ, 2006). Sua realização implica, de forma indissociável, postura ética, ação e interação (HIRATA e GUIMARÃES, 2012).

Em uma sociedade patriarcal, estruturada por uma divisão sexual do trabalho desigual, olhar para os cuidados implica considerar as consequências que a sobrecarga de trabalho imposta às mulheres acarreta em diversos âmbitos. Um exemplo comum é o de que, devido às responsabilidades das mulheres com o cuidado dos filhos, elas procuram emprego em tempo parcial e com mais flexibilidade, elementos que estão relacionados à informalidade e à precarização. Estas são características do mercado de trabalho feminino, como será apresentado no capítulo seguinte. Por outro lado, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho remunerado não foi acompanhado por uma reorganização do trabalho de cuidados capaz de alterar a desigualdade de sua realização por homens e mulheres. Por isso as mulheres seguem tendo seu tempo de cuidado pessoal, ócio ou sono, impactado por uma longa jornada total de trabalho¹² (remunerado e não remunerado), o que afeta seu bem-estar. Aquelas que estão mais bem posicionadas no mercado de trabalho recorrem à serviços oferecidos pelo mercado ou à contratação de outras mulheres, aspectos que recriam desigualdades entre as próprias mulheres. As estratégias de conciliação, o aumento das profissões relacionadas ao cuidado especialmente no setor de serviços e as configurações das mesmas considerando a divisão sexual do trabalho são aspectos importantes no desenvolvimento desta agenda de pesquisa.

Esta questão adquire ainda mais relevância a partir da realidade da chamada “crise dos cuidados” vivenciada nos países industrializados. Tal crise foi provocada pelo envelhecimento da população, pela diminuição da taxa de fertilidade, pela redução das políticas de bem-estar e pelo crescimento contínuo da participação feminina no mercado de trabalho (ESQUIVEL, 2011; HIRATA e GUIMARÃES, 2012). Estes elementos tornam patente uma crescente dificuldade das mulheres em atender as demandas de cuidados, explicitando que a oferta de cuidados não é infinita. A crise dos cuidados impulsionou o aumento de fluxos migratórios de mulheres dos países do sul para os países do norte, configurando as chamadas cadeias globais de cuidados (PÉREZ, 2007). Estas cadeias ampliam a visibilidade da questão dos cuidados, seja devido à importância econômica das remessas enviadas por estas trabalhadoras a seus países de origem, seja devido ao crescimento da xenofobia e discriminação frente aos migrantes nos últimos anos nos países do norte.

2.1- O LUGAR DOS CUIDADOS NA ANÁLISE ECONÔMICA

12 A jornada média de trabalho remunerado dos homens é cerca de sete horas maior que das mulheres. Ainda assim, o tempo total de trabalho (remunerado e não remunerado) das mulheres é superior ao dos homens, 57 horas por semana para as mulheres e 53 horas semanais para os homens (PNAD 2009).

Entre o debate sobre o trabalho doméstico, iniciado nos anos 1970, e a formulação em torno da questão dos cuidados há um percurso conceitual e político na economia feminista.

O debate sobre o trabalho doméstico marcou o desenvolvimento do feminismo identificado com o campo marxista. Autoras como Christine Delphy e Mariarosa Dalla Costa são referências na reflexão sobre se o trabalho doméstico deveria se caracterizar como modo de produção, trabalho produtivo e criador de valor. A hipótese polêmica de Delphy (2009), debatida a partir dos anos 1970, era de que o patriarcado seria uma sistema de subordinação das mulheres aos homens com uma base material constituída pelo modo de produção doméstico. Nele, a família seria um lugar de exploração econômica das mulheres pelos homens, se diferenciando, portanto, da lógica de exploração do capital. Por sua vez, Dalla Costa apresentou a formulação de que o trabalho doméstico seria produtivo na medida que reproduz a mercadoria força de trabalho, visão a partir da qual se derivou a proposta de salário para as donas de casa, polêmica entre o movimento feminista porque poderia significar uma legitimação do papel atribuído tradicionalmente às mulheres na família (CARRASCO, 1999). Segundo Rodriguez (2012), esta reflexão foi além e buscou explicar a relação entre o trabalho doméstico não remunerado e a acumulação capitalista, entre o capitalismo e o patriarcado, debate que ainda hoje não é consensual e se mantém atual.

Paralelamente, se desenvolviam as elaborações em torno da divisão sexual do trabalho como base material das relações desiguais entre homens e mulheres (KERGOAT, 1996). Estas problematizavam como, além do capital, os homens também se beneficiavam com o trabalho doméstico não remunerado realizado pelas mulheres. Cabe ressaltar que no início deste debate não se destacava uma elaboração mais apurada sobre a conciliação entre trabalho remunerado e trabalho não remunerado para explicar a experiência das mulheres no capitalismo, tema desenvolvido posteriormente pela economia feminista e pela sociologia do trabalho.

O desenvolvimento das análises feministas apontou o trabalho doméstico e de cuidados como necessário para a reprodução da força de trabalho e também visibilizou os custos deste trabalho para as mulheres responsáveis por sua provisão (ESQUIVEL, 2011). Neste sentido, Folbre (2011) afirma que oportunidades perdidas, obrigações financeiras ou salários e condições de emprego às quais as mulheres renunciam, configuram os custos impostos a elas pela responsabilização com os cuidados. Por outro lado, sua realização teria como resultados compensações intrínsecas a este trabalho, como o fortalecimento de vínculos sociais e familiares.

A responsabilização das mulheres, no âmbito privado, pela maior parte da realização do trabalho doméstico é operada pela divisão sexual do trabalho. Buscando compreender a relação deste processo e a organização da sociedade pelo mercado, Elson (1994:40) aponta que “a capacidade do dinheiro de mobilizar a força de trabalho a serviço do 'trabalho produtivo' depende de que um conjunto de relações sociais opere para mobilizar a força de trabalho a serviço do 'trabalho reprodutivo’”. Esta formulação dialoga com a definição de relações sociais de sexo, que atravessam todo o campo social e são materialmente sustentadas pela divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 1996).

Ainda que não haja consenso em torno dos elementos que compõem o trabalho de cuidados, há uma compreensão de que é preciso ir além de definições genéricas. Himmelweit (2011), pioneira neste debate na economia feminista, propõe definir conceitualmente o trabalho doméstico a partir do que o distingue do trabalho assalariado. Para ela, o debate anterior foi reducionista na medida em que excluiu de suas definições conceituais as atribuições específicas do trabalho doméstico, especialmente suas características subjetivas, uma vez que buscou igualá-lo, analiticamente, a um conceito de trabalho referenciado no assalariamento.

Himmelweit argumenta que é necessário transcender a dicotomia “trabalho/não-trabalho” que marcou o debate anterior sobre o trabalho doméstico. No mesmo sentido, Daly e Lewis (2011) criticam as dicotomias geradas nas análises sobre os cuidados, como por exemplo nas diferenciações entre o cuidado de crianças ou de idosos, realizado de forma remunerada ou não remunerada. Segundo as autoras, estas dicotomias fragmentam as análises e limitam a coerência do conceito, dificultando que o mesmo seja compreendido em sua totalidade como atividade importante para a organização social. Glucksmann (2012) afirma que este também é um desafio para a sociologia contemporânea do trabalho, que raramente incorpora em uma mesma análise as modalidades formais e informais, remuneradas e não remuneradas de uma mesma atividade.

O desenvolvimento destes debates, desde as proposições de Himmelweit, significou uma ruptura na concepção do trabalho doméstico e de cuidados:

Da busca pelo reconhecimento em termos de trabalho de mercado – como se tentou no início do “debate sobre o trabalho doméstico” –, passou-se a valorizar o trabalho realizado nos lares pelas suas próprias características e por sua importância no cuidado e bem-estar das pessoas (CARRASCO, 2011:39)

O trabalho doméstico e de cuidados é o núcleo da reprodução social das pessoas. Pode se complementar com outros trabalhos, mas “a responsabilidade final de harmonizar as demais formas de trabalho e/ou absorver suas insuficiências segue recaindo sobre o trabalho familiar não remunerado” (PICCHIO, 1999:203). Segundo esta autora, não é possível analisar o trabalho doméstico com o mesmo marco analítico da produção de mercadorias. É necessário que se mostrem as diferenças e que se tornem visíveis os vínculos entre os diferentes processos.

Esta proposição implica, portanto, deslocar o eixo analítico do foco no funcionamento e lucros do mercado, para compreender, ao mesmo tempo, a interdependência entre as esferas da produção e reprodução, bem como as dinâmicas e demandas próprias das atividades de cuidados que garantem a sustentabilidade da vida (Carrasco, 2011).

No deslocamento conceitual desenvolvido, sobretudo pelas feministas anglo-saxãs, o trabalho de cuidados é definido como o conjunto das atividades realizadas e as relações estabelecidas para satisfazer as necessidades materiais e emocionais de crianças e adultos dependentes (ESQUIVEL, 2011). As definições mais específicas direcionam a análise para o processo de trabalho e não apenas para o lugar em que ele se realiza, além de considerar atividades que implicam estreita inter-relação pessoal ou emocional. Tais definições abrangem o trabalho não remunerado, mas também aquele que é remunerado e pode ter substitutos no mercado. A oferta, no mercado de serviços, de cuidados que antes eram realizados apenas no ambiente doméstico é marcada pela baixa remuneração do trabalho, o que sugere a permanência da desvalorização desta atividade mesmo quando ela se realiza na esfera pública (FOLBRE, 2011).

Estas questões conceituais sugerem a necessidade de transcender o termo 'trabalho não remunerado' em favor de uma análise mais desagregada que distinga entre as diferentes formas de trabalho de cuidados em razão de sua relação com o mercado, das características do processo de trabalho e dos tipos de beneficiários ou beneficiárias (FOLBRE, 2011:284)

Himmelweit (2000) aponta que nesta análise é preciso romper com o individualismo metodológico que explica as decisões econômicas. Já Folbre (1995) aponta que a realização do trabalho de cuidados é motivada pelo altruísmo, reciprocidade (em uma perspectiva intergeracional e de longo prazo) e obrigação ou responsabilidade. Mas Pérez (2006) adverte para o risco de tratar o trabalho de cuidados nos termos dicotômicos egoísmo/altruísmo, considerando que o cuidado está relacionado não com uma disposição individual, mas com responsabilidades atribuídas às pessoas em função de sua posição social e de suas relações. A realização do trabalho

de cuidados está, portanto, relacionada a normas sociais e identidades, como a construção social da maternidade e a suposição de que as mulheres mães desempenham atividades de cuidados essencialmente motivadas pelo sentimento de amor. Essa suposição, profundamente vinculada às relações sociais de sexo, desconsidera o conteúdo econômico e a própria característica de trabalho que os cuidados constituem. Esta é, inclusive, uma forma de se perpetuar uma organização social dos cuidados que mantém as mulheres, e seu altruísmo, realizando uma grande quantidade de trabalho necessário, porém invisível.

Para o debate econômico, importa a conceituação em termos de a quem este trabalho beneficia. A compreensão de Carrasco (2011) e Picchio (2012) é de que as e os beneficiados pelos cuidados não são apenas indivíduos dependentes, como crianças, idosos ou doentes, mas também adultos. Ela deriva da visão de que os aspectos materiais e afetivos dos cuidados estão necessariamente ligados e contribuem para a manutenção e gestão cotidiana da vida de todas as pessoas e não só daquelas tradicionalmente consideradas dependentes.

A ideia de dependência, construída socialmente em torno de variáveis de idade e saúde, reduz o alcance e o papel econômico e social dos cuidados na medida em que não capta a vulnerabilidade do conjunto da população como uma condição humana (KITAY, 1999). Além disso, esta perspectiva dos cuidados aos dependentes, denominada por Izquierdo (2003) como “perspectiva da cura”, é problematizada por estabelecer uma demarcação entre quem só cuida e quem só recebe cuidados, podendo inclusive significar uma estigmatização sobre quem necessita de cuidados. A concepção hegemônica de dependência se refere a uma situação individualizada, dualista e estática (ESQUIVEL, 2011), desconsiderando inclusive a dependência como processo social (PÉREZ, 2006). Além disso, esta perspectiva está ligada à visão apenas das dimensões materiais dos cuidados e se relaciona, por exemplo, a visões medicamentosas na saúde.

Hirata e Guimarães (2012) apontam que diversos pesquisadores dos cuidados compartilham a visão estabelecida por Joan Tronto (1993) de que todas as pessoas são vulneráveis e necessitam de cuidados em algum momento da vida, configurando o conjunto da população como, ao mesmo tempo, provedores e beneficiários dos cuidados, ainda que o lugar de provedores seja ocupado majoritariamente por uma parcela da população – as mulheres. Desta forma, a noção de independência é problematizada como um mito. Em contraposição, é colocada a noção de interdependência, segundo a qual todas as pessoas são social e humanamente interdependentes e demandam, no decorrer de suas vidas, distintos cuidados emocionais ou aportes materiais (CARRASCO, 2011).

A dependência não é uma situação excepcional ou individual, mas universal. Portanto, a responsabilidade com os cuidados não deveria ser privada nem individual, e sim social e política. Carrasco recupera filósofas como Martha Nussbaum, ao sugerir que cada sociedade deveria organizar os cuidados para atender as necessidades humanas mantendo o respeito tanto por quem precisa de cuidados como por quem atua como cuidadora. Eva Kittay (1999) afirma que “só em sociedades em que os trabalhos de cuidados não estejam determinados por sexo, gênero, raça ou qualquer outra categoria social, pode ter sentido o ideal de igualdade ou justiça social”. Porém, conforme sublinha Esquivel (2011), este aspecto não aparece com centralidade no atual debate sobre economia do cuidado no campo das políticas públicas, na medida em que a ênfase é colocada sobre o cuidado de dependentes.

No que se refere ao conteúdo dos cuidados, há aqueles que são diretos, realizados diretamente com as pessoas beneficiadas - como por exemplo, dar comida para uma criança - e os indiretos, que compreendem o que tradicionalmente se conhece como trabalho doméstico e beneficia um conjunto de pessoas ao mesmo tempo, como a preparação de comida, a limpeza da casa ou lavar roupas (FOLBRE, 2011; CARRASCO, 2011). O conjunto destas atividades adquire uma magnitude que leva autoras como Carrasco (2003) a afirmar que a “mão invisível da vida cotidiana” é a que regula o processo de produção do viver e portanto a continuidade do funcionamento do mundo, sem a qual a “mão invisível do mercado” não poderia se sustentar.

O percurso conceitual que desloca a análise do local de realização deste trabalho (o ambiente doméstico) para focar o processo do trabalho de cuidados permite transcender as fronteiras do espaço privado, da reprodução e do não monetizado, para explicitar que os cuidados são necessários para a manutenção da vida e das atividades do mercado, supostamente autossuficiente. As análises sobre o trabalho de cuidados dão visibilidade ao questionamento da autossuficiência do *homo economicus*, personagem que “representa uma falsa liberdade de ação, não generalizável e que só pode existir porque existe alguém que está realizando ‘as outras’ atividades” (DONES i TREBALLS, 2001 *apud* PÉREZ, 2006). Além disso, este percurso possibilita analisar as formas pelas quais o conteúdo deste trabalho opera na desvalorização de profissões, majoritariamente femininas, que ofertam serviços de cuidados pelo mercado. Folbre (2011) chega à conclusão de que o trabalho de cuidados é desvalorizado pelo simples fato de ser um trabalho feminino. Este enfoque analítico implica, portanto, desvelar as relações sociais e os mecanismos da desigualdade que se reproduzem no processo dos cuidados.

A relação entre o trabalho doméstico e o trabalho de cuidados aparece de forma diferenciada de acordo com o contexto. Esquivel (2011) sugere que a diferenciação “taxativa” entre o que é o trabalho doméstico e o que é o trabalho de cuidados poderia ser fruto de um viés primeiromundista. Isto porque, se tomamos por base o conhecimento disponível sobre a realização destes trabalhos na América Latina, por exemplo, os e as provedoras de cuidados não remunerados são também os e as que mais realizam o trabalho doméstico não remunerado, simultaneamente. Hirata (2010) aponta que as primeiras reflexões publicadas sobre os cuidados no Brasil estiveram relacionadas com a reflexão sobre o trabalho doméstico, com a característica de analisar o conjunto das relações sociais envolvidas em sua realização, e a realização do trabalho doméstico e de cuidados como parte do conjunto da reprodução social.

A abordagem em termos do trabalho doméstico e de cuidados privilegia o olhar sobre a esfera da reprodução e do trabalho não remunerado atribuído majoritariamente às mulheres, contribuindo essencialmente para localizar este debate na disputa do que está em jogo na opressão das mulheres, ou seja, nas configurações da divisão sexual do trabalho enquanto base material da desigualdade entre homens e mulheres. Para Pérez (2006), compreender a experiência das mulheres na sociedade capitalista passa pela compreensão do trabalho de cuidados, uma vez que, além de ser um dos determinantes para o tipo de inserção feminina no mercado de trabalho, supera analítica e empiricamente as fronteiras rígidas entre o ambiente de mercado e o ambiente doméstico, por ser transversal e configurar a experiência do conjunto das mulheres como grupo social. A desigualdade na divisão sexual do trabalho se manifesta, no âmbito doméstico, pela diferença do tempo gasto por mulheres e homens na realização do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado. A análise transversal e que transcende as fronteiras visibiliza, ao mesmo tempo, a permanente disponibilidade das mulheres para o cuidado com os outros e a disponibilidade que os homens têm em ser cuidados, expressão da base material das desigualdades de gênero (PÉREZ, 2006).

Os cuidados podem ser considerados como um bem público, implicando o Estado em sua realização, na medida em que melhoram as capacidades produtivas humanas e, assim, um cuidado de qualidade contribui para ampliar o bem-estar do conjunto da comunidade (FOLBRE, 2011:288). Mas o fato é que a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho remunerado não foi acompanhada da reorganização social dos cuidados, tendo sido mantida uma divisão sexual do trabalho desigual.

De acordo com Carrasco (2003), nas sociedades ocidentais, a sustentabilidade da vida pode ser garantida por três fontes básicas: pela produção e atividades de cuidados diretas realizadas no âmbito doméstico, pelo mercado e pelas políticas públicas. Ou seja, distribuem-se entre família, mercado e Estado. Esta constatação nos leva a refletir sobre as três questões centrais nas análises sobre os cuidados, que discutiremos à luz da realidade brasileira: 1) o papel do Estado como provedor de políticas de cuidado ou as formas pelas quais o Estado atua no sentido de reprodução dessa divisão sexual do trabalho; 2) as possibilidades de mercantilização dos cuidados e como estas configuram um novo foco de precarização marcado pelas relações sociais de sexo no mercado de trabalho; e 3) a organização dos cuidados na família.

2.2. O ESTADO: CUIDADOR OU REPRODUTOR DAS DESIGUALDADES?

As formas de resolver as tensões provocadas pela distribuição dos cuidados diferem de acordo com o nível de remuneração da população e das políticas públicas adotadas pelo Estado. Entre aqueles que auferem maior renda, o mercado tem participação maior na provisão de serviços de cuidados (inclusive com o emprego doméstico), enquanto a população com menor rendimento, se não encontra apoio do Estado, estabelece arranjos informais ou comunitários para resolver a questão dos cuidados.

No que se refere ao cuidado de crianças, este aspecto salta aos olhos na realidade brasileira. Em 2009, apenas 18,4% das crianças entre 0 a 3 anos frequentavam creches, e 81,3% das crianças entre 4 a 6 estavam matriculadas na pré-escola¹³. O acesso à educação infantil é diferenciado de acordo com a classe social. Entre o quinto mais rico, 50,4% das crianças de 0 a 6 anos frequentam a educação infantil sendo que 39,4% estão em instituições privadas e 11% em públicas. Entre o quinto mais pobre, o percentual de crianças frequentando educação infantil chega a 39,8%, sendo que 3,9% em instituições privadas e 36% em instituições públicas (PNAD, 2009).

Sorj e Fontes (2012) sugerem a partir destes dados que, como a transferência do cuidado das crianças das famílias para as instituições de educação não é uma prática universal, em famílias com maiores rendimentos e nas que as mães trabalham fora, o cuidado alia a frequência às creches e pré-escolas particulares com o serviço das empregadas domésticas. Já nas famílias de menor renda, os cuidados são realizados pelas instituições públicas combinado com

13 No Brasil a pré-escola e educação infantil são obrigatórias, ao passo que as creches não.

redes de solidariedade e com a família estendida, incluindo irmãs, tias, vizinhas, avós, por vezes se utilizando de remuneração.

Ao longo do desenvolvimento do capitalismo, Estado e mercado se estruturaram acentuando a rigidez da separação entre as esferas pública e privada, equivalentes à esfera da produção e da reprodução social. Entre as implicações desta separação está a ocultação dos vínculos entre os processos de reprodução social, relegados ao interior da família, e os processos produtivos, resultando na invisibilidade da reprodução nas análises e no desenvolvimento das políticas.

As feministas apontam que não é neutra a concepção estabelecida pela teoria política liberal de que a interferência do Estado, do público e do político na esfera pessoal, privada e da família não é desejável. Ao contrário, tal visão reforça a desigualdade de gênero. Para Okin (2008), esse pensamento opera no sentido de legitimar a desigualdade, na medida em que não submete uma parte significativa da vida, especialmente da vida das mulheres, à análise política. Não problematizar os vínculos entre as esferas pública e privada tem como consequência desconsiderar, na teoria política, um universo de atividades e relações estabelecidas no âmbito privado.

A recuperação do pensamento feminista sobre as implicações deste processo na constituição das mulheres como cidadãs e sujeito de direitos é relevante para a compreensão das tensões que permeiam a relação entre Estado, mercado e família como provedoras do bem-estar.

Assim como na economia, a teoria feminista demonstrou de que forma a dicotomia público/privado constituiu o androcentrismo da teoria política. De acordo com Okin (2008), não há uma definição precisa do público e do privado na teoria política. São utilizados tanto para a distinção entre Estado e sociedade, como para vida doméstica e não doméstica. Soma-se a isso a consideração da divisão sexual do trabalho como um pressuposto, o que contribui com a naturalização da separação entre o público e o privado. Okin afirma que a divisão sexual do trabalho tem papel central tanto na separação quanto na estruturação de cada uma dessas esferas.

O feminismo aponta que a separação entre as esferas pública e privada tem a função ideológica de manter as mulheres em uma situação socialmente desvantajosa, na medida em que nesta sociedade ocidental a esfera pública é mais valorizada. Ao mesmo tempo, a afirmação de que o pessoal é político, cunhada pelo feminismo, lança luz sobre as relações de poder que se estabelecem no interior das famílias, na esfera do privado.

Entre as consequências da teoria política que ignora os vínculos entre o privado e o público está a definição de direitos a partir de uma noção de indivíduo que se constitui tendo como referente um ser humano do sexo masculino e adulto. As relações na esfera privada e, notadamente, na família, são pressupostos inquestionáveis na elaboração dessas noções. Por isso, em grande medida, a teoria política contemporânea é sobre homens que têm esposas em casa (OKIN, 2008:311).

Pateman (1995) se tornou uma referência neste debate ao elaborar uma crítica feminista à teoria do contrato social. Esta teoria se baseia na afirmação de que os indivíduos, livres e iguais, abrem mão de sua liberdade “natural” em nome de uma liberdade “civil”, protegida pelo Estado. A crítica de Pateman afirma que o contrato originário é um pacto social-sexual, mas é o contrato social que tem lugar na teoria política, enquanto o contrato sexual é ocultado. Ao ocultar a história da consolidação do poder exercido pelos homens sobre as mulheres, não se visibiliza a constituição do patriarcado moderno, inaugurado pelo contrato sexual, parte deste contrato originário. O contrato original combina liberdade e dominação. “O contrato social é uma história de liberdade, o contrato sexual uma história de sujeição” (PATEMAN, 1995:10). O desenvolvimento do argumento procura demonstrar que a liberdade evocada pelos contratualistas é um atributo masculino, dependente da subordinação das mulheres.

Pateman constrói sua argumentação em torno da separação das esferas pública e privada como questão fundamental¹⁴. Segundo a autora, o contrato originário estabelece a sociedade civil, que tem duas esferas: pública e privada. Na teoria do contrato social, ao se analisar apenas a esfera pública, a esfera privada é ocultada, contribuindo para ocultar a história do contrato sexual. Ao mesmo tempo em que se cria essa dicotomia entre o público e o privado, é para o público que se voltam os interesses políticos. Dessa forma, esse processo contribui com a invisibilidade da esfera doméstica, pois se oculta que a esfera pública, da liberdade civil, depende do âmbito doméstico, do ponto de vista da reprodução e da sustentabilidade da vida humana. Ao mesmo tempo, afasta o fato de que também a esfera pública é estruturada pelas relações estabelecidas por uma divisão sexual:

a divisão público/privado é também uma divisão sexual – as mulheres, privadas da participação pública, passam a ser associadas ao amor, aos laços sanguíneos, à sensibilidade, ao

14 As problematizações feministas à teoria política são diversas. Uma referência importante é a crítica à concepção de esfera pública habermasiana, encontrada em Fraser, Nancy, "Repensando la esfera pública: una contribución a la crítica de la democracia actualmente existente", In: CALHOUN, Craig. *Habermas and the Public Sphere*. MIT Press: Cambridge, Massachusetts, 1992.

cuidado, à submissão e governadas pelo homem. Já o mundo público é associado à cidadania, à liberdade, aos direitos, à propriedade e, portanto, aos homens, que interagem enquanto cidadãos iguais” (PATEMAN, 1989:183).

A aceitação da suposta neutralidade dos indivíduos impede a visibilidade do vínculo entre as esferas pública e privada. No pensamento androcêntrico, a esfera privada é considerada irrelevante do ponto de vista político (teórico e ativista), em uma tentativa de esconder a profunda interdependência das duas esferas; a esfera pública depende da privada e do conjunto de atividades desempenhadas nessa, em especial o trabalho necessário para a sustentabilidade da vida. O rompimento dessa visão se relaciona com a reivindicação de que as mulheres sejam consideradas indivíduos, ou seja, como sujeitos históricos e políticos¹⁵, e com o questionamento das estruturas patriarcais que perpassam todas as relações sociais.

Da mesma forma, a valorização da esfera produtiva e mercantil, questionada pelas feministas na construção da teoria econômica, também se reflete na configuração de políticas que se orientam a garantir direitos de cidadania tendo como referência o trabalho-emprego masculino, no modelo de trabalho em tempo integral. Assim, a construção da cidadania econômica não incluiu as pessoas caracterizadas como dependentes economicamente, desconsiderando as limitações que a responsabilidade com as atividades do cuidado, por ser oculta, impõe ao acesso pleno das mulheres à cidadania. Este aspecto foi sendo gradativamente incorporado em direitos conquistados como limitação da jornada de trabalho e licença maternidade, por exemplo, decorrentes das reivindicações do direito ao trabalho, levantadas pelas mulheres socialistas no final do século XIX e na primeira onda do movimento feminista (HEINEN, 1978).

2.2.1- CONTRIBUIÇÕES DAS ANÁLISES FEMINISTAS SOBRE O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

Sorj e Fontes (2012) advertem que as críticas feministas ao Estado de Bem-Estar Social europeu não podem ser automaticamente aplicadas a realidades marcadas estruturalmente por desigualdades sociais de classe, gênero e raça. Tais críticas proporcionaram análises capazes de demonstrar que a hegemonia da lógica mercantil e da sobrevalorização da produção de mercadorias constituiu o principal obstáculo para a provisão e obtenção de bem-estar cotidiano da população nas experiências dos Estados de Bem-Estar (CARRASCO, 2011). Nos marcos deste

15 A reivindicação dos direitos políticos das mulheres, como o direito ao voto, marcou o desenvolvimento da primeira onda do feminismo, nas primeiras décadas do século XX.

debate, o Estado não é analisado apenas como provedor de serviços de cuidados, mas como regulador do funcionamento das outras esferas (família e mercado) que provêm os cuidados (ESQUIVEL, 2011).

A configuração dos direitos, políticas e instituições no desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social (EBES) são a referência fundamental no paradigma das políticas sociais no Estado moderno, mesmo com a crise e questionamento dos mesmos nos países da Europa continental, e sem que tenham se consolidado nos países em desenvolvimento (GODINHO, 2009:12).

As análises sobre o Estado de Bem-Estar Social abarcam diferentes perspectivas, entre elas as que privilegiam a análise dos fatores econômicos para sua consolidação, colocando a política social como resultado do crescimento econômico, aquelas que apontam que seu desenvolvimento se deu com o objetivo de legitimar socialmente o processo de acumulação capitalista e aquelas que desenvolveram critérios de comparação entre os EBES em diferentes países.

Os debates feministas sobre o Estado de Bem-Estar Social na Europa proporcionaram um conjunto de reflexões relevantes para se pensar as possibilidades de construção da igualdade entre homens e mulheres a partir da ação do Estado. Ainda que tenham sido tardiamente visibilizados, estes debates influenciaram este campo de análises ao elaborar e sugerir novas categorias a partir do enfoque feminista. Este processo se deu de maneira simultânea a um conjunto de debates sobre a crise dos Estados de Bem-Estar, nos anos 1980, no contexto da globalização neoliberal, da diminuição no crescimento econômico e do envelhecimento da população. Daly e Lewis (2011) argumentam que a redefinição das políticas relacionadas aos cuidados é um elemento central para as análises das transformações pelas quais os EBES passam, na medida em que se problematiza a orientação quanto à distribuição dos cuidados entre Estado, família e mercado.

Paradis (2012) destaca três tipos de problematizações apresentadas pelas feministas neste campo. A primeira se refere aos problemas teóricos, que apontam inconsistências e omissões das análises sobre os EBES decorrentes da visão androcêntrica predominante nas ciências humanas e sociais. A mesma cegueira de gênero criticada pelas feministas na teoria econômica é apontada nas análises em questão. Ao se utilizar de uma suposta neutralidade de conceitos tais como cidadania, essas análises não consideram as formas pelas quais o Estado de Bem-Estar reproduz ou transforma as relações sociais de sexo (ORLOFF, 1993: 304).

Uma segunda ordem de problematizações questiona os fundamentos de origem e desenvolvimento dos EBES. Estas apontam o caráter patriarcal do Estado que se ancora na divisão entre público e privado, em um processo que relega a família à esfera privada. Para Orloff (1993), os principais mecanismos implícitos no Estado de Bem-Estar são a divisão sexual do trabalho, o casamento tradicional e o sistema de salário-família. Por fim, os problemas no funcionamento das instituições do bem-estar seriam um reflexo das problematizações anteriores, na medida em que o desenho das políticas assume um viés androcêntrico e reforçam, ainda que implicitamente, a divisão sexual do trabalho e o modelo de família que tem o homem como provedor.

As críticas feministas à noção de cidadania não apontam a ausência total das mulheres na constituição da mesma, e sim o fato de que a divisão sexual do trabalho e a rigidez da separação entre público e privado, que oculta o processo de reprodução, são pressupostos da concepção de cidadania moderna.

Tomando como referência a classificação e periodização de Marshal sobre a constituição da cidadania, que seguiria um caminho linear e de sucessão temporal – iniciando com os direitos civis, depois políticos e posteriormente sociais –, Alicia del Re (1998) explicita que este processo é mais lento e diferenciado para a constituição da cidadania das mulheres. A autora afirma que o fato de que o sistema de partidos políticos tenha se constituído anteriormente à extensão dos direitos políticos – como o voto – para as mulheres implicou no sexismo deste processo de construção política e de políticas. Além disso, aponta que o trabalho de reprodução social, por ser exercido majoritariamente pelas mulheres, acarreta em uma menor participação cidadã destas (RE, 1998: 233). A ausência de políticas de Estado que atendam aos cuidados necessários à população em geral reforçaria essa realidade, na medida em que as mulheres seguem responsáveis por este trabalho, fornecendo bens e serviços de maneira gratuita no interior dos lares.

Daly e Lewis (2011) apontam que o conceito de cuidados foi bastante utilizado para analisar os Estados de Bem-Estar, mas que este aparece, majoritariamente, na literatura feminista, e sua aplicação empírica se restringiu à Grã-Bretanha e a países escandinavos. Ao examinar o potencial analítico do conceito de cuidados, as autoras enfatizam que este reside, centralmente, no fato de que tal conceito opera na intersecção entre âmbitos cujas fronteiras são comumente delimitadas em análises dicotomizadas. É o caso da intersecção entre o público e o privado no sentido de Estado/família, mas também como Estado/mercado.

Com o objetivo de utilizar os cuidados como categoria analítica, Daly e Lewis propõem sua conceitualização buscando compreender a economia social e política na qual os Estados de Bem-Estar se inserem, ao mesmo tempo em que procuram revelar as dimensões da vida, especialmente das mulheres, implicadas neste processo. Propõem, para isso, a categoria de *social care*, definida como

o conjunto de atividades e relações que intervêm na satisfação das necessidades físicas e emocionais das pessoas adultas dependentes e das crianças, e os marcos normativos, econômicos e sociais nos quais elas se distribuem e se desenvolvem (DALY e LEWIS, 2011:231)

Sobre esta definição, as autoras destacam três dimensões. A primeira é dos cuidados como trabalho, implicando que há um sujeito e uma ação. Esta dimensão é importante na medida em que visibiliza o sujeito dos cuidados e possibilita a comparação deste com outras formas de trabalho, analisando quais são as condições em que o trabalho de cuidados é realizado e, necessariamente, a consideração sobre o papel do Estado neste processo. A segunda dimensão é a dos cuidados como um conceito localizado em um marco normativo de responsabilidades e obrigações, o que em princípio se refere às relações familiares. A consideração das relações para além da esfera familiar implica analisar o papel do Estado na regulação, reforço ou transformações das relações estabelecidas com os cuidados. Por fim, a terceira dimensão destacada é a dos cuidados como uma atividade com custos financeiros e emocionais que atravessam as fronteiras do público e privado, de onde se desprendem análises da divisão de tais custos entre os diferentes sujeitos do cuidado – indivíduos, famílias e sociedade em geral.

Boa parte dos estudos feministas sobre o Bem-Estar que enfocaram a dimensão dos cuidados se concentrou na análise das políticas sociais e, em menor escala, na localização dos cuidados na economia política do Estado de Bem-Estar. Daly e Lewis problematizam a que tipo de análises o conceito de *social care* se remete. Um primeiro apontamento se refere a uma escala macro, que volta o olhar sobre a infraestrutura de cuidados, com ênfase na relação entre os serviços sociais de cuidado (ou as políticas públicas de cuidado) e as prestações monetárias ofertadas nos Estados de Bem-Estar. A partir daí é possível analisar a economia política dos cuidados, que tem como ponto de partida a análise sobre a divisão do trabalho, responsabilidade e custos do cuidado entre a família, o mercado e o Estado. Se busca a identificação das especificidades institucionais que orientam a organização dos cuidados em cada um destes setores, bem como sua contribuição para a carga total de cuidados necessários e as políticas que

os regulam. As autoras apontam um segundo campo de análises dos cuidados, em escala micro, que se referem ao conteúdo dos mesmos e também à experiência individual do Bem-Estar na sociedade. Destas se depreendem explicações sobre o caráter de gênero das relações sociais no contexto das políticas para a garantia do Bem-Estar. A análise sobre a distribuição dos cuidados estaria, nesta escala, voltada para as relações entre homens e mulheres no seio da família, considerando em que medida a atuação do Estado interfere ou não nesta distribuição.

A crítica feminista se direciona a autores como Esping-Andersen, referência nas análises comparadas dos Estados de Bem-Estar Social, por ter desenvolvido sua análise e tipologia em um modelo de cidadania que tem o homem como referente, sem considerar as relações desiguais de gênero no interior das famílias (PARADIS, 2012). O autor classifica três regimes de Estados de Bem-Estar, agrupando as experiências de tipo liberal, caracterizada pelo incentivo do Estado para que os benefícios do bem-estar sejam adquiridos no mercado; conservador, em que o bem-estar não se apoia no mercado, mas mantém uma ordem social hierárquica em que a redistribuição é marginal e o lócus primordial do bem-estar está na família; e social-democrata, nos quais prevalecem os princípios universalistas de difusão do bem-estar, com orientação de redistribuição e aumento da renda.

Esping-Andersen (2000) analisa os Estados de Bem-Estar com o entendimento de que o Estado interfere ativamente no ordenamento das relações sociais, e aponta a desmercadorização e a estratificação social como conceitos centrais em sua análise. A desmercadorização se refere à possibilidade de manter determinadas condições de vida sem participar no mercado, ou seja, a possibilidade de decidir livremente as condições de um emprego. Uma década mais tarde, o autor atualizou sua elaboração incorporando a crítica feminista, com a elaboração do conceito de desfamiliarização. A desfamiliarização é um conceito paralelo ao de desmercadorização. Refere-se à atenuação da dependência das mulheres nas relações familiares tradicionais, marcadas pelas relações patriarcais. A desfamiliarização seria, segundo Esping-Andersen, uma condição para que as mulheres entrem no mercado. O autor ressalta que o termo desfamiliarização descreve em que medida as responsabilidades familiares com a atenção, cuidado e bem-estar são reduzidas por meio das políticas públicas. Assim, um sistema seria familista não por ser a favor da família, mas por ter uma política que assume e atua para que o núcleo familiar permaneça sendo o primeiro responsável pelo bem-estar de seus membros (ESPING-ANDERSEN, 2000)

Para Esping-Andersen, apenas o regime social-democrata desenvolveu algumas políticas estruturadas de desfamiliarização. Nos regimes liberais e conservadores prevaleceram

formas de desfamiliarização não orquestradas pelo Estado, como a diminuição da taxa de fecundidade pela escolha das mulheres e ocupação, por elas, de postos de trabalho com jornada parcial (PARADIS, 2012).

Atualmente, há um debate aberto na América Latina sobre a possibilidade de se analisar o contexto latino-americano a partir dos conceitos do Estado de Bem-Estar (DRAIBE e RIESCO, 2011). Segundo estes autores, se verifica na região um novo modelo de Estado desenvolvimentista de bem-estar, marcado especialmente pelo deslocamento de programas sociais fragmentados para a ampliação e consolidação de sistemas de proteção social, somado à consolidação da democracia em países como por exemplo o Brasil, Argentina, Venezuela e Uruguai.

Entre as proposições de análises do bem-estar nestes países, se consideram a capacidade de geração de trabalho formal remunerado; o grau de desmercadorização do bem-estar, verificado pela sua autonomia frente ao mercado propiciada pela redistribuição de recursos de políticas públicas; o grau de desfamiliarização do bem-estar, verificado pela sua provisão independente do trabalho realizado de forma não remunerada pelas mulheres no interior das famílias; e o resultado das políticas sociais, verificado na melhoria das condições de vida da população (PARADIS, 2012).

Nos debates sociológicos, se verifica o esforço de compreender os diferentes princípios reguladores dos cuidados como parte da provisão de bem-estar, problematizando a aplicabilidade de conceitos elaborados frente às realidades europeias uma vez que, segundo Sorj e Fontes (2012:105), estes podem obscurecer as desigualdades de classe, raça e gênero que configuram as distribuições do cuidado entre Estado, família e mercado em um mesmo país, como por exemplo o Brasil.

2.3 - A MERCANTILIZAÇÃO DOS CUIDADOS

A realização do trabalho doméstico – suas características e exigências – varia ao longo do tempo e espaço. As transformações impulsionadas pelas revoluções industrial e técnico-científica proporcionaram mudanças importantes, mas estas foram pouco analisadas porque se referem a atividades que não são consideradas econômicas e a rotinas de trabalho de pessoas, como as donas de casa, que não costumam ser consideradas como força de trabalho.

A introdução da luz elétrica figura entre as principais mudanças que afetaram a realização do trabalho doméstico no meio urbano, proporcionadas pela revolução industrial. Segundo Cowan (2011), a introdução da luz elétrica abriu a possibilidade de utilização de uma série de equipamentos domésticos que facilitaram o trabalho doméstico na medida em que reduziram o esforço físico empregado. É o caso do ferro de passar ou da máquina de lavar roupas¹⁶. Por outro lado, novas exigências foram criadas, como um novo padrão de higiene que estabeleceu novos hábitos de limpeza das casas. No caso da alimentação, ao mesmo tempo em que as transformações na produção, refrigeração/conservação e distribuição dos alimentos, a partir das redes de supermercado, tornaram acessível nas cidades alimentos industrializados ou em conserva, reduzindo a dificuldade ou o tempo de preparo de alimentos dentro das casas, há mais exigências no que se refere a nutrição e qualidade da alimentação ofertada sobretudo para as crianças.

Cowan sugere que a diminuição do esforço físico das mulheres com as novas tecnologias introduzidas no ambiente doméstico pode ter levado a um aumento do tempo gasto no trabalho doméstico, crescendo assim as exigências tanto na execução do trabalho como na disponibilidade para os filhos. Estas transformações no trabalho doméstico se relacionam, portanto, com a estrutura e ideologia das famílias e com a presença das mulheres do mercado de trabalho.

No contexto urbano dos Estados Unidos no período entre-guerras, passando pela crise de 1929, houve uma transformação inclusive na ideologia do que é ser boa mãe. Se durante as guerras as mulheres de classe média saíram para o trabalho remunerado, no período posterior parte delas retornou para o ambiente doméstico. Se disseminou uma compreensão de que a realização do trabalho doméstico com todas as suas exigências não seria uma penalidade, mas sim uma experiência emocional. Cowan aponta que esta experiência pode ser comprovada menos nos dados estatísticos – devido à escassa produção em torno da questão – e mais nos espaços que estas experiências ocupavam no mundo público, especificamente nas revistas femininas. Estas eram marcadas pela culpabilização das mulheres que não desempenhavam “suas” tarefas conforme era socialmente esperado. Assim,

“as revistas femininas de mais qualidade representavam suas leitoras como mulheres que se sentem culpadas a maior parte do tempo e quando não se sentem culpadas estão envergonhadas: culpadas se seus bebês não ganharam peso

16 O economista Há-Joon Chang (2010) afirma que a máquina de lavar roupas provocou mais mudanças no mundo que a internet.

suficiente, envergonhadas se algum cano entupir” (COWAN, 2011:111).

A afirmação de que as necessidades humanas a serem satisfeitas são tanto de bens e serviços como também de afetos e relações é importante para a definição das atividades de cuidados. Ou seja, o que as define é a necessidade objetiva que elas satisfazem (CARRASCO, 2003:15). Seguindo este raciocínio, a questão sobre qual é a parte dos cuidados que pode encontrar equivalente no mercado se complexifica. As respostas e os debates sobre o tema são diversos. Por um lado, há uma idealização do trabalho doméstico e de cuidados como a realização do amor e do afeto, com a afirmação de que a participação do mercado nestas atividades seria prejudicial aos cuidados na medida em que substituiria a motivação altruísta pela motivação egoísta que impera no mercado. Esta visão contribui com a manutenção de uma visão ideologizada da maternidade como destino das mulheres.

Em uma sociedade organizada pelo mercado, a substituição de bens e serviços produzidos no interior dos lares como produto do trabalho doméstico e de cuidados por bens e serviços equivalentes adquiridos no mercado seria uma alternativa natural apresentada para resolver a sobrecarga de trabalho que recai sobre as mulheres. Assim, se encontra na economia neoclássica o argumento de que o mercado poderia melhorar as atividades do cuidado aumentando sua eficácia (FERBER e NELSON, 2004). Portanto, a definição a priori do que pode ser mercantilizado ou não é arriscada na medida em que envolve aspectos subjetivos e, por isso, para algumas pessoas certas atividades de cuidados não podem ser contratadas no mercado. Carrasco (2003) aponta que esta dificuldade é uma consequência das relações humanas constituídas a partir dos cuidados e, também, da dificuldade de separar seus aspectos afetivo-relacionais da parte mais instrumental dos mesmos.

Mas da mesma forma que os aspectos emocionais do cuidado, como o amor e o afeto, não são de domínio exclusivo das famílias, o saber técnico dos cuidados não é domínio de quem o realiza de forma remunerada. Assim, Hirata e Guimarães (2012) apontam a necessidade de um aprofundamento das análises sobre a relação entre o cuidado remunerado e o não remunerado, já que o grau de profissionalização e especialização de alguém que desempenha o trabalho de cuidados como atividade remunerada não aparenta ser essencialmente tão diferente do que pode ser realizado por uma pessoa da família, sem estudos específicos na área de cuidados.

Para Himmelweit (2011), a mercantilização das necessidades de consumo e a diminuição da importância de outras necessidades não mediadas pelo mercado reforçaram a

desigualdade na medida em que o dinheiro se transformou no único meio, desigualmente distribuído, para atingir todos os fins. Carrasco (2003) argumenta que a quantidade de trabalho doméstico que pode ser substituído é determinada também pelo salário. Além do aspecto da desigualdade de renda e do alcance da pobreza em sociedades como a brasileira, que impediriam o acesso do conjunto da população a tais bens e serviços no mercado, o debate conceitual ganha novamente importância.

Destacamos, em nossa sistematização, a mercantilização do trabalho doméstico e de cuidados que se realiza a partir da mediação de seu acesso pelo pagamento. Mediante remuneração, o trabalho doméstico adquire o rótulo de serviço e emprego, sendo computado como parte da economia (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2000). Considerar a mercantilização dos cuidados no Brasil passa, necessariamente, por olhar a questão do emprego doméstico, principal ocupação feminina no país. Os dados da PNAD apontam que, em 2009, havia 7,2 milhões de trabalhadores domésticos, sendo que 93% deste contingente era composto por mulheres, em sua maioria (61,7%) negras.

Fontes e Sorj (2012) revelam as diferenciações no acesso aos serviços domésticos segundo a renda domiciliar per capita. Tomando como fonte a PNAD 2009, as autoras demonstram que, em média, 17,5% das famílias têm gastos com serviços domésticos, sendo que no quintil mais rico a porcentagem sobe para 51,7% e, considerando dentro deste grupo as famílias com filhos de até 6 anos, o número alcança os 73%. Esta análise permite comparar o acesso aos serviços domésticos com o tipo de inserção das mulheres no mercado de trabalho, e sugere a manutenção do modelo de delegação (HIRATA e KERGOAT, 2007) na realidade do emprego feminino no Brasil. Isto porque, por um lado, as mulheres de classe média e alta apresentam uma participação no mercado de trabalho semelhante à masculina no que se refere à remuneração e jornada, e, por outro lado, entre as mulheres do quinto mais pobre, sua participação no mercado de trabalho em 2009 foi de 52,3%, apresentando menor jornada de trabalho (SORJ e FONTES, 2012).

Analisar as configurações do mercado de trabalho dos cuidados requer, portanto, um olhar sobre a bipolarização do emprego feminino. Se consideramos como definição do trabalho de cuidados o aspecto relacional, existe uma gama de tarefas domésticas realizadas pelas empregadas domésticas que são tarefas de cuidados apenas indiretamente, como lavar e passar roupas e limpar a casa. Por outro lado, há um grande número de empregadas domésticas que têm entre suas tarefas cuidar de crianças e idosos. Hirata (2010) aponta a necessidade de estudar o que

é o trabalho doméstico remunerado e o que é a relação social de cuidado, quando este se profissionaliza (HIRATA, 2010:48). Nos últimos anos, parte da sociologia do cuidado tem se desenvolvido neste sentido de analisar o trabalho de cuidados remunerado e as configurações deste mercado de trabalho, considerando os rearranjos proporcionados pela globalização e as diferenças e semelhanças entre os países, abordados em análises comparativas.

A recente aprovação da PEC das empregadas domésticas, em abril de 2013, estabelece, 25 anos após a promulgação da Constituição Federal, que as empregadas domésticas passem a ter os mesmos direitos do conjunto de trabalhadores. Nos próximos anos serão necessárias análises para avaliar em que medida essa nova legislação terá sido capaz de alterar a realidade desta profissão, que em 2009 apresentou apenas 26,3% de taxa de formalização, além de baixa remuneração. Além disso, as configurações deste mercado de trabalho variam de acordo com o orçamento familiar, sendo que há diferentes formas de contratação, entre as mensalistas e as diaristas que, atualmente, representam 30% do contingente de empregadas domésticas. Por outro lado, o envelhecimento da população e a ausência de políticas públicas de cuidados faz com que se verifique um crescimento da demanda por cuidadoras no mercado de trabalho.

2.4 - A ORGANIZAÇÃO DOS CUIDADOS NA FAMÍLIA

A reorganização dos cuidados pode passar pelos paradigmas da corresponsabilidade, conciliação ou delegação (HIRATA e KERGOAT, 2007). Por corresponsabilidade se compreende a divisão deste trabalho entre os membros da família. A conciliação se dá quando a pessoa responsável pelo trabalho doméstico e de cuidados, não remunerado, concilia este com o trabalho remunerado. Por sua vez, a delegação se refere a delegação deste trabalho para uma pessoa de fora da família, como uma empregada doméstica ou cuidadora. O paradigma da conciliação tende a predominar em sociedades que não distribuem o trabalho doméstico e de cuidados entre homens e mulheres no interior das famílias e entre família e Estado.

Ao analisar as possibilidades de conciliação, deve-se considerar, portanto, que elas dependem da distribuição desigual de responsabilidade nas famílias, das condições de realização do trabalho assalariado (rendimento e qualidade do emprego) e da existência ou não de políticas de cuidados. As dinâmicas da desigualdade entre homens e mulheres na realização do trabalho não remunerado, que garante a manutenção de determinado padrão das condições de vida, estão

imbricadas às desigualdades na remuneração estruturantes do mercado de trabalho. Elas se reforçam mutuamente.

O ambiente doméstico é organizado por diversas estruturas familiares, que se modificam ao longo do tempo. O modelo de família considerado tradicional, porém, é tido como referência para a organização econômica e para o mercado de trabalho. Nele, supõe-se que há um homem-provedor e uma mulher-dona de casa. O homem seria o responsável pela sustentação econômica (financeira) da família por meio de um salário obtido em um emprego em tempo integral. Esta é a estrutura familiar que definiu o modelo de pleno emprego. Mas as transformações na vida das mulheres como, por exemplo, o direito ao divórcio, o acesso à contracepção, a entrada massiva das mulheres no trabalho remunerado, afetaram os arranjos familiares. No Brasil, de acordo com o IBGE, em 2011, menos da metade (46,3%) das famílias eram compostas por casais com filhos, sendo que em 18,4% destas as mulheres eram as pessoas de referência. As famílias monoparentais respondem por 16,4%. Ao mesmo tempo, as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelo cuidado da família, o que se expressa na diferença entre as horas despendidas com o trabalho doméstico de cuidados pelos homens e pelas mulheres: enquanto as mulheres afirmaram gastar 27,7 horas semanais nessas tarefas, os homens dedicavam 11,2 horas semanais a elas. Entre as mulheres ocupadas, o tempo é reduzido para 22,3 horas, enquanto para os homens ocupados esse tempo caía para 10,2 horas.

Os dados demonstram, por um lado, modificações nos arranjos familiares que se afastam do modelo tradicional de família. Por outro lado, reafirmam a persistência da divisão sexual do trabalho no interior das famílias e na organização do mercado de trabalho como um todo. O modelo masculino de participação do mercado de trabalho não poderia ser estendido para o conjunto da população porque ele pressupõe uma quantidade significativa de trabalho doméstico e de cuidados realizados de forma não remunerada no âmbito doméstico. São as mulheres que experimentam uma situação de dupla presença/ausência (IZQUIERDO, 1998) na medida em que estão constantemente passando de um espaço de trabalho a outro, o “que lhes exige interiorizar tensões, tomar decisões e fazer escolhas às quais os homens não estão obrigados” (CARRASCO, 2003:27).

2.5. OS USOS DA ECONOMIA DO CUIDADO

Para Esquivel (2011), a abordagem desta questão nos marcos da chamada economia do cuidado é mais potente e menos abstrata que as análises em termos de trabalho não remunerado, trabalho doméstico ou até do próprio termo trabalho de cuidados. Por outro lado, o fato de que a expressão “economia dos cuidados” tenha passado a figurar no vocabulário das agências das Nações Unidas pode ser uma das explicações para a maior permeabilidade deste debate entre as elaborações da política social, enquanto nas análises econômicas seu alcance ainda é restrito.

A recuperação dos debates e análises sobre os cuidados nos marcos do debate sobre os Estados de Bem-Estar apresenta ferramentas de análises que permitem analisar não apenas as dimensões de gênero presentes nas políticas sociais, mas as transformações nas políticas sociais e, mais amplamente, no Estado, fundamentalmente pela orientação dada à distribuição dos cuidados entre Estado, mercado, família e, no interior destas, entre homens e mulheres.

A dinâmica da realização dos cuidados como atividade remunerada e sua realização como trabalho doméstico não remunerado configura um espectro importante para a análise sociológica e econômica, mas também um campo de disputas em torno de uma necessária reorganização dos cuidados com sua distribuição mais igualitária. Isto porque, ainda que as feministas argumentem que o trabalho de cuidados diz respeito à garantia da sustentabilidade da vida para o conjunto da sociedade, sua realização permanece sendo feita pelas mulheres.

“Quando as mulheres passaram a realizar os dois trabalhos e a viver em seu próprio corpo a enorme tensão que significam a superposição dos tempos e o contínuo deslocamento de um espaço a outro, foi então que o conflito de interesses entre os diferentes trabalhos começou a se fazer visível” (CARRASCO, 2003:28)

As análises sobre os cuidados são, portanto, oportunas para analisar as políticas sociais desde o ponto de vista da geração de igualdade entre homens e mulheres. O alcance desta análise é mais limitado no campo da economia, mas

O risco que corremos ao focar apenas nas políticas sociais é deixar intacto (sem explicação e sem questionamento) o processo pelo qual se realiza a atual distribuição de renda, dos tempos e dos recursos antes que as políticas sociais sirvam para amenizar os efeitos “colaterais” do funcionamento econômico (ESQUIVEL, 2011:21)

Logo, analisar o espaço da distribuição adquire centralidade se o que se pretende é alcançar igualdade, e não apenas bem-estar à custa da sobrecarga de trabalho de grande parte da população.

Mas quais seriam os aportes dos cuidados ao sistema econômico como um todo? Argumentos vinculados à teoria do capital humano, apontam que o investimento nos cuidados por meio da educação e saúde teria impacto na qualidade da força de trabalho, o que por sua vez impactaria positivamente a produtividade e, portanto, o crescimento do PIB. Essa lógica da eficiência é criticada por algumas economistas feministas na medida em que até considera a existência e a contribuição dos cuidados, mas nos marcos da lógica do mercado. O limite desta visão é que, sem deslocar o eixo da análise, não se apreende o conjunto de características e relações estabelecidas pelos cuidados.

Esquivel (2011) aponta que, além de analisar a qualidade da mão de obra ofertada, é preciso que se mantenha um ritmo apropriado de geração de empregos, em uma preocupação explícita com a demanda. Ao considerarmos a necessidade de facilitar a entrada das mulheres no mercado de trabalho, seria possível afirmar que a geração de postos de trabalho em empregos públicos, a partir do investimento em infraestrutura social para a provisão pública de cuidados, contribuiria simultaneamente com os dois aspectos em questão. Ou seja, por um lado a maior participação do Estado na provisão dos cuidados aponta um horizonte de reorganização social do fornecimento destes, o que libera parte das responsabilidades atribuídas às mulheres, de modo que estas têm mais possibilidades de buscar emprego em postos de qualidade. Por outro lado, tal investimento significa a geração de postos de emprego de qualidade por exemplo nas áreas de educação e saúde, que, devido às atuais configurações da divisão sexual do trabalho, seriam propensos a ser ocupados por mulheres¹⁷. A autora chama atenção para o fato de que esta proposição depende da característica do Estado em questão, já que não combina com uma lógica de Estado mínimo e sim com a lógica em construção/recuperação do Estado indutor da economia.

Outro aspecto a ser considerado é a organização e funcionamento do mercado de trabalho em uma sociedade que pressupõe uma organização dos cuidados que recai sobre as famílias e, no interior destas, sobre as mulheres. Em tal sociedade, o trabalho doméstico e de cuidados cumpre com o objetivo de

“facilitar a disponibilidade de trabalho dos homens adultos da família, permitir sua liberdade de tempo e ação para que participem no mundo público sem que as necessidades de cuidados do lar imponham restrições para sua atividade extradoméstica. Em poucas palavras, para lhes permitir ser *homos economicus*. (CARRASCO, 2011:74)

17 A essa suposição cabe uma ressalva. Estudos do mercado de trabalho apontam que, na medida em que postos de trabalho em ocupações tradicionalmente femininas passam a ser mais valorizados e melhor remunerados, se amplia a ocupação dos mesmos postos por homens, mantendo os princípios da separação e hierarquização constitutivos da divisão sexual do trabalho.

O ideal de trabalhador em torno do qual o mercado de trabalho se organiza é aquele que não possui encargos com o trabalho doméstico e de cuidados, ocupando assim os postos de trabalho em tempo integral e com melhor remuneração. As trabalhadoras que não correspondem a esta norma ideal têm uma inserção prejudicada no mercado de trabalho, com menores rendimentos e menor qualidade de vida. Sendo o mercado de trabalho um mediador das possibilidades de geração de renda, essa estrutura tem implícito um viés androcêntrico que privilegia a experiência masculina e contribui para a manutenção das desigualdades de gênero. Esquivel argumenta que, enquanto os cuidados sejam responsabilidade majoritariamente feminina, as mulheres continuarão sendo a exceção no mercado de trabalho e sua posição subordinada e vulnerável economicamente. Estes seriam os “custos” do cuidado para quem o provê de forma não remunerada. “São custos em termos de renda, tempo 'livre' e acesso a diversos recursos mediados pela posição no mercado de trabalho.” (ESQUIVEL, 2011:25)

Mas, além dos custos de quem provê os cuidados, há os benefícios do mesmo. O trabalho doméstico e de cuidados contribui para compensar as desigualdades e insuficiências de renda, constituindo uma transferência gratuita e um subsídio dos lares para a esfera pública (PICCHIO 2003). Assim, não apenas quem recebe diretamente os cuidados, mas o sistema econômico como um todo pode ser considerado beneficiado por este processo com a ampliação do bem-estar e das condições de vida cotidianas, de forma que os benefícios dos cuidados superam seus custos (FOLBRE, 2004 *apud* ESQUIVEL, 2011).

Os termos deste conflito distributivo se expressam na tensão entre as condições de vida de quem provê os cuidados não remunerados e as formas como cada sociedade sustenta os custos deste cuidado que a beneficia como um todo. Refere-se, portanto, às formas como cada sociedade organiza a sustentabilidade da vida humana e como se dá a distribuição entre Estado, mercado e família da provisão dos cuidados necessários para ela. A quantidade de trabalho de cuidados não remunerado que uma sociedade tem à disposição, por sua vez, depende da forma como homens e mulheres estão inseridos no mercado de trabalho.

Entre as formas de resolução desta tensão está o salário familiar, que supõe um modelo de homem provedor- mulher cuidadora que, no Brasil, não corresponde nem à realidade do mercado de trabalho, nem à dos arranjos familiares. Outra proposta é o salário para a dona de casa que, mais adequado para a realidade latino-americana, ao mesmo tempo em que apresenta uma distribuição “progressista” da renda, reforça a realização deste trabalho mantendo o lugar

tradicional das mulheres na família (ESQUIVEL, 2011:26). Esta é uma medida polêmica dentro do feminismo na medida em que pode significar o reforço do núcleo familiar baseado na divisão sexual do trabalho, em vez de promover o trabalho formal remunerado das mulheres como meio para independência e autonomia econômica das mulheres. “Para muitas mulheres e outros excluídos do trabalho remunerado, obter uma posição no mercado de trabalho é um fato potencialmente emancipador. A remuneração provê independência para as mulheres” (ORLOFF, 1993:318).

Elson e Cagatay (2000) apontam que o androcentrismo é um traço da política econômica todas as vezes que as políticas de geração de emprego priorizam o emprego masculino ao mesmo tempo em que são implementadas políticas sociais que têm a implícita a “inativação” das mulheres em contextos de pobreza ou de crise econômica. Em momentos de crise econômica e desemprego, mais bens e serviços voltam a ser realizados no interior dos lares. As economistas feministas desvelaram esta similitude nas realidades da América Latina nos marcos das políticas de ajuste estrutural, na crise asiática e, mais recentemente, na crise que afeta a Europa. Assim, um aspecto importante a se considerar entre as problematizações feministas frente às políticas econômicas, é a crítica à suposição de que a geração de emprego seria suficiente para a melhoria das condições sociais (ELSON e CAGATAY, 2000).

À luz destas análises, a seção seguinte buscará sistematizar os debates feministas que revelam a falsa neutralidade das políticas econômicas e as implicações da globalização neoliberal para as condições de vida, trabalho e emprego das mulheres.

3- ANÁLISES FEMINISTAS SOBRE A SOCIEDADE DE MERCADO: GLOBALIZAÇÃO, EMPREGO E POBREZA

Parte dos esforços das economistas feministas se concentra em demonstrar que as políticas econômicas não são neutras do ponto de vista de gênero, verificando de que forma os modelos das teorias econômicas androcêntricas orientam políticas macroeconômicas cujos efeitos são diferenciados entre homens e mulheres. O campo de temáticas relacionado a esta questão é amplo e envolve diferentes enfoques (CARRASCO, 1999; 2006). Neste capítulo, iremos privilegiar a análise sobre as condições de vida e trabalho das mulheres nos marcos da globalização neoliberal, destacando os debates feministas sobre as configurações do emprego feminino, a combinação entre divisão sexual e internacional do trabalho, a problemática da pobreza entre as mulheres e suas implicações políticas.

Os antecedentes das análises feministas sobre as políticas econômicas é marcado pelo debate sobre gênero e desenvolvimento, cuja sistematização se encontra em Zabala (1999)¹⁸. A publicação da obra *Women's role in economic development*, de Esther Boserup, em 1970, é um marco nesse debate. Boserup parte da análise de que, em todo o mundo, as mulheres são responsáveis pelo trabalho doméstico, e o que distinguiria as mulheres de distintos países e regiões é sua situação no trabalho produtivo. Para essa autora, a questão-chave no debate sobre desenvolvimento é a participação das mulheres nas atividades consideradas econômicas, e por isso Boserup não se detém sobre a relação entre a esfera reprodutiva e a produtiva. Ao estudar a produção agrícola, a autora argumenta que as mulheres inicialmente tinham certa autonomia por ser o suporte básico da família, mas, como resultado das transformações impulsionadas pelo processo de desenvolvimento capitalista, passaram a ser trabalhadoras não remuneradas nas terras de seus maridos, sendo subordinadas econômica e pessoalmente a estes. Carrasco (2006) afirma que, ainda que os debates posteriores sobre esta questão tenham superado muitas das questões expostas por Boserup, sua contribuição foi fundamental para que se demonstrasse que o desenvolvimento econômico não era neutro ao gênero e, pelo contrário, provocava marginalização e subordinação das mulheres.

Uma estratégia inicialmente utilizada pelas feministas foi dar visibilidade às atividades produtivas das mulheres. Como majoritariamente se tratam de análises sobre a realidade dos

18 Zabala (1999) apresenta as diferentes abordagens sobre gênero e desenvolvimento, desde os anos 1970, passando pelo movimento Mulheres no Desenvolvimento (MED), pelos debates feministas e marxistas e pelas análises feministas sobre as políticas de ajuste estrutural.

países pobres, a visibilidade da presença e do trabalho das mulheres na agricultura foi um dos focos nesse período, ao lado da desagregação dos indicadores econômicos, sobretudo os indicadores de trabalho e emprego, por sexo. Ao mesmo tempo, as feministas passaram a reivindicar alterações nas legislações e a redistribuição dos recursos para o desenvolvimento, como meio de favorecer a integração das mulheres no mercado de trabalho. Porém, o discurso da igualdade no mundo do trabalho não foi incorporado por parte significativa das mulheres organizadas nos países pobres, dado que entre suas questões prioritárias estava a privação do acesso a água, moradia, saúde, entre outras demandas relativas à subsistência.

O diagnóstico de que as mulheres compõem a maior parte dos pobres em todo o mundo sublinhou o aumento da importância do papel produtivo dessas mulheres nos contextos de pobreza e privações. Vinculado à agenda de organismos internacionais, este enfoque significou a proliferação de programas para transformar em microempresárias as mulheres que se encontram no crescente mercado de trabalho informal na América Latina, incentivar a presença das mulheres na agricultura na África como meio de lidar com a crise alimentar, bem como para aumentar a presença das mulheres na produção para exportação, na Ásia ou na América Central. Isso ocorreu em um cenário de crise nos anos 1980 que resultou na redução de gastos públicos nos países em desenvolvimento e, conseqüentemente, no incremento da sobrecarga de trabalho das mulheres no âmbito da reprodução.

Ao mesmo tempo, foram elaboradas análises feministas que apresentavam uma visão crítica às políticas de desenvolvimento do início do processo de globalização neoliberal e ao papel das mulheres no mesmo. As mulheres não estariam excluídas do desenvolvimento mas, ao contrário, integradas de forma subordinada (ELSON e PEARSON, 1984 *apud* ZABALA, 1999) devido a seu papel na esfera reprodutiva e à consideração de sua remuneração como secundária, em um modelo de família baseado em um casal heterossexual, no qual o homem seria o provedor, o que justificaria o salário das mulheres ser inferior ao dos homens. A rede DAWN¹⁹, formada por mulheres dos países do Sul, explicitou essa crítica, apontando que o desenvolvimento estava gerando pobreza e racismo nos países periféricos. A questão não deveria ser, portanto, a inclusão das mulheres no desenvolvimento, mas um questionamento mais amplo sobre as relações de gênero, que se interconectavam com as relações de classe e raça, ampliando assim a crítica ao próprio modelo de desenvolvimento.

19 Rede Dawn - Development. Alternatives with Women for a New Era.

3.1 – A RESPOSTA FEMINISTA AOS PROGRAMAS DE AJUSTE ESTRUTURAL

Os estudos que revelam a falsa neutralidade das políticas econômicas se aprofundaram no período de expansão da globalização neoliberal. Para Hirata (2003), o caráter novo do processo de globalização neoliberal foi marcado pelo estímulo das políticas governamentais que, através da liberalização do comércio, desregulamentação e abertura dos mercados, proporcionaram uma nova lógica de desenvolvimento das empresas transnacionais, com a terceirização e externalização da produção. O desenvolvimento das novas tecnologias da informação e comunicação possibilitou a circulação de informações e dados, bem como a financeirização da economia. Ainda que haja debates e diferentes interpretações sobre sua nomenclatura, alcance e significado, podemos caracterizar a globalização neoliberal pelas transformações relacionadas ao encurtamento de distâncias e ao aprofundamento das relações comerciais transnacionais, possibilitadas pelas transformações nas tecnologias de comunicação e transporte e pela expansão contínua dos mercados. O processo de transnacionalização configurou o mercado financeiro, e a liberalização do comércio, somada à internacionalização da produção, acelerou a globalização dos setores de bens e serviços.

Para analisar a globalização neoliberal, Benería (1999) e Elson (2002) tomam como referência a análise de Karl Polanyi sobre o processo de expansão dos mercados nacionais na Europa. Para este autor, a transição ao capitalismo no século XIX se desenvolveu de modo a subordinar a sociedade à economia. O que se configurou como economia de mercado só poderia se realizar em uma sociedade de mercado (POLANYI, 2001). Nesta, predominou a lógica do lucro e da acumulação, em um processo que deslocou as práticas de subsistência, caracterizadas pela reciprocidade e redistribuição, para a esfera não econômica.

A constituição da sociedade de mercado foi marcada por mudanças nas normas e comportamentos sociais que permitem o funcionamento do mercado. Para a teoria neoclássica, a racionalidade econômica, que orienta o comportamento humano por condutas maximizantes, interesses egoístas de acumulação e satisfação individual, é a forma de assegurar o bom funcionamento de um mercado competitivo (FERBER e NELSON, 2004). Isto porque tal conduta permite a maximização da produção, a minimização dos custos e a distribuição eficiente de recursos. A economia feminista converge com outras correntes da economia heterodoxa no questionamento aos modelos baseados na racionalidade econômica, apontando a necessidade de

se desenvolver novos modelos de análise capazes de revelar que o comportamento humano é resultado de uma série de fatores por vezes contraditórios, e não apenas da racionalidade econômica²⁰.

As economistas feministas apontam que a vinculação das mulheres e dos homens ao mercado e sua localização nos processos de produção se dá de forma diferenciada:

Ainda que Polanyi tenha apontado que em uma sociedade de mercado toda a produção é destinada para a venda, ele não debateu o fato de que, paralelamente às relações de mercado, uma proporção elevada da população está ocupada na produção não remunerada, ligada apenas indiretamente ao mercado (BENERIA, 1999:412).

Na esfera do trabalho não remunerado, não prevalecem normas e comportamentos associados à racionalidade econômica do mercado. A produção de bens e serviços se dá por seu valor de uso e não pelo valor de troca e, mesmo que não esteja submetida à lógica competitiva do mercado, está inserida em um emaranhado de relações de poder e conflito.

Ao contrário das visões que consideram o predomínio do econômico frente ao conjunto da vida social como resultado natural da evolução dos mercados, Polanyi (2001) argumenta que esta foi uma construção social acompanhada por transformações profundas na própria sociedade. O Estado teve papel central neste processo, ao proporcionar intervenções por meio de legislações que fortaleciam a propriedade privada. O *laissez-faire* foi, assim, resultado da ação deliberada do Estado.

Seguindo esta análise, Beneria (1999) aponta que a constituição dos mercados globais também passou por definições externas a eles, transcendendo fronteiras nacionais, mas formando as possibilidades de sua expansão a partir de políticas de Estado, como a formação das áreas de livre comércio. A integração dos mercados, característica da globalização neoliberal, contou, portanto, com uma ação deliberada do Estado em nome do livre mercado. Coube a eles a desregulamentação de seus mercados, incluindo medidas duras com relação à força de trabalho e a erosão gradual das fronteiras econômicas. A consequência destas medidas foi a integração dos países e setores econômicos à economia global, mas em uma inserção subordinada pelas raízes históricas da desigualdade entre os países.

²⁰Segundo Frederic Lee (2012: 340), “As raízes intelectuais da economia heterodoxa se encontram nas tradições heterodoxas das economias pós keynesiana-sraffiana, marxista-radical, institucionalista-evolucionária, social, feminista e ecológica, todas as quais enfatizam a riqueza das nações, a acumulação, a justiça e as relações sociais em termos de classe, gênero e raça, o pleno emprego e a reprodução econômica e social”

Como parte deste processo, nos países da América Latina (também na África e na Ásia), desde os anos 1980 foram implantados Programas de Ajuste Estrutural (PAE's) como resposta à crise econômica internacional do início dessa década. Estes tiveram como resultado a expansão e intensificação do mercado, na medida em que implicaram uma reestruturação profunda do Estado com redução nos gastos sociais, programas de privatizações, liberalização do comércio e desregulamentação dos mercados, redução dos controles sobre os investimentos externos e promoção de exportações. Tais medidas faziam parte dos condicionantes acordados entre os governos nacionais dos países que contraíram dívida externa e os países e instituições credoras, e foram consolidadas, em 1989, no Consenso de Washington²¹.

Quando as consequências das políticas de ajuste estrutural começaram a ser explicitadas, verificou-se um aumento do trabalho remunerado das mulheres, ainda que marcado pela precariedade, ao mesmo tempo em que também se verificava um aumento do trabalho não remunerado no âmbito doméstico e comunitário, em virtude da redução dos gastos sociais e do aumento dos preços de produtos básicos. As políticas de ajuste modificaram as relações entre a esfera produtiva e reprodutiva, na medida em que foi transferida a esta uma maior responsabilidade pela sobrevivência familiar, agudizada pelos processos de redução do Estado em favor do setor privado (CARRASCO, 2006). Nesse cenário, estudos feministas explicitaram que os custos das políticas de ajuste recaíram em geral sobre a família, dependendo da habilidade das mulheres para desenvolver estratégias que permitissem a sobrevivência com menos rendimentos e mais trabalho enquanto “fator de equilíbrio” (BENERIA, 1995). As autoras apontam que, mesmo sendo uma ferramenta do ajuste estrutural, essa transferência de custos da economia monetizada para a não monetizada não foi explicitada como tal.

Ainda que os debates feministas em torno ao ajuste estrutural tenham sido marcados por diferenças entre as correntes, a visão que prevaleceu na economia feminista foi de crítica geral²² a esta política, no sentido de que:

O problema dos programas de ajuste estrutural não é só que tenham um viés masculino, porque ainda que fossem desenhados com mais consciência de gênero, os benefícios para as mulheres seguiriam sendo limitando enquanto não fossem reestruturados, ao mesmo tempo, os sistemas financeiros e comércio internacional (ZABALA, 1999:353).

21 Conjunto de medidas formulado em 1989 que se tornou a orientação das políticas do Fundo Monetário Internacional ao longo dos anos 1990. As dez orientações do Consenso de Washington versam sobre a liberalização dos mercados, privatizações, redução de gastos públicos, entre outras medidas de ajuste.

22 Em realidade, a grande maioria dos economistas heterodoxos mostrava os problemas das políticas de ajuste, sem perceber ou analisar, porém, a distribuição desigual dos custos dos programas de acordo com o gênero.

A análise do trabalho reprodutivo e sua relação com a esfera da produção adquire centralidade nessa visão, que considera que os trabalhos realizados pelas mulheres no âmbito da reprodução diferem do tipo de trabalho realizado por homens e mulheres no âmbito da produção. Elson (2002) aponta que os efeitos dos programas de ajuste na realização deste trabalho podem não ter impacto imediato medido pelo PIB, mas, a longo prazo, implicam em deterioração na saúde, nutrição e educação. Entretanto, os programas de ajuste não consideram tal questão, assumindo, implicitamente, que as mulheres absorverão o choque do ajuste, em uma suposição de que elas teriam uma capacidade de trabalho extra suficientemente elástica para compensar a diminuição de condições materiais dentro dos lares. Mas a capacidade de trabalho das mulheres não é infinitamente elástica. A solução para essa questão não seria a completa comercialização do trabalho reprodutivo, nem apenas o aumento de oportunidades de mercado para as mulheres, mas uma divisão deste trabalho doméstico e de cuidados com os homens no âmbito doméstico e com o Estado no âmbito público.

Na conformação da sociedade organizada pelo mercado em nível global, uma linha divisória entre o “econômico” e o “social” foi estabelecida para a elaboração de análises e formulação de políticas. Para Elson (2002) o que existe de real nesta separação é que o econômico se fundamenta na acumulação de capital que se realiza no mercado, enquanto o social estaria embasado na reprodução social não monetizada. Esta autora afirma que o pensamento neoliberal acentuou estas diferenças com uma abordagem de que seria possível que as políticas sociais e econômicas seguissem caminhos independentes.

Com o predomínio do mercado sobre a sociedade, o social é tido como residual e, enquanto as políticas macroeconômicas são orientadas pelos critérios de mercado e eficiência, a política social é utilizada como compensatória. Assim, políticas neoliberais em muitos países buscaram privatizar e incorporar áreas tidas como sociais ao mercado, como por exemplo saúde, previdência social e educação.

Na perspectiva de integrar as dimensões econômicas e sociais nas análises, revelando o conteúdo social das políticas econômicas, Elson e Cagatay (2000) apontam tendências e distorções de gênero que marcam as políticas econômicas dominantes no Consenso de Washington (RODRIGUEZ, 2012b) e suas consequências relevantes para a economia feminista.

A primeira se refere à tendência recessiva, que indica que os governos priorizem inflação e dívida pública baixas, pouco gasto público, pouca taxaço e baixo déficit orçamentário,

não abrindo espaço para políticas que garantam o pleno emprego, nem para investimentos públicos na melhoria da disponibilidade de bens e serviços, além de manter intacta a estrutura do poder financeiro. Em vez de contribuir para a recuperação da economia, tal orientação deteriorou as condições de vida de homens e mulheres, excluindo as pessoas do mercado. O maior desemprego entre as mulheres seria o custo mais visível desta tendência (ELSON, 2002). Prevalece a sobre-representação das mulheres no emprego informal e sua maior responsabilidade para amortecer os efeitos negativos da recessão no âmbito doméstico (RODRIGUEZ, 2012b).

A segunda distorção é a visão do homem como provedor. Esta assume que o trabalho não remunerado é articulado com a economia de mercado através de um rendimento que é pago para um homem provedor. Supostamente, esse rendimento seria suficiente para prover as necessidades monetárias dos dependentes na família. A crítica se direciona ao fato de que a política de emprego orientada para a geração de postos de trabalho masculinos desconsidera que as mulheres também têm responsabilidades na produção e na reprodução social. Ou seja, é uma distorção que não está de acordo com a realidade, primeiro porque as famílias não seguem unicamente este modelo, e, em segundo lugar, porque o salário masculino nunca foi suficiente (PICCHIO, 2012). Além disso, a própria noção de salário familiar faz desaparecer uma enorme massa de trabalho de reprodução não remunerado, que é trabalho necessário para que o salário seja suficiente para a família e para os próprios homens. Esconde-se, segundo Picchio, essa relação do trabalho de reprodução imprescindível não só pra garantir as condições materiais, mas também pra sustentar emoções, anseios, tensões, aspirações de todos os membros da família.

Esse viés constrói não apenas uma dependência financeira, mas também representa uma dependência de direitos, cuja titularidade se constrói com base na participação das pessoas no mercado de trabalho, conformando direitos associados a um padrão masculino de jornada de trabalho e de participação continuada nesse mercado. As interrupções na permanência das mulheres no mercado de trabalho – como quando estão incumbidas de cuidar dos filhos - prejudicam o acesso das mulheres a estes direitos. Se a política macroeconômica se orienta pelo investimento público e o pleno emprego no padrão masculino para tornar mais equitativa a distribuição de renda e a redução da pobreza, ela sofre do viés do homem provedor. Essas políticas, portanto, raramente consideram a relação entre trabalho remunerado e não remunerado.

A terceira distorção apontada por Elson e Cagatay (2000) é a da privatização e mercantilização das atividades econômicas em geral, que é proveniente da noção de que o setor privado é mais eficiente que o público. Essa tendência intensifica as duas anteriores e tem

implicações profundas na organização da reprodução social e da maioria das mulheres provedoras do trabalho de cuidados não remunerado. A privatização só pode causar a impressão de gerar estabilidade econômica se forem ignorados os custos e benefícios não monetizados. Mas antigos direitos sociais, adquiridos principalmente nos países desenvolvidos e em menor escala nos países do Sul, passam a ser substituídos por serviços individualizados e de mercado, se restringindo a quem pode pagar por eles. Há, portanto, um retorno ao âmbito doméstico de responsabilidades de reprodução social que tinham ou poderiam ter sido assumidas coletivamente pelos serviços providos pelo Estado, o que gera sobrecarga de trabalho notadamente para as mulheres (RODRIGUEZ, 2012b). Estas economistas apontam que um setor público forte e efetivo é vital para mediar a pressão do mercado que trata as pessoas como meros insumos do processo de produção.

Rodriguez (2012b) afirma que essas distorções operam e se reproduzem a partir de um elemento chave que é a divisão sexual do trabalho, que se expressa tanto na relação entre o trabalho não remunerado e o trabalho de mercado, como também na forma de incorporação das mulheres ao mercado de trabalho. Esta é desvantajosa na medida em que há uma menor taxa de participação feminina no mercado de trabalho, marcada por mecanismos de segregação de gênero horizontal (por tipo de atividade) e vertical (hierarquização). Além disso, as mulheres se concentram em empregos com maior vulnerabilidade, ou seja, empregos precários, informais, com menor remuneração e em tempo parcial, e persiste a desigualdade salarial entre homens e mulheres.

3.2. A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA SOCIEDADE DE MERCADO – CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLOGIA DO TRABALHO

Os estudos realizados pela sociologia do trabalho contribuíram decisivamente para a análise da divisão sexual do trabalho. Hirata e Kergoat (2009) afirmam que houve uma integração parcial da dimensão sexuada nas análises sobre o trabalho; entretanto, há um conflito permanente na medida em que, também nesta disciplina, prevalece o paradigma universalista e androcêntrico que constitui os métodos, abordagens e noções centrais da sociologia do trabalho. As noções consideradas neutras, como a noção de “precário”, foram construídas tendo como referência a figura do trabalhador assalariado masculino e suas características. Ainda que tenha havido um aumento progressivo de pesquisas com a inclusão de uma perspectiva sexuada, marcando uma

ruptura com os paradigmas dominantes, permanece uma instabilidade em torno desta incorporação à disciplina como um todo, já que não é certo que o gênero seja um assunto “completamente reconhecido e entendido no meio acadêmico” (LALLEMENT 2007 *apud* HIRATA e KERGOAT, 2009).

Assim como em outras áreas do conhecimento, há uma diferenciação entre a integração das categorias de sexo e a integração das relações de gênero na sociologia do trabalho. Mesmo que esse processo ocorra de forma diferenciada em diferentes países, as autoras apontam algumas convergências, tais como a emergência inicial da categoria “mulheres” e, posteriormente, “dos sexos” ou do “gênero”, e a forma como essa periodização se deu impulsionada pelas elaborações e pressões do movimento feminista nos diferentes países.

Na sociologia do trabalho, a reflexão sobre o trabalho das mulheres aparece pela primeira vez em 1961, a partir de uma problematização da divisão do trabalho por sexo, feita por Guilbert e Isambert-Jamati. Tal problematização não alcançou, porém, a própria conceituação de trabalho, ainda que as mesmas tenham sido pioneiras, também, nos estudos sobre o trabalho doméstico. Hirata e Kergoat (2009) apontam que, já naquele momento, havia uma definição restritiva do trabalho centrado na noção de mercado de trabalho, ou seja, no trabalho remunerado e contabilizado nas estatísticas econômicas²³. Excluía, portanto, uma parte substantiva do trabalho realizado na sociedade, como o trabalho não remunerado realizado no ambiente doméstico.

Ainda nos anos de 1970, as categorias de sexo nos estudos da sociologia do trabalho tinham a característica de diferenciar, nas análises quantitativas, o trabalho das mulheres e o trabalho dos homens. Além disso, tratava-se de estudar apenas o trabalho assalariado das mulheres, sem ampliar a análise para o trabalho realizado no âmbito doméstico de forma não remunerada. Mas o diálogo e a confrontação entre os estudos realizados pela sociologia do trabalho e pela sociologia da família permitiram ampliar a abordagem, na medida em que introduziram a problematização da articulação entre produção e reprodução, e, assim, a ampliação do conceito de trabalho, de forma a incorporar o trabalho doméstico. A noção de que havia uma hierarquia entre os sexos e seus trabalhos era onipresente, mas foi a conceituação em termos de relações sociais que permitiu estabelecer as bases de um paradigma sólido para estudar, na sociologia do trabalho, as diferenças e desigualdades que caracterizam tais relações.

A reconceituação do trabalho, no campo dos estudos sociológicos, ocorreu através de elaborações feministas que buscaram a ampliação do conceito com a incorporação do trabalho

23 Cabe ressaltar que havia diferenças entre as estatísticas produzidas nos países da ex-URSS e aquelas produzidas nos países ocidentais, tendo em comum o fato de não considerar o trabalho doméstico.

doméstico às análises, bem como da dimensão de gênero. Tal perspectiva possibilita alcançar e analisar o trabalho não remunerado e não mercantil. Dessa forma, propõe-se imbricar dimensões antes separadas e, assim, trabalho profissional e doméstico, produção e reprodução, assalariamento e família podem ser consideradas categorias indissociáveis e interdependentes (HIRATA e KERGOAT, 2009).

A combinação da divisão sexual do trabalho com a divisão internacional do trabalho é o nexos que revela a reconfiguração das desigualdades entre homens e mulheres no processo da globalização neoliberal.

De acordo com Hirata (2009), a globalização tem consequências paradoxais sobre o emprego feminino tanto nos países do Norte como nos países do Sul. O aumento do emprego assalariado e do trabalho remunerado das mulheres é verificado em pesquisas sobre globalização e emprego²⁴, as quais apontam a participação crescente das mulheres tanto no setor formal como nas atividades informais. Há, porém, um aumento simultâneo do emprego feminino e do emprego precário e vulnerável das mulheres, configurando o fenômeno da precarização do trabalho e do emprego. Este é, segundo a autora, um dos paradoxos centrais da globalização na perspectiva das relações de gênero. De acordo com Pearson (1995 *apud* HIRATA, 2003), este processo pode representar novas oportunidades de entrada das mulheres no mercado de trabalho assalariado, mas também a ampliação de novos riscos para as trabalhadoras, na medida em que as desigualdades sociais se intensificaram com as políticas de flexibilização.

A precarização do emprego feminino se expressou, ao longo dos anos 1990, nos países do Norte, pelos empregos em tempo parcial, introduzidos como estratégia das empresas para redução de custos, redução do desemprego e flexibilização. Já nos países do Sul, a precarização se expressa por meio do trabalho informal, sem proteção social. Em ambos os casos, estes são com frequência empregos instáveis, com baixa remuneração, direitos sociais limitados ou inexistentes, poucas possibilidades de promoção e de plano de carreira, e se concentram no setor de comércio e serviços (HIRATA, 2003).

Como indicadores do trabalho precário, Hirata aponta a ausência de proteção social e de direitos sociais e sindicais, a jornada reduzida de trabalho que está acompanhada pela baixa remuneração e níveis baixos de qualificação formal. A autora utiliza o termo divisão sexual da precariedade na medida em que constata, através de pesquisas comparativas, a maior presença das mulheres no trabalho informal e em tempo parcial. A inserção feminina no mercado de

24 Hirata (2003) sublinha que o aumento do trabalho assalariado das mulheres se verifica em âmbito mundial, sendo a região da África Subsaariana uma exceção.

trabalho visibiliza a tensão entre os tempos de cuidados e as exigências do trabalho mercantil, ao mesmo tempo em que as empresas impõem processos de flexibilização do tempo de trabalho, que exigem cada vez maior mobilidade e disponibilidade de tempo dos e das trabalhadoras (CARRASCO, 2003). Para Hirata (2009:25), a divisão sexual do trabalho relacionada à precarização não pode ser explicada sem que se considere e articule a dimensão extra-trabalho, especialmente às relações entre homens e mulheres no universo doméstico. Além disso, sendo as mulheres maioria nos setores precarizados, como no comércio e serviços, as análises sobre precarização que desconsideram a divisão sexual do trabalho são enviesadas.

3.2.1. AS NOVAS CONFIGURAÇÕES DA PRECARIIDADE E FLEXIBILIZAÇÃO

Hirata (2009) critica o processo de legitimação social e científica da precariedade, tratada por alguns autores como um dado inevitável, produto do desenvolvimento econômico e tecnológico. Sua análise faz referência aos debates presentes entre autores como Manuel Castells, Antonio Negri e Giuseppe Cocco, que afirmam a necessidade de “abandonar os cordões do emprego do passado, ir além da defesa da era industrial e afirmar que flexibilidade e mobilidade não significam necessariamente precariedade e risco” (COCCO e NEGRI, 2006 apud HIRATA, 2009).

O desenvolvimento das tecnologias da informação foi, segundo Castells (1999), fundamental para a reestruturação capitalista. Para Hardt (2003) a prestação de serviços e o processamento da informação constituem a essência da produção capitalista atualmente. Segundo ele,

no capitalismo informacional, ao mesmo tempo em que crescem postos de emprego com exigência de conhecimento especialista com capacidade de processamento criativo de símbolos, há um crescimento correspondente de empregos de baixa qualificação e pouco valorizados, que exigem uma manipulação rotineira de símbolos como, por exemplo, a digitação de textos e o processamento de dados. (HARDT, 2003:151).

A esta divisão corresponde também uma divisão sexual do trabalho, na qual as mulheres se concentram sobretudo nos postos com manipulação rotineira dos fluxos informacionais. O setor do teleatendimento é exemplar deste processo e, no Brasil, é objeto de

estudos sociológicos por ser marcado pela precariedade, jornada parcial, intenso controle do trabalho e permanente pressão, seguindo uma rotinização na comunicação (FREITAS, 2010). Freitas aponta que o setor emprega majoritariamente mulheres (85%) e jovens (88%)²⁵.

Um fenômeno relacionado com este processo é a feminização do trabalho, que se refere a uma generalização das características do emprego feminino para grande parcela dos postos de trabalho, notadamente no setor de serviços. As características deste emprego feminizado são a informalidade, a jornada de trabalho parcial, a sazonalidade e os menores rendimentos.

No campo do emprego, a globalização e o desenvolvimento das tecnologias da informação significaram a proliferação da terceirização, do trabalho em domicílio, do teletrabalho, de modalidades diferenciadas do trabalho informal, além do subemprego e do desemprego em momentos de crise, que levam à atomização do espaço e do tempo das atividades (HIRATA, 2009:27). Cabe pontuar que o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação permite a configuração de um grande campo no mercado de trabalho ocupado por mulheres que trabalham em domicílio, seja permanentemente conectadas, seja na indústria da confecção, em um modelo que se baseia na conciliação do trabalho doméstico e de cuidados com o trabalho remunerado.

O desenvolvimento das tecnologias da informação pode ser um instrumento de mudanças, mas, também, pode vir a ser um processo no qual “tudo se transforme para que tudo possa continuar igual” (BOIX e MIGUEL, s/d). No mesmo sentido, Sassen (2002) aponta que as novas tecnologias de informação e comunicação podem constituir uma nova dinâmica social, mas também podem, simplesmente, reproduzir condições sociais anteriores à incorporação de tais tecnologias como organizadoras da sociedade.

Boix e Miguel (s/d) criticam a proposta formulada por Alvin Toffler, que apresentava os lares eletrônicos como solução ao dilema das mulheres na escolha entre trabalho remunerado e cuidado das famílias. Os lares eletrônicos seriam baseados em um modelo de permanente conexão – propiciada pelas tecnologias da informação e comunicação - das mulheres com o mercado de trabalho a partir de sua casa, onde poderiam ficar com seus filhos. A crítica se baseia, sobretudo em uma visão equivocada sobre o tempo e a organização do trabalho doméstico e de cuidados.

25 Os dados apresentados por Freitas (2010) foram retirados, respectivamente, dos relatórios das empresas terceirizadas do setor e de estudo de Georges (2003) com as seis principais empresas de teleatendimento no Brasil.

Essa concepção do tempo das mulheres é falsa, pois seu tempo não é livre, é um tempo de espera, de disponibilidade permanente aos outros. A proposta de que as mulheres se insiram no mundo assalariado desde seus lares eletrônicos para assim poder continuar cuidando de suas famílias revela a vigência da identidade feminina como uma identidade ao serviço dos outros. (BOIX e MIGUEL e BOIX, s/d:8)

As feministas afirmam, assim, que qualquer reestruturação social que não seja acompanhada por uma profunda transformação de valores e práticas sociais que levem os homens a assumir sua parte no processo de reprodução, dentro das casas, terá limites em sua relevância para propiciar igualdade real para as mulheres, uma vez que não altera a atual divisão sexual do trabalho.

Frente a esse debate, Hirata (2009) afirma que é indispensável considerar as permanências e mudanças das trajetórias desiguais de homens e mulheres, bem como as diferenças entre o Norte e o Sul. Para esta autora, a existência de um sistema de proteção, ainda não consolidado no Sul e ameaçado no Norte, seria uma pré-condição para proposições exequíveis que articulem um nível de condições de vida à flexibilidade do emprego. Ou seja, trata-se de um questionamento à naturalização das formas de emprego precário em expansão no capitalismo informacional, e de considerar que há uma série de constrangimentos, desigualdades e relações sociais que impedem a atuação dos indivíduos autônomos frente ao mercado flexível e dinâmico. Essa problematização converge com os questionamentos fundadores da economia feminista.

Estudos realizados ao longo dos anos 1990 (MITTER e ROWBOTHAN, 1995; ABRAMO, 1997; MEARS, 1995) verificaram a ampliação do emprego feminino nas Américas e em países asiáticos, proporcionada pelas mudanças tecnológicas e a intensificação do comércio internacional (HIRATA, 2009). Mas o fato de que este processo tenha se dado de forma concomitante com a intensificação do deslocamento, terceirização e externalização da produção resultou na dualidade dos salários entre as mulheres empregadas, nas mesmas empresas, em países do Norte e do Sul. Mais que isso, estudos demonstraram que esses processos levam as mulheres a se situarem, cada vez mais, em situações vulneráveis e periféricas, como na cadeia de produção da indústria têxtil ou da alimentação. Assim, a globalização proporciona a interdependência dos mercados, mas não significa homogeneização do trabalho, de modo que as desigualdades de classe, gênero e raça persistem e podem até aumentar de acordo com cada país

(HIRATA, 2009). Essa constatação é importante de ser explicitada no campo dos estudos feministas, uma vez que, ao longo dos anos 1990 e 2000, se difundiram afirmações demasiado otimistas de que a globalização propiciaria empregos para as mulheres nos países do Sul, sem problematizar que tipo de emprego e condições de trabalho predominavam e se generalizavam por todo o globo.

As consequências deste processo variam de acordo com o contexto; diversos estudos apontam para os benefícios e prejuízos que a globalização acarreta para o emprego feminino. As análises sobre os países em desenvolvimento apontam o aumento do assalariamento feminino, mas com a ressalva da situação, por um lado de precariedade e, por outro, de serviços públicos limitados para apoiar o trabalho doméstico e de cuidados, o que produz consequências negativas sobre as condições de trabalho, saúde e qualidade de vida das mulheres e suas famílias (HIRATA, 2009).

Entre as convergências nas tendências relativas ao emprego feminino nos países do Norte e do Sul, Hirata aponta para a bipolarização. Ela ocorre com a constituição de uma pequena concentração de mulheres escolarizadas em profissões com maior valorização social (como executivas, médicas, pesquisadoras), por um lado e, na outra ponta, uma concentração maior de mulheres em ocupações com mais precarização e tradicionalmente femininas, como aquelas ligadas à saúde, à educação e ao emprego doméstico. Tal bipolarização do emprego feminino tem como resultados a exacerbação de desigualdades sociais, não apenas entre homens e mulheres, mas também entre as próprias mulheres, corroborando com a visão de consubstancialidade de classe, raça e gênero apresentada por Kergoat (2010).

No Brasil, as análises sobre o emprego feminino também apontam esta bipolarização na medida em que grande parte das mulheres está inserida em ocupações precarizadas, com menor remuneração, sem proteção social, ao mesmo tempo em que há outro polo constituído por mulheres profissionais de nível superior e socialmente prestigiadas. Bruschini e Lombardi (2000) caracterizam estes polos como simultaneamente complementares e opostos. Com relação às dinâmicas e características do polo precário, as autoras apontam, a partir da análise do emprego doméstico, a jornada de trabalho superior a quarenta horas e baixa ocorrência de carteira de trabalho assinada, configurando a má qualidade das ocupações deste polo, que emprega muitas mulheres negras. Para além do emprego doméstico, Hirata (2009) aponta que concentram-se nesse polo aquelas trabalhadoras em empregos cuja remuneração é em torno de um salário mínimo.

O olhar sobre as características dos empregos com maior qualificação, no Brasil, aponta que a presença das mulheres mantém um traço da divisão sexual do trabalho, sendo maior na área da saúde e humanidades, e mais reduzida nas exatas, como engenharia e tecnologia. Ainda que os rendimentos destas profissionais não sejam iguais aos masculinos, as características da ocupação são semelhantes às dos homens nas mesmas profissões em termos de jornada de trabalho, distribuição entre os setores público e privado e possibilidades de ascensão.

Bruschini e Lombardi (2000) destacam que, mesmo havendo desigualdade de rendimentos entre homens e mulheres neste polo de maior qualificação, chama a atenção a grande diferença de rendimento entre as mulheres de ambos os polos. “Ironicamente, é no trabalho das empregadas domésticas que as profissionais frequentemente irão se apoiar para se dedicar à própria carreira. Este é o elo que une os dois polos analisados” (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2000:101).

Este elo se internacionaliza com o fenômeno das cadeias globais do cuidado, um dos processos relevantes para se analisar a migração das mulheres e sua relação com o emprego feminino em tempos de globalização. Ele se refere à internacionalização dos serviços de cuidados que se desenvolve a partir do aumento da migração feminina dos países do Sul para o Norte para empregos que vão desde a modalidade das empregadas domésticas às babás e auxiliares de enfermagem. A demanda por estes serviços aumenta com o desmantelamento dos Estados de Bem-Estar nos países do Norte, com as crescentes responsabilidades das mulheres no mercado de trabalho nesses países e com as políticas nos países de origem visando à entrada de recursos por meio das remessas, como no Equador ou Filipinas. As pesquisas sobre as cadeias globais do cuidado demonstram distintos aspectos deste processo, que coloca na esfera pública questões antes consideradas do âmbito privado, referentes à demanda nos países do Norte pelo trabalho doméstico remunerado, mas também revela a precariedade das condições de trabalho nos países de destino, inclusive pela clandestinidade, e a reorganização dos cuidados nos países de origem (HOCHSCHILD, 2008; HIRATA, 2009; PÉREZ, 2007).

Esta questão é abordada por Sassen (2003), ao estudar a crescente presença das mulheres em circuitos alternativos de sobrevivência, aos quais ela denomina contrageografias da globalização. Os circuitos alternativos de sobrevivência são internacionalizados e incluem: o tráfico de mulheres para a prostituição e também para o trabalho regular, as “exportações” organizadas de mulheres como cuidadoras, enfermeiras e domésticas, e as remessas enviadas por uma crescente força de trabalho feminina que decide emigrar (SASSEN, 2003:65).

Apesar de estes circuitos conformarem uma economia submersa, é inegável que se utilizam da infraestrutura institucional da economia regular. Os circuitos alternativos de sobrevivência, estudados por Sassen, se situam nas economias em desenvolvimento. E, por se tratar de uma análise nos marcos da globalização, tais economias devem ser compreendidas em suas relações com a economia global. Um olhar feminista sobre estes processos passa pela identificação dos nexos a partir dos quais se articulam as dinâmicas do trabalho remunerado e não remunerado e, assim, as dinâmicas da desigualdade de gênero.

Para Sassen (2003), a globalização neoliberal produziu uma infraestrutura que facilita os deslocamentos e cria um ambiente propício para estes circuitos alternativos. Analisar estes circuitos implica em revelar as conexões sistemáticas entre a população pobre, muitas vezes entendida como um peso para o Estado na medida em que requerem gastos sociais, e a população que emerge como fonte significativa de lucros. Tais circuitos podem ser considerados indicadores da feminização da sobrevivência. Assim, as mulheres são cada vez mais o veículo pelo qual estas formas alternativas de sobrevivência, de geração de lucros de empresas e divisas governamentais operam (SASSEN, 2003:66).

3.3- POBREZA ENTRE AS MULHERES: DIAGNÓSTICOS E POLÍTICAS

O processo de informalização da economia nos países da América Latina foi aprofundado com a globalização neoliberal e está ligado à persistência da pobreza entre um setor importante da população (BENERÍA, 2011). Para a autora, esta situação faz com que, mesmo com melhores indicadores macroeconômicos, a geração de empregos e o crescimento econômico não se transmitam automaticamente para todos os grupos sociais, podendo ampliar a desigualdade existente. Assim, as feministas argumentam que o “emprego assalariado pode significar independência econômica, mas não necessariamente melhora as condições de vida e de trabalho das mulheres” (HIRATA, 2003:24).

A sistematização que apresentaremos a seguir recupera análises feministas sobre a realidade da pobreza entre as mulheres e as políticas para seu enfrentamento desenvolvidas nos anos 1990, estudos nos quais prevaleceu a vinculação da pobreza entre as mulheres com o papel dos organismos internacionais e as políticas de ajuste estrutural. Em seguida, elencamos elementos do debate feminista frente ao novo lugar que as políticas de enfrentamento à pobreza

ocupam na agenda dos governos latino-americanos, enfocando especialmente a realidade brasileira.

O termo “feminização da pobreza” é questionado por algumas pesquisadoras, assim como o reforço de um perfil uniforme das mulheres como “as mais pobres entre os pobres”. Medeiros e Osório (2000, *apud* MACEDO, 2008) afirmam que, no período em que a expressão foi cunhada, entre as décadas de 1980 e 1990, não houve um aumento da desigualdade entre homens e mulheres no que se refere ao acesso a recursos. Há, porém, uma sobre representação histórica das mulheres entre os pobres, decorrente da combinação das desigualdades de gênero, raça e classe na estrutura de sociedades como a brasileira e de seu mercado de trabalho. Esta situação se mantém e se aprofunda com a diminuição dos recursos disponíveis, que acarreta no aumento da pobreza de forma geral, como confirmam estudos realizados nos países em desenvolvimento durante a década de 1980. Neste sentido, Bruschini propõe a adoção da expressão “pauperização das mulheres”.

O diagnóstico de que há uma composição marcadamente feminina entre os pobres tem como referência não apenas as mulheres que não auferem renda por seu trabalho, mas também aquelas que se encontram no trabalho informal e com baixa remuneração. Estudos sobre o tema apontam que as novas configurações da família, com o aumento das famílias monoparentais majoritariamente compostas por mães solteiras, reforçam a pobreza entre as mulheres. Ao mesmo tempo, a perspectiva feminista problematiza o consenso estabelecido que generaliza esta análise e reforça um modelo tradicional de família.

O aumento das famílias monoparentais que têm a mulher como pessoa de referência deve ser compreendido como parte de um processo de reconfiguração que as famílias enfrentam em todo o mundo (MACEDO, 2008). Tanto o Estado quanto a produção de estatísticas e as análises acadêmicas deveriam orientar sua visão sem reforçar os estereótipos construídos pelas relações sociais de sexo, ou seja, sem considerar que estas novas configurações implicam na inviabilidade socioeconômica destes arranjos familiares que compõem parte significativa dos lares brasileiros. O reforço desta visão que associa a pobreza com a monoparentalidade feminina sugere uma realidade de desorganização familiar e dissolução de valores familiares, baseados na heteronormatividade e no modelo do homem-provedor/mulher-cuidadora. Ainda que parte destes arranjos vivenciem uma realidade de pobreza, outra parte demonstra sua viabilidade socioeconômica, ao mesmo tempo em que reflete as consequências nas transformações das

relações entre homens e mulheres provocadas por conquistas como o direito ao divórcio e ao emprego das mulheres.

Outro aspecto presente na realidade brasileira é que, por um lado, as diferenças de rendimento entre homens e mulheres das camadas mais baixas têm diminuído, ao passo que entre as próprias mulheres elas têm aumentado. Esta diferenciação pode ser associada ao fenômeno da bipolarização do emprego feminino, sendo necessárias análises que combinem as dimensões de classe, raça e gênero para a compreensão da complexidade do fenômeno.

Neste debate, é ressaltada a análise sobre a alocação de recursos no interior das famílias de acordo com os sexos, bem como a diversidade de respostas frente às dificuldades econômicas. De acordo com Macedo (2008), estudos como Arriagada (2002) e Oliveira e García (2004) confirmam que, mesmo com rendimentos mais reduzidos, os domicílios cuja pessoa de referência é uma mulher recebem maior investimento na manutenção das condições de vida e satisfação das necessidades do conjunto dos integrantes da família, enquanto os homens tendem a investir seu rendimento com itens de uso pessoal. Além disso, devem ser consideradas as redes sociais de apoio familiar e comunitário que as mulheres estabelecem como forma de organizar a reprodução.

Mestrum (2006) questiona a súbita prioridade que a questão da pobreza alcançou entre os organismos internacionais, como o Banco Mundial. Segundo a autora, as estratégias frente à pobreza, desde os anos 1970, se desenhavam em termos do desenvolvimento das nações e povos, e não em uma “luta contra a pobreza”, como é apresentada e consolidada ao longo da década de 1990. Mestrum afirma que tal preocupação responde às necessidades de uma nova política e de uma nova legitimação.

O contexto da aplicação de projetos estimulados e alinhados ao Banco Mundial foi o dos países que aplicaram os programas de ajuste estrutural, nos quais se verificou o aumento das desigualdades e da pobreza, e cujas políticas não foram capazes de gerar o crescimento econômico prometido para garantir um mínimo de estabilidade social. Assim, esse discurso é uma consequência da tentativa de dar uma dimensão social ou um “rosto humano” ao ajuste, e se insere como uma das prioridades dos Objetivos do Milênio; a busca por reduzir pela metade a extrema pobreza nos países em desenvolvimento (MESTRUM, 2006).

À avaliação de que o discurso sobre o combate à pobreza tem uma função política, soma-se uma visão crítica à forma como tal discurso incorpora as mulheres. Mestrum aponta que os documentos dos organismos internacionais associam a pobreza às mulheres, afirmando que

elas são “as mais pobres entre os pobres”, mas não produzem nem apresentam estatísticas suficientes sobre a pobreza entre as mulheres, uma vez que as mesmas são realizadas tomando como base o lar e não o indivíduo.

As críticas se desdobram em apontar a limitação de se combater a pobreza como uma realidade “triste” que assola os países em desenvolvimento sem colocar em questão suas causas e, portanto, a questão da desigualdade. No debate acadêmico não há um consenso sobre a melhor forma de se medir a pobreza. Para o desenho dos programas, foram necessários instrumentos de identificação e classificação das situações de pobreza que estabeleceram distinções entre indigência, pobreza extrema e pobreza. Isso teve como consequência a focalização dos programas de “luta contra a pobreza” para uma parte dos pobres, entre os quais figuravam as mulheres pobres (ATTAC, 2007). Vale lembrar que a orientação geral enunciada por essas instituições para os países em desenvolvimento, aplicada mediante as condicionalidades dos empréstimos dirigidos a esses países, era de cortar drasticamente os gastos públicos e incentivar a atuação do setor privado, o que aprofundou a situação de privação dos setores mais pobres em relação a serviços pelos quais eles não tinham condições de pagar. Assim, os programas dirigidos às mulheres mais pobres na América Latina se configuraram em programas de “alívio” da pobreza, já que não construíram as condições para acabar com essa.

Ainda que organismos como PNUD e Banco Mundial tenham visões distintas sobre desenvolvimento e pobreza, Mestrum aponta regularidades no discurso de ambos ao longo dos anos de 1990. A pobreza era apresentada como um problema multidimensional que se tornou o pivô de uma série de outros problemas que preocupam todo o mundo, entre eles a degradação do meio ambiente e as migrações. Portanto, ela torna-se um assunto de interesse comum da comunidade internacional, o que significa que seu combate não é mais tarefa exclusiva dos governos nacionais, mas sim objetivo dos organismos internacionais. Além disso, os pobres são apresentados como vítimas de políticas mal implementadas. Ao mesmo tempo, a saída da pobreza seria responsabilidade dos próprios pobres, o que, em uma economia orientada para o mercado, significa a implementação de políticas para que os pobres possam “aproveitar as oportunidades” e participar do mercado.

Mestrum (2006) aponta, ainda, que no discurso destas instituições a pobreza está associada às mulheres, as quais desempenham um papel de “boas pobres”, pois estão sujeitas a péssimas condições de trabalho, salários baixos, e ainda assim organizam trabalho comunitário não remunerado e redes de solidariedade necessárias para a sobrevivência. Tal discurso aponta

que as mulheres pobres têm a característica particular de traduzir espontaneamente seus interesses nos interesses das famílias (MESTRUM, 2006:42). Por fim, a autora aponta que as estratégias de combate à pobreza do PNUD e do Banco Mundial se baseiam, por um lado, em serviços sociais de base, que podem ser responsabilidade dos poderes públicos, mas que também podem ser transferidos a setores privados, a igrejas ou associações locais. Por outro lado, aponta que tais estratégias não são conflitivas com as receitas da globalização neoliberal como equilíbrio macroeconômico, abertura dos mercados e privatizações.

A perspectiva feminista sobre a atuação dos organismos internacionais questiona a utilização das mulheres como parte de uma estratégia de desenvolvimento que as mantém no mesmo lugar de desigualdade estrutural. Essa estratégia se apropria da experiência e valores construídos historicamente pelas mulheres no processo de garantia da sobrevivência e bem-estar das famílias e comunidades, tais como o altruísmo e a solidariedade. Mas os programas de alívio da pobreza, impulsionados por esses organismos, não estabelecem como objetivo transformar as relações de poder e subordinação das mulheres, em uma perspectiva de construção de igualdade e autonomia. Ao contrário, tem significado o reforço da naturalização desse lugar social como feminino, e um aumento de responsabilidades que recaem sobre as mulheres para garantir a sustentabilidade da vida humana em sociedades estruturadas pela desigualdade e pela pobreza. As soluções para o alívio da pobreza entre as mulheres são buscadas fora dos marcos dos sistemas de proteção social tradicionais, e articulam-se com o funcionamento da economia orientada a atender as demandas do mercado.

3.3.1 – MUDANÇAS NO ENFRENTAMENTO À POBREZA NA AMÉRICA LATINA

As políticas sociais desenvolvidas na América Latina a partir de meados dos anos 2000 como parte do enfrentamento a pobreza apresentam uma mudança significativa de orientação se comparadas às descritas anteriormente. No Brasil, o caso do Programa Bolsa Família permite exemplificar esta mudança, cuja principal característica distintiva é a extensão, ou seja, o alcance da política. Ao contrário das políticas deste tipo no período anterior, esta não é uma política marginal, na medida em que atende uma proporção significativa da população em situação de pobreza e representa um investimento importante dos recursos públicos.

O Bolsa Família é um programa de transferência de renda condicionada, caracterizado pelo repasse de renda e pelo estabelecimento de condicionalidades como a frequência escolar dos filhos. Trata-se de um programa que define as características e requisitos que os beneficiários devem cumprir e sua cobertura tem grande extensão, considerando o alcance da pobreza no país. Os programas de transferências condicionadas tomam como público alvo os lares vulneráveis, e neles, as mulheres (RODRIGUEZ, 2011). Este é um aspecto que provoca debates entre as pesquisadoras feministas porque pode significar o reforço de um lugar específico das mulheres nas famílias, como mães.

Rodriguez (2011) aponta duas críticas presentes na literatura da economia feminista sobre os programas de transferências condicionadas. O primeiro se refere a que seu desenho se baseia em uma visão que considera a atuação de agentes econômicos racionais e, assim, a transferência de renda possibilitaria uma conduta individual orientada para a superação da pobreza. Essa visão se vincula aos argumentos de eficiência desta política. A segunda crítica se relaciona com a primeira por questionar esta ideia de que a saída da pobreza está relacionada com a responsabilidade individual, desconsiderando que a pauperização das mulheres é construída por um processo socioeconômico que as exclui do mercado de trabalho e as coloca em posição de subordinação, decorrente da divisão sexual do trabalho.

Nas análises feministas, é frequente a crítica ao fato de que, ainda que as principais beneficiárias sejam as mulheres, o desenho das políticas não incorpora as dinâmicas e desigualdades das relações de gênero em sua formulação. Isto porque os programas não colocam entre os objetivos centrais romper com estas desigualdades, ao passo em que se apoiam no fato de que a construção social do gênero feminino se vincula à maternidade. Para Rodriguez (2011), as condicionalidades dos programas de transferência de renda se voltam mais a romper com o ciclo intergeracional da pobreza do que a construir possibilidades de autonomia e independência para as mulheres titulares do programa²⁶. Por outro lado, ainda que não estabelecido explicitamente como objetivo dos programas, o acesso regular à renda é avaliado como a inauguração de uma experiência de autonomia entre as beneficiárias dos programas, como aponta o recente estudo de Walquiria Rego e Alessandro Pinzani sobre o Bolsa Família, no Brasil.

Rego e Pinzani (2013) se debruçaram sobre a realidade de mulheres beneficiárias do programa, apontando o impacto que o mesmo gerou sobre dimensões de autonomia destas mulheres, segundo as próprias beneficiárias. Estas afirmam mudanças positivas que vão desde a

26 Todavia, há experiências pontuais de articulação dos programas de transferência condicionada com políticas de capacitação profissional, organização produtiva, entre outras.

recuperação da auto-estima, o rompimento do ciclo de violência doméstica, a experiência de responsabilidade individual, controle e planejamento do uso do dinheiro e seu reconhecimento enquanto cidadãos. Os autores afirmam que entre as condições para estas mudanças estão o atendimento das necessidades básicas por meio do acesso regular a renda, experiência antes desconhecida para a maioria das beneficiárias, elemento que demonstra a responsabilidade institucional do Estado brasileiro com este programa nos últimos dez anos.

Rego e Pinzani (2013) argumentam, porém, que o alcance do programa não soluciona o problema estrutural da pobreza no Brasil, mas que pode inaugurar um novo ciclo de ampliação de direitos e da cidadania em geral. Segundo eles,

“os impactos de cidadania, sua ampliação e profundidade são muito mais efetivos se o poder local estiver comprometido com essa questão, ou seja, se as beneficiárias forem objeto de políticas municipais específicas de estímulo à participação política” (REGO e PINZANI, 2013:217)

A ampliação da cidadania estaria, para os autores, vinculada ainda à garantia de outros direitos e serviços públicos, como escolas de qualidade. As vozes das mulheres, reveladas por este estudo, podem contribuir para que a elaboração e implementação dos próximos passos para o avanço deste programa dialoguem com as problematizações apontadas pelos estudos feministas.

3.4– ALINHAVANDO REFLEXÕES

Com os limites impostos pelo alcance da sistematização proposta neste capítulo, os elementos apresentados constituem uma base a partir da qual é possível analisar questões estruturais e conjunturais que se apresentam tanto nos países do Norte como nos países do Sul. Como aponta Gálvez (2013), a economia feminista tem analisado, há duas décadas, as consequências das crises financeiras, dos planos de ajuste e das políticas neoliberais, bem como dos tratados de livre comércio e do avanço da mercantilização sobre a vida e o bem-estar de mulheres e homens. Portanto, este acúmulo proporciona as condições de se realizar uma leitura feminista das políticas de austeridade adotadas frente à crise econômica na Europa, bem como de se alertar para o reforço das desigualdades provocado por tais políticas, a exemplo do que se constatou como efeitos das políticas de ajuste na América Latina.

No caso de países latino-americanos, se verifica o desafio de atualizar as análises feministas nos marcos de um processo diferenciado de desenvolvimento econômico e social que se realiza em uma sociedade estruturada por desigualdades profundas. Combinar crescimento

econômico com superação da pobreza e distribuição de renda, enfrentando as tendências conservadoras de reforço de papéis tradicionais de gênero, se apresenta como um desafio analítico e político, especialmente no contexto brasileiro.

Seguindo a proposta de sistematizar as contribuições feministas não apenas no debate acadêmico, mas também nas ações e reflexões do movimento social, a seção seguinte apresenta os acúmulos desenvolvidos por organizações do movimento feminista brasileiro e latino-americano nos marcos da resistência às políticas neoliberais e da proposição de propostas alternativas, orientadas para a construção de igualdade.

4- A ECONOMIA NA AGENDA POLÍTICA DO FEMINISMO

Mais do que uma coincidência temporal entre o desenvolvimento da teoria feminista na academia e do feminismo enquanto movimento social, há uma estreita relação entre esses dois processos. A elaboração teórica fortalece, impulsiona e instrumentaliza os movimentos sociais, ao mesmo tempo em que os movimentos sociais apresentam novas demandas e propostas para serem teorizadas no âmbito acadêmico (AMORÓS, 2008).

Amorós exemplifica esse processo ao abordar a questão da auto-organização das mulheres como sujeito coletivo, nos anos 1970. Quando as feministas identificaram a necessidade de uma organização autônoma das mulheres, elas necessitavam também de uma justificativa teórica. Era preciso definir de maneira substantiva a especificidade conceitual da opressão das mulheres, enquanto mulheres. Em parte, essa demanda surgiu com as militantes dos movimentos de esquerda hegemônicos por um marxismo que colocava a opressão das mulheres como contradição secundária dentro de uma sociedade em que a contradição entre capital e trabalho era vista como principal.

A elaboração teórica sobre o patriarcado, ainda que com diferentes enfoques, incluindo sua relação com outras formas de dominação e exploração, tais como classe e raça, contribuiu fundamentalmente para legitimar a auto-organização das mulheres em um movimento autônomo. O feminismo se fortaleceu como teoria crítica e como ação política, afirmando as ideias de autonomia, igualdade e solidariedade, e ressignificando esses termos. Do ponto de vista feminista, o conceito de igualdade, por exemplo, não consiste simplesmente na divisão do poder com os homens na sociedade tal como ela é, mas supõe uma transformação global das relações sociais (HIRATA, 2002).

De acordo com Seyla Benhabib (1990), a teoria crítica revela que a constituição simbólica e a interpretação sócio-histórica das diferenças anatômicas entre homens e mulheres colaborou, ao longo da história, com a opressão das mulheres. A partir daí, a teoria crítica feminista se propõe a desenvolver uma teoria emancipatória e reflexiva que possa aportar às lutas pela emancipação das mulheres. Amorós e Miguel (2007) afirmam que esse processo se dá através de duas formas indissociáveis: uma análise explicativo-diagnóstica e uma crítica antecipatória utópica, projetando valores que inaugurem novas formas de relação entre homens e mulheres.

Assim, o feminismo invoca o ponto de vista da universalidade, apontando que todas as práticas sociais estão sujeitas ao debate. Não se trata de apenas mais um paradigma, mas sim da capacidade de formular questionamentos ao sexismo de outros paradigmas, trazendo referentes que projetam análises mais abrangentes acerca do conjunto de práticas e relações sociais. Amorós (2008) afirma que “conceitualizar é politizar”. O feminismo cria novas categorias interpretativas e nomeia o que frequentemente é invisibilizado. Ao transformar fatos recorrentes do cotidiano em uma categoria, através de um conceito que defina e explique tais fatos, permite-se que sejam inseridos no debate público e, assim, a partir do questionamento dessa realidade, também se inserem na esfera política: “irracionalizar e deslegitimar o sistema de dominação masculina é politizar” (AMORÓS, 2008).

Em particular, ao recuperar a definição de Nancy Fraser sobre teoria crítica, as autoras sublinham a relação entre a teoria crítica feminista e os movimentos sociais feministas. Para essa autora, o conhecimento produzido pela teoria crítica deve ser articulado às atividades dos movimentos sociais que compartilham da mesma crítica e à ação política para a transformação da realidade social. O desenvolvimento de categorias analíticas que explicitem o caráter de dominação das relações estabelecidas é, assim, uma tarefa da teoria crítica que contribui com o desenvolvimento das lutas sociais.

A finalidade de toda teoria é possibilitar uma nova visão, uma nova interpretação da realidade e, portanto, uma nova significação. Os movimentos sociais, em seus processos organizativos, lutas e resistências, ressignificam a realidade social, ao mesmo tempo em que questionam o que antes era tido como normal. Os movimentos sociais, como o movimento feminista, assumem a tarefa de visibilizar e explicitar os conflitos e desigualdades para a opinião pública, com o objetivo de buscar uma deslegitimação da ordem estabelecida e construir as bases para uma redefinição da realidade, através de sua ação política – de denúncia ou reivindicação, por exemplo. Nessa tarefa, somam-se movimento e teoria feminista.

As formulações políticas sobre a economia, a partir do movimento feminista, ilustram este processo. Parte da sistematização que será feita a seguir apresenta uma breve recuperação dos caminhos percorridos pela REMTE, pela Marcha Mundial das Mulheres e pela Marcha das Margaridas²⁷; em seguida serão feitas algumas considerações em torno de temas vinculados à

²⁷ Conforme apresentado na metodologia desta dissertação, a escolha dessas organizações se deu porque são três processos diferentes, mas que se desenvolveram com alguma relação entre si. Além disso, estas organizações têm como marco de suas trajetórias o reposicionamento da agenda econômica como questão central para o feminismo e têm referenciais teóricos semelhantes aos utilizados nesta pesquisa.

economia, a partir das visões e intervenções políticas desenvolvidas por esses movimentos²⁸. Com isso, pretende-se demonstrar a relevância da economia feminista como ferramenta de análise organizadora de uma leitura feminista de mundo que orienta a ação destes sujeitos políticos.

4.1. UMA APROXIMAÇÃO AO MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL E AMÉRICA LATINA

Há um grande número de pesquisas em economia feminista que têm a realidade dos países do Sul como objeto de estudos. Os debates feministas sobre desenvolvimento realizados a partir dos anos 1980, por exemplo, tiveram como centro de produção teórica o ambiente internacional da organização feminista em torno dos processos das Nações Unidas e das agências de cooperação, além de universidades, sobretudo da Europa e Estados Unidos.

Houve, na América Latina, focos de elaboração sobre esse debate, a partir de militantes e pesquisadoras vinculadas a esses processos internacionais, sobretudo integrantes de organizações que atuaram nas conferências da ONU. A IV Conferência da Mulher, realizada em 1995 em Pequim, é um marco deste processo, e impactou a dinâmica do feminismo no Brasil e na América Latina. Elementos defendidos pelas feministas foram incorporados à plataforma de ação da Conferência, o que fez com que se propagasse um discurso triunfalista sobre o avanço dos direitos das mulheres (FARIA, 2005). Porém, como aponta Alvarez (2003), a implantação e aprofundamento da globalização neoliberal na América Latina, com as políticas de ajuste estrutural e a redução drástica das políticas sociais, bloquearam a possibilidade de que os enunciados aprovados nas conferências se concretizassem em transformações na vida das mulheres. Como parte da crescente resistência global às políticas neoliberais, os próprios movimentos foram impulsionadores de processos de articulação transnacional com formulações de alternativas globais, independente da agenda das conferências da ONU. Mais que isso, este processo autônomo teve como uma de suas características a recusa de participação nestes processos a partir da avaliação de que, em nome do “social” e do combate à pobreza, os mesmos legitimavam a expansão do neoliberalismo.

²⁸Para a elaboração desta sistematização foram utilizados como fonte de informações os materiais, documentos e relatórios produzidos pelos movimentos, que estão relacionados nas referências bibliográficas.

Assim, a recomposição do feminismo nos marcos da resistência ao neoliberalismo na América Latina produziu, entre o final dos anos 1990 e a primeira década de 2000, um conjunto de análises e ações feministas com um questionamento estrutural ao capitalismo, gestadas em um processo de alianças entre os movimentos sociais. O Fórum Social Mundial, bem como a campanha contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e contra a Organização Mundial do Comércio (OMC) materializaram este processo, marcado por diferenças políticas e estratégicas entre as organizações participantes²⁹.

Essa conjuntura política e econômica permitiu superar uma lógica de fragmentação temática do feminismo em questões específicas como saúde e violência, predominante nos anos 1990, para reposicionar a crítica global ao modelo econômico no feminismo latino-americano. Isso possibilitou, portanto, a retomada de um debate crítico sobre a combinação das desigualdades de classe, raça e gênero na reprodução do capitalismo patriarcal. Este debate havia perdido espaço ao longo dos anos 1990. Têm origem, neste processo, a Rede Latino-americana Mulheres Transformando a Economia (REMTE) e a Marcha Mundial das Mulheres, com um posicionamento anti-neoliberal e em um esforço de construção de alianças e lutas com os movimentos sociais compostos por homens e mulheres, denominados movimentos mistos (FARIA, 2005).

4.1.1. REDE MULHERES TRANSFORMANDO A ECONOMIA

A Rede Latino-americana Mulheres Transformando a Economia (REMTE) foi constituída em 1997, com o objetivo de contribuir para a apropriação crítica da economia por parte das mulheres, através de geração de ideias, debates, ações e iniciativas políticas. A visão orientadora desta Rede é a transformação da economia em várias dimensões, desde a produção de um conhecimento econômico que invisibiliza as mulheres até as relações econômicas que reproduzem as desigualdades de gênero local, nacional e internacionalmente.

Diaz (2007) recupera o sentido da criação dessa rede, afirmando que, por um lado, ela atuou para reposicionar a economia na agenda feminista, ao mesmo tempo em que construiu iniciativas orientadas a incorporar a perspectiva feminista nos processos gerais de articulação dos movimentos sociais frente ao neoliberalismo, notadamente na resistência à Alca e aos acordos de livre comércio. No campo do movimento de mulheres, de forma geral, a agenda predominante

²⁹ Para uma análise sobre as diferentes estratégias feministas neste processo, ver o dossiê Revista Estudos Feministas 2003

girava em torno de temas como participação política, violência, saúde e direitos sexuais e reprodutivos. Isso se dava nos marcos da implementação do neoliberalismo em todos os países da região, momento em que o movimento de mulheres considerava a necessidade de agir, mas sem pretender alterar estes marcos. Assim, a agenda feminista se limitava a olhar aspectos específicos da vida das mulheres, sem questionar o fato de que o neoliberalismo operava uma reorganização pelo mercado da vida como um todo (FARIA, 2005).

As organizações que fundaram a REMTE tinham em comum, desde seus países, a visão crítica aos Programas de Ajuste Estrutural e ao discurso econômico hegemônico que orientava as instituições internacionais e também as políticas nacionais. Nesse discurso, sustentava-se que a globalização neoliberal e os acordos de livre comércio poderiam gerar maiores oportunidades para as mulheres (DIAZ, 2007). Transformar a economia foi, portanto, a motivação para a conformação dessa rede, que se engajou, desde o início, na construção da Marcha Mundial das Mulheres como uma ação internacional de combate à pobreza e à violência sexista (FARIA, 2005).

O processo do Fórum Social Mundial teve especial relevância no fortalecimento das análises e posicionamentos da REMTE, que organizou atividades de debate e estratégias em todas as suas edições, influenciando a difusão da economia feminista entre os movimentos da região (FARIA e NOBRE, 2003). Outro processo importante para a difusão da economia feminista na região foi a realização de atividades de formação, como o curso “Economia Feminista: um enfoque anti-sistêmico”, realizado pela REMTE ao longo de 2007.

O Brasil é um dos países que integram a REMTE, a partir da Rede Economia e Feminismo (REF). Constituíram a REF ativistas do movimento de mulheres e representantes de entidades em oito estados³⁰. Neste processo, foi constituído um grupo de reflexão a partir da SOF³¹ - Sempre Viva Organização Feminista, que possibilitou uma compreensão teórica da economia feminista entre as ativistas e estabeleceu um diálogo com os debates nacionais sobre economia e desenvolvimento. Entre 2001 e 2003, este grupo realizou encontros nos quais se debatia a teoria econômica feminista e a conjuntura econômica brasileira. Como subsídios a estes debates, a SOF publicou duas edições da Coleção Cadernos Sempre Viva, “Economia feminista”

30 Fase, SOF, Centro Feminista 8 de Março, Articulação Nacional de Agroecologia.

31 A SOF é uma organização feminista fundada em 1963 que atua com formação feminista junto aos movimentos populares e sindicais, como a CMP e a CUT. Sediou a coordenação regional da Remte entre 2005 e 2009, integra a coordenação executiva da MMM no Brasil e, entre 2006 e 2013, sediou o secretariado internacional da Marcha Mundial das Mulheres.

(2002) e “A Produção do viver: ensaios de economia feminista” (2003), com textos de apresentação da economia feminista em diálogo com as principais questões deste campo político. Estas publicações são as primeiras registradas com a expressão “economia feminista” entre as palavras-chave no ISBN da Biblioteca Nacional. Além da tradução e publicação de textos sobre economia feminista, a SOF desempenhou um papel destacado na articulação entre os processos de construção da REMTE/REF e da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil, por participar ativamente em ambos.

Uma das características da REF é a de proporcionar um espaço para a reflexão teórica articulada com a elaboração e intervenção política. Assim, ao longo de sua constituição, se vinculou a processos políticos como a articulação das mulheres na economia solidária, o debate feminista nas práticas agroecológicas e nas lutas por soberania alimentar, debates sobre o modelo de desenvolvimento e a crítica feminista à sociedade de mercado.

4.1.2- A MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES

A origem da Marcha Mundial das Mulheres remonta à realização da Marcha Pão e Rosas, em 1995, no Quebec. Esta marcha obteve conquistas para as mulheres naquele país, como o aumento real do salário mínimo, assim como políticas de apoio à economia solidária e de combate à violência contra as mulheres. A partir desta experiência, as mulheres do Quebec lançaram a proposta, em nível internacional, de realizar uma Marcha Mundial das Mulheres contra a pobreza e a violência sexista.

Mais de 6 mil grupos de mulheres de 161 países e territórios se somaram, em 2000, ao lançamento da Marcha Mundial das Mulheres. Foram realizadas manifestações de rua e recolhidas mais de 5 milhões de assinaturas em um abaixo assinado entregue às Nações Unidas e em audiências com o Banco Mundial e o FMI, com propostas para acabar com a pobreza e a violência sexista.

Por conformar uma ação autônoma do movimento de mulheres, com questionamentos profundos à ordem capitalista e patriarcal movida pela globalização neoliberal, e por priorizar a lógica da mobilização popular e de rua, os grupos participantes desta ação em 2000 decidiram transformar a MMM em um movimento permanente. No Brasil, a participação de diversos grupos

no lançamento da MMM em 2000 configurou uma coordenação nacional a partir das mulheres organizadas nos movimentos sociais e organizações do movimento autônomo de mulheres³².

No contexto de formação e fortalecimento de alianças e lutas contra a globalização neoliberal, expressas nas lutas contra a OMC, G8 e pela construção de alternativas a partir de processos como o Fórum Social Mundial, a consolidação da MMM como movimento problematiza questões até então consideradas já estabelecidas no movimento feminista, inaugurando novas formas de constituir um sujeito político internacional. Um aspecto central para sua consolidação foi a organização de um movimento com capacidade de mobilização a partir de uma mudança de agenda, apresentando desde o início uma crítica global ao neoliberalismo (FARIA, 2005). De acordo com Conway (2007), a Marcha tem funcionado como uma força feminista autônoma que estimula a integração das causas feministas contra o patriarcado em todos os grandes movimentos sociais, por recolocar o debate sobre gênero e classe.

As principais características apontadas pela Marcha em sua formação como movimento são a defesa de igualdade para todas as mulheres e o enraizamento em coletivos populares, autônomos e diversos que impulsionem ações com criatividade para dar visibilidade à articulação entre o capitalismo e o patriarcado (MMM, 2008). Além disso, este movimento estabelece alianças sólidas com movimentos sociais mistos, compartilhando uma agenda política altermundialista, e conecta as lutas locais com processos globais de transformação.

Este movimento questiona a lógica até então presente no movimento feminista de que o sentido de um movimento internacional seria o de estabelecer solidariedade entre as mulheres, em uma suposição de que esta solidariedade seria entre as que conquistaram direitos com as que ainda não haviam conquistado. O questionamento parte da caracterização da situação nos países e em nível internacional, com a globalização neoliberal. Em primeiro lugar, esse processo tornou evidente que os direitos conquistados nos países do Norte não eram para todas, e a qualidade de vida nestes países era garantida à custa de uma divisão internacional do trabalho que mantinha os países do Sul em uma situação de subordinação. Além disso, no interior dos países se ampliava a desigualdade entre as mulheres, em virtude do desmantelamento dos Estados de Bem-Estar. A MMM (2008) afirma que há um Sul no Norte, com novas formas de negar direitos a parcelas da

32 A coordenação executiva foi composta inicialmente pela secretaria de mulheres da CUT, CONTAG, UNMM e por organizações feministas como CAMTRA (RJ), SOF (SP) e CF8 (RN). Atualmente, é composta por CUT, CONTAG, CF8 e SOF, e foi ampliada para uma representação das jovens e do comitê do movimento em Minas Gerais.

população como os e as imigrantes. Questionam que a igualdade formal, afirmadas em plataformas de ação de conferências internacionais ou no interior dos países, é necessária, porém insuficiente para transformar a vida de todas as mulheres.

A luta pela igualdade de fato se orienta pela análise de que a opressão das mulheres se estrutura em um sistema que tem uma base material: o corpo das mulheres, a organização do trabalho, a ocupação dos territórios. A formulação apresentada sobre a construção das relações sociais de sexo busca sempre articular as dimensões da ideologia com sua base material, da subjetividade com suas condições objetivas.

Desde 2008, as ações são organizadas em torno de quatro campos de ação: Paz e desmilitarização; Bens comuns e serviços públicos; Trabalho e autonomia econômica; Enfrentamento à violência contra as mulheres (MMM, 2010).

4.1.3- A MARCHA DAS MARGARIDAS

A Marcha das Margaridas é uma grande mobilização nacional das mulheres trabalhadoras rurais convocada e coordenada pela Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora Rural da CONTAG, que surgiu em adesão à Marcha Mundial das Mulheres, em 2000 (SILVA, 2008).

O nome desta ação é uma homenagem a Margarida Alves, uma das primeiras mulheres a ocupar o posto de presidente em um sindicato de trabalhadores rurais, em Alagoa Grande, na Paraíba. Margarida Alves foi assassinada em 1983 a mando de latifundiários da região. A referência a esta mulher permite remontar a uma trajetória de lutas das mulheres rurais que, desde os anos 1980, atuam de forma organizada no Brasil. Suas reivindicações iniciais giravam em torno do reconhecimento de sua profissão enquanto agricultoras e trabalhadoras, questionando a invisibilidade de seu trabalho produtivo manifesta em documentos que as consideravam “donas de casa”; de sua afirmação política questionando as desigualdades e relações de poder no campo, reivindicando acesso à terra com titulação conjunta e a um conjunto de direitos sociais, econômicos e políticos (BUTTO, 2011; SILIPRANDI, 2012). Resultado destas reivindicações, seja via organizações do movimento autônomo de mulheres³³, seja via organização das mulheres no interior dos movimentos mistos³⁴, foi a conquista, ainda na Constituição de 1988, de direitos

33 Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), Quebradeiras de Coco, etc.

34 Contag, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

fundamentais como a menção explícita do direito das mulheres à terra e sua inclusão como beneficiárias da previdência social, como seguradas especiais. Com a ampliação da organização das mulheres rurais e as conquistas alcançadas, as agendas políticas passaram por transformações que apontam, fundamentalmente, para a inserção e organização produtiva das mulheres rurais.

A Marcha das Margaridas é uma das expressões deste processo de lutas das trabalhadoras rurais. Sua primeira edição teve como lema “2000 razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista”, demonstrando sua convergência política com o lema da Marcha Mundial das Mulheres, lançada internacionalmente no mesmo ano. Cerca de 20 mil trabalhadoras rurais participaram desta mobilização em Brasília, em agosto de 2000.

A segunda edição reuniu cerca de 50 mil mulheres com o mote “2003 razões para marchar por terra, água, salário, saúde e contra a violência”, com um amplo leque de reivindicações. A terceira edição, em 2007, reuniu 30 mil mulheres “contra a fome, a pobreza e a violência sexista”, e atualizou a pauta de negociações considerando as conquistas obtidas e consolidadas em políticas públicas para as mulheres rurais. Já em 2011, participaram 70 mil mulheres sob o lema “2011 razões para marchar por desenvolvimento sustentável, com justiça, autonomia, igualdade e liberdade”.

Cabe destacar que, desde a primeira edição da Marcha das Margaridas, houve uma mudança no governo federal e a criação de uma área específica de políticas para as mulheres rurais no Ministério do Desenvolvimento Agrário, que concretizou em políticas públicas uma série de reivindicações da mobilização, como o programa nacional de documentação da trabalhadora rural e o programa de organização produtiva, entre outros. Esta é uma demonstração da capacidade de influência desta mobilização na agenda do Estado (BUTTO, 2011).

O processo de construção de cada uma das edições da Marcha das Margaridas envolve formação, encontros preparatórios em nível nacional e também nos locais e estados, além de um processo intenso de captação de recursos. Em sua elaboração, a Marcha das Margaridas apresenta a necessidade de superar a noção de que o urbano e o rural são opostos, articulando uma visão que compreenda a complexidade do território brasileiro. As mulheres afirmam a pluriatividade que marca o rural, com atividades não agrícolas, agroextrativistas, artesanais, entre outras. É parte desta ampliação da noção do rural o reconhecimento das atividades, condições de vida e protagonismo das mulheres rurais, trabalhadoras do campo e da floresta. Tal reconhecimento e visibilidade devem ter como consequência políticas públicas que assegurem saúde, educação, saneamento, habitação, apoio à produção e comercialização.

As parcerias da organização da Marcha das Margaridas foram se ampliando ao longo dos anos, sendo que desde o início figuram a Secretaria de Mulheres da CUT, a Marcha Mundial das Mulheres, o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), e o Movimento Interestadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE). As organizações parceiras seguem o processo nacional de permanente monitoramento das negociações com vários ministérios do governo federal, coordenado pela CMTR da CONTAG.

4.2. ANÁLISES, AÇÕES E PROPOSIÇÕES FEMINISTAS

A seguir serão sistematizados argumentos e proposições desenvolvidos por esses três movimentos em processos que posicionaram a economia como questão central para a agenda feminista. Partindo das trajetórias e ações políticas destas organizações, a sistematização se organiza em torno de dois blocos, sendo o primeiro referente ao processo de resistência aos acordos de livre comércio e à visão geral de crítica feminista à sociedade de mercado. O segundo se refere às proposições de políticas e alternativas econômicas concretas nos marcos de um entendimento comum sobre a autonomia econômica das mulheres.

4.2.1. O ENFRENTAMENTO AOS ACORDOS DE LIVRE COMÉRCIO

O processo de enfrentamento ao livre comércio marcou a consolidação das organizações selecionadas e as relações de alianças estabelecidas entre as mesmas e movimentos sociais, o que possibilitou o reposicionando do feminismo como um sujeito político relevante nas articulações gerais dos movimentos sociais na América Latina. Da mesma forma, a luta contra o livre comércio possibilitou uma reorganização dos movimentos sociais em um campo anti-neoliberal na região (BOCCA, 2012).

Os tratados de livre comércio são propostas organizadas nos marcos da globalização neoliberal com uma série de acordos entre países para a abertura comercial e a livre movimentação das empresas. O principal acordo proposto para a América Latina, nos anos 1990, foi a Alca, que tinha como objetivo eliminar as barreiras alfandegárias para o livre comércio entre os países da região. Proposta em 1994, a Alca foi negociada nas Cúpulas das Américas, espaço de reunião dos chefes de Estados dos 34 países do continente com exceção de Cuba. Em 2005, as negociações foram estancadas pelo posicionamento dos países do Mercosul e Venezuela

contrários ao acordo, devido à desigualdade entre os países da região que, segundo estes, inviabilizava um acordo equitativo. O posicionamento destes países foi respaldado por uma ampla Campanha continental contra a Alca. Além da Alca, o fim dos anos 1990 e início dos anos 2000 foram marcados pela proposição e negociação de outros acordos como, por exemplo, entre Estados Unidos e América Central.

A REMTE foi a primeira rede feminista a se posicionar contra os acordos de livre comércio na América Latina (DIAZ, 2007). De acordo com León (2007), a negação e resistência aos instrumentos do livre comércio foram decisivas para atualizar a elaboração em torno da conexão entre capitalismo e patriarcado, em um processo de articulação continental, mas enraizado localmente, que afirmava a impossibilidade de conjugar igualdade entre homens e mulheres com as políticas neoliberais.

Assim, articulação e elaboração em torno da resistência aos acordos de livre comércio se constituíram como as primeiras linhas de atuação da REMTE, e foram realizadas tanto em nível regional, com as articulações da Campanha Continental contra a Alca, da Aliança Social Continental e das lutas contra os acordos da Organização Mundial do Comércio (OMC), como em nível sub-regional nos países que enfrentavam processos de negociação de Tratados de Livre Comércio com Estados Unidos ou União Europeia.

Houve um longo processo de debate entre as organizações e movimentos sobre qual deveria ser o posicionamento frente aos acordos. Alguns setores viam a ALCA como um processo irreversível e, por isso, apostavam por buscar melhores condições para os países da América Latina dentro deste processo. Outros defendiam a oposição global a este acordo, na medida em que o consideravam mais que um simples acordo comercial, e sim como um projeto estratégico de controle do território, da economia, dos investimentos e da biodiversidade dos países latino-americanos (REMTE, 2008).

Esta diferença de posicionamentos também se deu entre as organizações feministas. Um setor organizou suas iniciativas políticas pela análise de que a abertura comercial produzia aspectos positivos e negativos. Por isso, propunham acrescentar a perspectiva de gênero aos acordos, incluindo cláusulas sociais como forma de reduzir seus impactos negativos na vida das mulheres (FARIA e MORENO, 2008). Por outro lado, a visão que predominou no decorrer das articulações se fundamentava nas análises de que o neoliberalismo não tem apenas impactos sobre a vida das mulheres, mas se estrutura e se sustenta a partir das desigualdades de gênero e, especificamente, a partir do trabalho não remunerado e do trabalho mal remunerado das

mulheres. Esses garantem, respectivamente, o amortecimento dos impactos do sistema sobre as condições de vida e a competitividade do mesmo sistema, a partir da combinação entre divisão sexual e internacional do trabalho (FARIA, 2005; LEÓN, 2007).

Representantes desta visão, a REMTE e a MMM se posicionaram, desde o início, contrárias aos acordos de livre comércio em questão, apontando a necessidade de um amplo processo de mobilização frente a estes acordos. Para estas organizações, os acordos garantiam o acesso das empresas ao comércio mundial, mas não o acesso universal aos direitos básicos que, no neoliberalismo, são precarizados e privatizados (REMTE, 2008). Este posicionamento também se expressou na pauta da Marcha das Margaridas em 2000 e 2003.

A partir da análise da situação das mulheres no México, país que aderiu ao acordo de livre comércio com Estados Unidos e Canadá (NAFTA), se comprovou a exploração diferenciada do trabalho das mulheres nas maquiladoras, em condições precárias, sem direito à sindicalização e com violência e assédio frequentes. Menos que uma possibilidade de emprego para as mulheres, o trabalho nas maquiladoras era considerado uma consequência da situação de pobreza que levava, especialmente mulheres jovens, a jornadas de 16 horas em montadoras. Naquele país, a degradação das condições de vida amplia a violência e o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, e a ausência do Estado na garantia de políticas públicas resulta na intensificação do trabalho não remunerado e não reconhecido das mulheres com o cuidado das famílias e da comunidade, somadas à denúncia de desaparecimento de várias trabalhadoras (FORO MUJERES, 2001).

Os argumentos desenvolvidos pela REMTE e MMM têm como características trazer para o debate público as contribuições econômicas das mulheres, tirando da invisibilidade um conjunto de atividades que sustentam as políticas neoliberais ao mesmo tempo em que, ainda que não reconhecidas nem valorizadas, se intensificam com a implementação das mesmas. As mulheres teriam um papel fundamental na produção cotidiana do viver, sendo responsáveis pela saúde e alimentação em um contexto de aumento do trabalho assalariado precário. Explicitam, ainda, a análise de que o modelo proposto pelo livre comércio mantém os países do sul em um lugar subordinado na divisão internacional do trabalho, e que a lógica do neoliberalismo acentua a bipolarização entre as mulheres, intensificando, também, o trabalho das mulheres com a reprodução social (NOBRE, 2002). Segundo esta visão, as desigualdades de gênero fazem parte do sistema econômico, sendo agravadas com o neoliberalismo.

É evidente que dos papéis diferenciados na produção e na reprodução derivam implicações concretas do modelo econômico e dos acordos comerciais correspondentes. A experiência indica que as condições de vida da maioria das mulheres não têm melhorado em uma economia que converte tudo em mercadoria, mas que mantém e acentua a entrega de trabalho feminino gratuito para o cuidado humano e comunitário, que tende a generalizar modalidades de trabalho precário para as mulheres como nas maquiladoras, onde 80% da força de trabalho é feminina. (LEÓN, 2002)

Para este setor do movimento feminista, a ALCA seria um novo instrumento de ampliação do domínio do mercado para esferas da vida que antes não eram consideradas parte do comércio, como a água e a biodiversidade. As análises passaram, assim, do questionamento ao acordo ao questionamento ao modelo neoliberal como um todo, o que incluiu uma visão crítica à militarização do continente, ao papel das instituições financeiras internacionais e da dívida externa, e à Organização Mundial do Comércio.

4.2.2. A CRÍTICA À SOCIEDADE DE MERCADO

A visão feminista aportou a crítica à mercantilização do corpo e da vida das mulheres ao questionamento geral à sociedade de mercado. Para esse campo do movimento feminista, a globalização neoliberal é caracterizada pela expansão da mercantilização a todas as dimensões da vida, integrando-as ao sistema capitalista. A mercantilização se expande para os bens comuns, passando pelo controle da vida através de novas tecnologias e pela privatização de serviços sociais básicos, como educação e saúde (GIOVANNI, 2006). O trabalho das mulheres é utilizado como fonte inesgotável para amortecer os impactos da violência do sistema capitalista sobre as condições de vida. Se redefine um modelo de feminilidade a partir de novas necessidades criadas pelo mercado e pela transformação do corpo das mulheres em mercadoria que satisfaz à dominação masculina, ao mesmo tempo em que atende a interesses econômicos (SILVEIRA, 2007).

A elaboração da crítica feminista à sociedade de mercado, a partir destas organizações, passou por uma apropriação do debate econômico pelas mulheres. O questionamento à exclusão da reprodução como parte da economia e a necessidade de dar visibilidade à interdependência entre produção e reprodução é uma contribuição da economia feminista que adquiriu especial relevância neste processo. Ela impulsionou análises sobre o crescimento da presença do mercado

sobre a vida, com as privatizações, e a intensificação do trabalho invisível e não remunerado das mulheres que sustentam as condições de vida. A visão feminista entre as mulheres rurais denunciou a naturalização da divisão sexual do trabalho como organizadora da produção, uma vez que invisibiliza e desconsidera o trabalho das mulheres nas hortas, quintais e criação de pequenos animais como se não fosse um trabalho produtivo. Mas este trabalho é fundamental para garantir a reprodução da vida, ainda que sem mediação direta do dinheiro.

Aí se situa um aspecto central da contribuição da economia feminista para a crítica ao sistema capitalista, que considera econômico apenas o que está na esfera mercantil, com expressões monetárias e financeiras. A constituição das mulheres enquanto um sujeito político no enfrentamento ao neoliberalismo e, particularmente, a visibilidade das mulheres rurais como trabalhadoras, tornou pública a reivindicação de reconhecimento do trabalho das mulheres como econômico e não uma atribuição natural motivada pelo “amor materno”. Isso contribuiu para reconceitualizar o trabalho e situá-lo no centro do processo de produção da riqueza, considerando a experiência das mulheres.

Ao mesmo tempo, a elaboração crítica desenvolvida por estes movimentos demonstrou as formas pelas quais a divisão sexual do trabalho operava no mercado de trabalho, notadamente através da precarização do trabalho feminino. As análises sobre o trabalho das mulheres na agricultura contribuíram neste sentido, ao desvelar a presença massiva das mulheres na agricultura para exportação, com condições de trabalho marcadas por contratos temporários, informais, sem direitos ou garantias e, muitas vezes, expostas a grande quantidade de agrotóxicos e pesticidas (GIOVANNI, 2006). Ao mesmo tempo, o cuidado, paciência e habilidade manual são requisitos para o trabalho com frutas, costura e setores da construção civil. A capacitação das mulheres para estas atividades é uma construção social e não uma atribuição natural, mas é vista desta forma e desvalorizada no mercado, enquanto deveria ser vista como qualificação. Tanto a MMM como a REMTE apontam que, com o livre comércio, a flexibilização dos direitos trabalhistas permite que as mulheres sejam incorporadas ao mercado de trabalho substituindo uma relação regulamentada, em postos antes ocupados por homens mas que, quando ocupados pelas mulheres, especialmente neste contexto, passam a ter remuneração mais baixa e ausência de direitos.

Como parte de uma compreensão geral sobre a relação entre a sociedade de mercado e a desigualdade de gênero, as análises destes movimentos apontaram como a divisão sexual do trabalho estruturou uma nova divisão internacional do trabalho, característica central do

neoliberalismo. A utilização intensiva da mão de obra feminina nos setores mais explorados e precarizados foi denunciada como uma estratégia das empresas para aumentar a competitividade de seus produtos no mercado (REMTE, 2008).

As relações de gênero estariam, assim, no coração deste modelo econômico (LEÓN, 2008). O neoliberalismo operava um modelo baseado na exploração do trabalho, na crescente privatização dos espaços e na mercantilização da vida. Neste sistema, a subordinação das mulheres tem uma base material de organização do trabalho, da produção e dos recursos. Desta forma, as mulheres não seriam apenas “impactadas” positiva ou negativamente pelas definições econômicas. Esta visão orientou a atuação destas organizações, inserindo o feminismo em uma luta pela transformação global do sistema capitalista (FARIA, 2005).

Uma consequência importante desta orientação foi o posicionamento das reivindicações das mulheres no plano econômico, estratégia que possibilitou visibilizar as contribuições das mulheres para a economia e a construção de um discurso de que as mulheres não estão em luta para demandar apenas o que lhes falta para conquistar igualdade com os homens, mas como protagonistas da produção do viver, cuja experiência deve ser reconhecida e valorizada (LEÓN, 2002).

Esta visão, muito presente nos documentos da REMTE, concretizou, na agenda política, o enunciado da economia feminista de que, além de lutar pelo status econômico da reprodução, se faz necessário romper com a linha divisória imposta pelo neoliberalismo entre o “econômico” e o “social”. Ou seja, o não reconhecimento da reprodução como parte da economia desloca parte das atividades efetivamente econômicas, realizadas pelas mulheres, para a esfera do “social”. Na divisão abstrata entre o econômico e o social, predomina a visão de que as políticas para as mulheres devem estar localizadas na esfera do social, sem serem incorporadas em processos mais amplos de transformações nas desigualdades econômicas.

Outro aspecto a ser destacado na elaboração das organizações selecionadas é o questionamento da polarização entre as mulheres, especificamente no que se refere à organização do trabalho doméstico e de cuidados e às diferenças das condições de trabalho remunerado. Decorrência da história escravocrata e das desigualdades estruturais nas sociedades latino-americanas, há uma visão que naturaliza a utilização do emprego doméstico como forma de possibilitar a inserção qualificada das mulheres de classe média e alta no mercado de trabalho. Tal visão é questionada pelas organizações feministas utilizadas como referência nesta dissertação, que apontam a necessidade de uma reorganização global do trabalho doméstico e de

cuidados, com a superação da atual divisão sexual do trabalho e o compartilhamento destas tarefas entre homens, mulheres e Estado. Além disso, o emprego doméstico, como já mencionado, configura um processo de manutenção de desigualdades de classe e raça entre as mulheres.

4.3- POR ALTERNATIVAS GERADORAS DE IGUALDADE

A derrota da Alca reabriu debates e disputas sobre alternativas de desenvolvimento e a agenda política da integração regional ganhou espaço entre os movimentos sociais em nível continental. A REMTE, partindo dos acúmulos da resistência ao livre comércio, elencou elementos para que os processos de integração regional fossem geradores de igualdade. Em documento conjunto com a MMM e a Via Campesina, afirmam que

“diminuir a desigualdade não será uma simples consequência do crescimento econômico. Ao contrário, a igualdade deve ser o princípio e o motor de um florescimento econômico baseado nas necessidades e na dignidade das pessoas, sustentável, com equilíbrio entre produção e reprodução, e decidido de forma soberana e democrática” (REMTE et al, 2005)

Um novo paradigma de sustentabilidade da vida humana é afirmado como eixo central para que se garanta o equilíbrio entre produção e reprodução, visando a reorganização do trabalho doméstico e de cuidados de modo que este deixe de ser considerado uma responsabilidade individual que as mulheres devem realizar no interior das famílias (FARIA e MORENO, 2007). No mesmo sentido, o ideal de família patriarcal, a imposição da maternidade e a heteronormatividade, que estabelece como norma as relações heterossexuais, são questionados como parte dos mecanismos de reprodução das desigualdades de gênero. Um terceiro elemento está relacionado a recolocação do papel do trabalho com centralidade na produção de riqueza, que implica a garantia de empregos com direitos para homens e mulheres, bem como a reorganização e ampliação do que se compreende como trabalho (REMTE et al, 2006). Frente à submissão dos Estados às vontades do mercado, essas organizações apontam a necessidade de recuperar o sentido público do Estado como provedor de direitos, com democratização da sua gestão e com participação popular.

Em 2011, a Marcha das Margaridas se mobilizou por “desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, liberdade e igualdade”, com uma plataforma de reivindicações composta por propostas de transformações estruturantes e articuladas, capazes de garantir um “projeto de

desenvolvimento que reconheça as mulheres como sujeitos políticos e em seu protagonismo econômico, político, social e cultural” (MARGARIDAS, 2011:7).

A consolidação do enfrentamento à fome, à pobreza e à violência sexista, no lema da Marcha das Margaridas de 2011, situa a mobilização em um campo de denúncia do modelo de desenvolvimento predominante no Brasil,

“que se sustenta na aliança do latifúndio com o agronegócio, na concentração da terra e da renda, na devastação das florestas e bens comuns, na privatização e controle pelo mercado da água, da biodiversidade, na exploração dos trabalhadores e trabalhadoras e na opressão e subordinação das mulheres” (MARGARIDAS, 2011:9).

Ao mesmo tempo, afirmam as bases de outro modelo que oriente as políticas do Estado a partir do reconhecimento da expressividade da participação econômica das mulheres rurais, do enfrentamento às desigualdades de raça que marcam suas realidades, bem como dos obstáculos impostos à permanência das jovens no campo. Assim, a Marcha das Margaridas defende o

“desenvolvimento sustentável centrado na vida humana e no respeito à diversidade racial, étnica, geracional e cultural e à autodeterminação dos povos, na agricultura familiar e na soberania alimentar, como estratégia para romper com a atual lógica que privilegia a concentração de terra e de riquezas e gera pobreza e desigualdades” (MARGARIDAS, 2011:11).

O documento da Marcha das Margaridas reivindica a justiça como um princípio articulado com a autonomia econômica e pessoal, em uma formulação de enfrentamento a divisão sexual do trabalho na medida em que dá visibilidade à intensa jornada de trabalho das mulheres rurais e que evidencia a necessidade de articulação entre as esferas da produção e reprodução para a construção de alternativas. Combinam, desta forma, justiça com a igualdade e liberdade das mulheres no mundo do trabalho, na vida familiar e na política. Esta formulação se concretiza em demandas pela socialização do trabalho doméstico e de cuidados, e em políticas de apoio às atividades econômicas e a organização produtiva das mulheres. Este eixo articula, ainda, as demandas de enfrentamento à violência contra as mulheres e de reconhecimento da autonomia das mulheres sobre seus corpos e suas vidas. Estas dimensões são apresentadas de modo a reforçar a centralidade que a superação da pobreza tem para a garantia de autonomia pessoal, política e econômica das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta.

Na plataforma da Marcha das Margaridas de 2011, este enunciado geral se desdobra em análises e propostas de políticas em torno da biodiversidade e democratização dos recursos ambientais; terra, água e agroecologia; soberania e segurança alimentar e nutricional; autonomia econômica, trabalho e renda; educação não sexista, sexualidade e violência; saúde e direitos reprodutivos; democracia, poder e participação política.

Há em comum, entre os enunciados propostos pelas três organizações para a construção de alternativas geradoras de igualdade, um traço forte no sentido de ampliação do que é compreendido como economia para além daquilo que é mercantilizado. Neste sentido, há a afirmação permanente de que desenvolvimento não pode ser reduzido ao crescimento econômico, assim como há uma compreensão de que a economia deve estar articulada com outras dimensões da vida para a conquista de uma cidadania integral das mulheres.

4.4- EM LUTA PELA AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES

A autonomia econômica é uma das dimensões da capacidade de autodeterminação das pessoas sobre suas próprias vidas, que se soma a outras dimensões, como aquelas relacionadas com o corpo, a sexualidade e a participação política. Entre a REMTE, MMM e Marcha das Margaridas, a luta pela autonomia econômica articula a dimensão individual com uma agenda de transformações mais amplas, orientadas pela geração da igualdade entre homens e mulheres. Esta visão vai além da noção de autonomia como uma conquista apenas individual, a partir de determinada inserção no mercado de trabalho ou acesso à renda. Por isso, nas reivindicações em torno da autonomia econômica, tanto nas plataformas da Marcha das Margaridas como da Marcha Mundial das Mulheres, se encontram demandas como reforma agrária e valorização do salário mínimo, projetando um debate geral sobre o modelo de desenvolvimento.

A autonomia econômica é definida pela Marcha Mundial das Mulheres como

“a capacidade das mulheres serem provedoras de seu próprio sustento, assim como das pessoas que delas dependem, e decidir qual é a melhor forma de fazê-lo. Autonomia econômica é mais que autonomia financeira e também inclui o acesso à previdência e serviços públicos” (MMM, 2010).

Trabalho e autonomia econômica constituem, assim, um dos campos de ação da Marcha Mundial das Mulheres e também um eixo permanente da Marcha das Margaridas. Para esta, autonomia econômica significa “ter independência financeira, acesso aos recursos

necessários para produzir, controle sobre o seu tempo, mas também ter o controle sobre o próprio corpo e sobre a sua vida” (MARGARIDAS, 2011:29).

As duas formulações partem da crítica à divisão sexual do trabalho como base material das relações sociais de sexo e da separação e hierarquia que esta estabelece e condiciona a participação das mulheres no mercado de trabalho. No meio rural, as atividades que as mulheres realizam nos quintais, hortas, pomares e na criação de pequenos animais não são reconhecidas como trabalho, por serem consideradas uma extensão das tarefas domésticas. Cerca de metade das mulheres rurais trabalham para o autoconsumo, sem ter nenhuma remuneração por este trabalho. Ao mesmo tempo, o trabalho das mulheres na área extrativista, agrícola e não agrícola permanece na invisibilidade ou, quando são reconhecidos, são considerados uma ajuda ou complemento ao trabalho masculino (MARGARIDAS, 2011). De acordo com a Marcha das Margaridas, isso decorre da permanência de uma visão de família patriarcal, em que o homem representaria os interesses comuns da família, como se estes fossem complementares e harmônicos. Esta estrutura familiar é questionada por reproduzir hierarquias de gênero e geração, devido aos padrões de sucessão rural que privilegiam os homens, sendo este um fator limitante da autonomia das jovens rurais.

Da mesma forma que os textos das economistas feministas, os documentos da MMM e da Marcha das Margaridas explicitam o vínculo e a interdependência entre a reprodução e a produção para a manutenção do sistema capitalista, ao mesmo tempo em que questionam os privilégios dos homens com a manutenção da divisão sexual do trabalho. Propõem uma visão ampliada da economia (MARGARIDAS, 2011) e, assim, se utilizam da estratégia de “iluminar a esfera da reprodução, visibilizando o conjunto das tarefas realizadas pelas mulheres que garantem a sustentabilidade da vida” (FREITAS e MORENO, 2012), para que suas proposições de políticas públicas incidam não apenas no âmbito do mercado do trabalho remunerado, mas também na organização do trabalho não remunerado e na desigualdade entre homens e mulheres. Isto implica que, entre as reivindicações, para além do direito a uma remuneração digna para seu trabalho, está o acesso aos direitos e serviços públicos que distribuam a responsabilidade com o trabalho doméstico e de cuidados, como políticas de alimentação e cuidados. Tais políticas contribuem para reduzir o tempo dedicado pelas mulheres a essas tarefas. Neste sentido, tanto para a Marcha Mundial das Mulheres quanto para a Marcha das Margaridas, as demandas em torno da autonomia econômica se articulam em distintos campos, como valorização do salário mínimo, creches e previdência social, economia solidária, soberania alimentar e políticas para as mulheres

rurais. A estas reivindicações se somam aquelas vinculadas a outras dimensões da autonomia das mulheres, como a participação política, o enfrentamento à violência e a oferta de uma infraestrutura pública de serviços como saúde e educação.

A reivindicação de creches públicas é permanente na agenda da Marcha Mundial das Mulheres e na Marcha das Margaridas. A esta demanda se somam outros equipamentos públicos, como lavanderias e restaurantes públicos. O objetivo é que o Estado tenha um papel ativo na socialização do trabalho de cuidados com as crianças, estratégico para a conquista de autonomia das mulheres e melhores condições de emprego. Segundo Marques e Moreno (2012), a presença dos filhos em creches, além de aumentar a inserção das mulheres no mercado de trabalho, melhora a qualidade dessa inserção. Consenso no movimento feminista, a ampliação das creches e pré-escolas públicas no meio urbano e rural, com atendimento em tempo integral, foi eleita como prioridade na III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. A questão do horário de atendimento é fundamental na medida em que se relaciona diretamente ao tempo de trabalho das mães, ampliando ou limitando as possibilidades de buscar emprego com melhor remuneração, em tempo integral e com garantia de direitos.

A questão da previdência social também aparece na agenda dos dois movimentos. Em conjunto com outras organizações feministas³⁵, atuam em defesa da previdência pública e universal, se manifestando contrárias a qualquer tentativa de reforma que privatize ou restrinja o acesso à previdência. Reunindo os desafios e propostas feministas, Lopes e Pelatieri (2012) afirmam que, para que a previdência seja universalizada, ainda é preciso incorporar parcela dos e das trabalhadoras do setor informal, bem como reconhecer o trabalho não remunerado das mulheres. A Marcha das Margaridas afirma que a previdência social tem sido a política pública de maior impacto econômico e social no meio rural e na vida econômica da maioria dos municípios brasileiros.

4.4.1- A VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO NA AGENDA FEMINISTA

A valorização do salário mínimo é parte das reivindicações de todas as edições da Marcha das Margaridas e aparece com destaque em uma campanha realizada pela Marcha

35 A MMM integrou, junto a oito organizações – entre elas a Articulação das Mulheres Brasileiras (AMB), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e a Central única dos Trabalhadores (CUT) -, o Fórum das Mulheres em Defesa da Previdência e Seguridade Social (FIPSS), uma mobilização nacional articulada, desde 2007, com o objetivo de visibilizar as desigualdades vividas no mundo do trabalho, denunciar a situação de desproteção social, defender um sistema universal, público, solidário e redistributivo de Previdência e Seguridade Social.

Mundial das Mulheres no Brasil a partir de 2003. A campanha foi composta pela produção de materiais para subsídio das atividades de formação realizadas em todos os locais em que a Marcha estava organizada, pela reivindicação da valorização do salário mínimo nas atividades públicas de mobilização e diálogo com os movimentos sociais. As elaborações desta campanha foram feitas em conjunto com a Rede Economia e Feminismo (REF). Na REF havia uma discussão sobre como trabalhar a questão da pobreza a partir de políticas universais e políticas de apoio e socialização do trabalho doméstico, considerando que esta é uma questão importante na definição da presença das mulheres no mercado de trabalho.

Historicamente, o movimento feminista reivindicou a igualdade salarial entre homens e mulheres, com consignas como “Salário igual para trabalho igual” e, mais recentemente, com uma agenda de lutas em torno da igualdade de oportunidades, protagonizada sobretudo pelas mulheres sindicalistas. Há um intenso processo de organização das mulheres sindicalistas na CUT³⁶, que se articula com diversos processos do movimento feminista. Entre as bandeiras das mulheres sindicalistas estão a igualdade de oportunidades no trabalho e na vida, bem como a paridade nas instâncias de direção sindical. Além disso, a luta pela redução da jornada de trabalho aparece com centralidade entre as mulheres da CUT, e é assumida também pela Marcha Mundial das Mulheres por estar diretamente vinculada às possibilidades de reorganização do tempo e do trabalho de reprodução social.

Quando a Marcha Mundial das Mulheres organizou a campanha pela valorização do salário mínimo³⁷, ampliou o alcance da agenda salarial para além dos marcos do movimento sindical. Um dos objetivos apontados pela campanha foi consolidar uma reivindicação prioritária para articular diferentes setores e impactar o conjunto das mulheres, ao mesmo tempo em que fosse capaz de dar visibilidade para as desigualdades econômicas entre homens e mulheres, e entre as mulheres.

A realidade do salário mínimo na época em que a campanha foi elaborada era de que 45% das mulheres ocupadas recebiam até um salário mínimo, sendo que parte destas trabalhadoras era rural e empregada doméstica, majoritariamente negra (PNAD, 2001). Argumentava-se, assim, que ainda que esta seja uma agenda geral, ela tem um conteúdo explicitamente feminista na medida em que afeta diretamente a renda das mulheres.

36 A Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT integra a coordenação executiva da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil.

37 Os argumentos da Campanha foram sistematizados a partir da publicação “Campanha pela valorização do salário mínimo. Marcha Mundial das Mulheres na luta contra a pobreza entre as mulheres”, MMM e REF, julho de 2003.

Dois argumentos aparecem como centrais nesta campanha: em primeiro lugar, a valorização do salário mínimo como estratégia de combate à pobreza e como uma política de distribuição de renda, e em segundo lugar a constatação de que os impactos desta valorização contribuiriam para o combate às desigualdades entre as mulheres, especialmente as desigualdades raciais.

O primeiro argumento se insere em uma visão mais ampla sobre a orientação política que conduz a economia. Para a MMM, o crescimento econômico deveria estar combinado com políticas de distribuição de renda e, nestas, deveria ser inserido um aumento grande e progressivo do salário mínimo que também contribuiria com a elevação dos salários de base e os benefícios da previdência social.

Relacionada a este argumento está a visão de que o aumento do salário mínimo diminui a exploração dos e das trabalhadoras na medida em que passam a receber uma parte maior da riqueza que produzem, e movimenta a economia positivamente dado que serve de referência para outros salários e para a formação de preços. Da mesma forma, contribui para movimentar a economia porque aumenta o poder aquisitivo das pessoas e, assim, o consumo. O aumento do salário mínimo também teria efeito positivo na economia da maioria dos pequenos municípios que têm a renda dos aposentados e pensionistas como principal fonte de impulso do comércio local. Além disso, é uma forma rápida e simples de proteger os mais pobres e também contribui para a queda da diferença entre os salários, especialmente aproximando as médias salariais entre homens e mulheres, bem como de negras(os) e brancos(as).

A Marcha Mundial das Mulheres apontava a necessidade de que fosse revertida a tendência histórica de desvalorização do salário mínimo e da política de baixos salários, relacionada com o aumento das diferenças entre os trabalhadores, na medida em que houve uma progressiva diferenciação entre qualificados e não qualificados. Isso se refletiu na melhor remuneração dos qualificados enquanto o grande excedente de mão de obra e a desvalorização do salário mínimo facilitaram a manutenção dos baixos salários entre os trabalhadores menos qualificados.

A proposta da MMM em 2003 se organizava em duas etapas. A primeira seria dobrar o valor do salário mínimo em 4 anos, promovendo um aumento de 19% a cada ano. A segunda etapa consistia em elevar o valor até R\$730,00³⁸. O valor de R\$730,00 foi estabelecido a partir de um cálculo que dividiu 60% do PIB de 2002 entre o número de trabalhadores(as) do mesmo ano, exceto aqueles de 10 a 14 anos. Esta campanha estabeleceu um debate com o valor do salário

38 Valores de 2003.

mínimo estipulado pelo DIEESE como mínimo aceitável, R\$1.400,00 em 2003, porque este valor, que serve de referência para o conjunto da luta sindical, era calculado para uma família de quatro pessoas em que só uma delas trabalha.

Por considerar que este modelo de família, além de não ser hegemônico na sociedade brasileira, reproduz o ideal patriarcal de família com um homem provedor, o cálculo da MMM foi estabelecido considerando o salário de cada indivíduo que trabalha, relacionando-o, assim, com a autonomia econômica das mulheres.

De acordo com a proposta, a valorização do salário mínimo deveria acompanhar o crescimento econômico, para melhorar o perfil da distribuição de renda, evitando sua concentração. A valorização do salário mínimo deveria reverter o processo de desvalorização e torná-lo adequado para atender as necessidades das pessoas, conforme previsto na Constituição Federal.

A diminuição da diferença salarial entre homens e mulheres se daria porque as mulheres são maioria entre quem ganha até um e até dois salários mínimos. Entre estas trabalhadoras, a Marcha Mundial das Mulheres visibiliza em seus argumentos aquelas que trabalham sem carteira assinada, trabalhadoras por conta própria e trabalhadoras domésticas. Além disso, aponta o impacto da valorização do salário mínimo sobre a situação das mulheres rurais e das mulheres negras. Da mesma forma, a valorização do salário mínimo contribuiria para a autonomia econômica e para garantir a satisfação de necessidades de mulheres aposentadas e pensionistas, considerando a expectativa de vida maior das mulheres.

As propostas e ações da campanha foram inseridas em uma visão geral sobre a economia e as decisões políticas em torno da política econômica. Assim, afirmam que a valorização do salário mínimo só faria sentido se estivesse combinada a uma reestruturação da economia voltada para a criação de empregos, a produção de bens de consumo de massa e a prestação de serviços que garantam o acesso a direitos básicos. Em um momento de transição da orientação política do governo federal, a campanha questionou explicitamente a orientação neoliberal predominante em nível federal até 2002. O Estado deveria operar estas transformações, contemplando o crescimento econômico centrado no fortalecimento do mercado interno e de consumo de massa e no estímulo à poupança interna, combinado com a expansão do emprego formal e a implementação de políticas de apoio à reprodução, como as creches públicas.

Nos anos seguintes ao início desta campanha houve uma significativa mudança no tratamento da questão do salário mínimo pelo governo federal e também nas organizações do

movimento social, particularmente o movimento sindical, que organizou três Marchas Nacionais pelo Salário Mínimo³⁹ entre 2004 e 2006, se convertendo no interlocutor com o governo federal sobre esta questão.

A política adotada pelo governo federal em 2007, em negociação com as centrais sindicais, se estruturou com o ajuste do valor do salário mínimo pela reposição da inflação e o aumento real pela variação do PIB de dois anos anteriores.

As edições de 2007 e 2011 da Marcha das Margaridas mantiveram como prioridade na pauta de reivindicações a política de valorização do salário mínimo, por seu amplo impacto social, em especial junto aos segmentos dos assalariados e da agricultura familiar, pela remuneração da aposentadoria e porque influi na definição de preços dos produtos agrícolas (MARGARIDAS, 2011). A Marcha das Margaridas reconhece que, ainda que tenha havido uma política de valorização do salário mínimo, seu valor continuava distante do necessário para cumprir sua função social prevista na Constituição. Isto porque, apesar de ter acumulado ganhos reais acima da inflação, essa política respondeu apenas à distribuição em relação ao crescimento atual da economia, sem enfrentar a desvalorização acumulada em 40 anos (MARGARIDAS, 2011). A incidência para que esta Política de Valorização do Salário Mínimo se transformasse em lei permaneceu na agenda da Marcha das Margaridas em 2011, como medida efetiva para a distribuição de renda. Segundo a Marcha das Margaridas, esta política deve estar alicerçada em uma política de desenvolvimento que não se restrinja ao crescimento econômico e seja comprometido com a dignidade das condições de vida para homens e mulheres do campo e da cidade. Da mesma forma, a reivindicação segue presente na agenda política da Marcha Mundial das Mulheres como forma de combater as desigualdades de gênero e raça.

4.5 – UMA AGENDA FEMINISTA PARA O CAMPO

As elaborações feministas sobre as políticas para as mulheres trabalhadoras rurais têm como pano de fundo uma crítica ao atual modelo de produção e consumo e à ofensiva do capital sobre os territórios, os bens comuns e a biodiversidade, que tem as transnacionais como atores

³⁹ A Marcha Nacional pela Recuperação do Salário Mínimo e Correção da Tabela do Imposto de Renda foi proposta pela CUT e organizada conjuntamente com as centrais sindicais Força Sindical, CGT, CGTB, SDS e CAT. Ao final do primeiro ato, os dirigentes que se reuniram com o então presidente Lula anunciaram a elevação do salário mínimo para R\$ 300,00 (trezentos reais) e a correção em 10% da tabela do imposto de renda a partir de 2005. Como resultado da mobilização da segunda Marcha, em 2005, alterou-se o calendário político em torno do salário mínimo que passaria a ser discutido antes da peça orçamentária da União ser votada no Congresso Nacional. A terceira Marcha, em 2006, teve entre os pontos de reivindicação uma política de permanente valorização do salário mínimo.

centrais. A expansão do controle das transnacionais sobre os processos da vida se expressa na agricultura, com o aprofundamento de um modelo baseado no latifúndio e no agronegócio, no uso intensivo de agrotóxicos e no controle do mercado de sementes com a disseminação dos transgênicos. O patenteamento e controle das sementes pelas empresas transnacionais coloca as e os camponeses em uma situação de dependência de intermediários, limitando sua autonomia e capacidade de produção para subsistência (REMTE et al, 2005).

Por sua vez, as cadeias transnacionais de supermercados controlam a distribuição de alimentos, inviabilizando mercados locais e quitandas nas cidades, o que impõe ainda mais obstáculos para a comercialização da agricultura familiar e camponesa. A Marcha das Margaridas afirma o alimento saudável como um direito, assim como afirma que a terra, a água, os recursos genéticos e a biodiversidade são patrimônios dos povos. Desta forma, a agenda feminista para o campo articula reforma agrária, direitos territoriais, políticas de apoio à produção da agricultura familiar e agroecológica, acesso aos bens comuns, preservação da biodiversidade, alimentos de qualidade, combate ao agronegócio, aos oligopólios e às políticas de livre comércio, e defesa dos mercados locais (MARGARIDAS, 2011).

Na resistência a este modelo são gestadas propostas de alternativas a partir da agricultura familiar e camponesa, que se somam à economia feminista e à economia solidária, colocando em xeque as normas do pensamento dominante (FARIA, 2009:24). Esta autora afirma que o movimento das trabalhadoras rurais debate com centralidade a questão do trabalho doméstico e de cuidados, bem como o trabalho não remunerado das mulheres com a criação dos pequenos animais ou nos quintais. Contribuí, assim, para reconhecer, dar visibilidade e valorizar o trabalho das mulheres no campo.

A alimentação é uma dimensão essencial para a sustentabilidade da vida e sua gestão depende, tanto no campo como na cidade, do trabalho doméstico e de cuidados realizado majoritariamente pelas mulheres. A luta por soberania alimentar se converteu em um ponto de convergência entre estas organizações, fortalecendo a articulação entre mulheres urbanas e rurais. Soberania alimentar é um princípio defendido por organizações como a Via Campesina nos marcos das lutas contra a inclusão da agricultura nos tratados de livre comércio. Trata-se do

“direito dos povos de decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo, pautado em alimentos saudáveis e culturalmente adequados, produzidos de forma sustentável e ecológica, o que coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, acima das exigências dos mercados e das empresas, além de

defender os interesses e de incluir as futuras gerações” (NYELENI, 2007).

Esta definição é referência tanto para a Marcha Mundial das Mulheres como para a Marcha das Margaridas. Em conjunto com a REMTE, a Marcha Mundial das Mulheres afirma que este é um eixo estratégico para uma transformação estrutural, na medida em que propõe restabelecer as relações entre o campo e a cidade, considerando toda a cadeia de produção, distribuição e consumo de alimentos. Além disso, na afirmação da soberania alimentar se reconhece e defende o conhecimento das mulheres, ao mesmo tempo em que os mecanismos de privatização da vida são recusados (REMTE et al, 2006; FARIA e MORENO, 2007). Na Marcha das Margaridas, há uma associação entre soberania e segurança alimentar e nutricional, que reflete um processo mais amplo de articulação da sociedade civil em torno desta agenda frente ao Estado no Brasil.

A presença organizada das mulheres, com uma perspectiva feminista, nas lutas nacionais e internacionais por soberania alimentar ampliou o reconhecimento do trabalho das mulheres na produção de alimentos, desde o trabalho produtivo que é visível, mas passando também pela conservação das sementes, preparo das refeições, acúmulo de conhecimentos e práticas agroecológicas. O fato de que este acúmulo tenha se expressado em manifestações massivas das mulheres⁴⁰ contribuiu para que as mulheres camponesas e trabalhadoras rurais fossem reconhecidas como um ator político e econômico.

A mobilização das trabalhadoras rurais, em todas as edições da Marcha das Margaridas, cumpriu um papel destacado na criação e redefinição de políticas para o campo. Segundo Butto (2011), após a primeira edição da Marcha das Margaridas, houve por parte do governo federal uma reação tímida e limitada às demandas apresentadas pelas mulheres. A autora afirma que a promoção da igualdade de gênero passa a ser um objetivo da política pública para as mulheres rurais a partir de 2003, quando se criou uma institucionalidade capaz de integrar esta perspectiva tanto às demais políticas de desenvolvimento agrário como às políticas para as mulheres no âmbito do governo federal, com orçamento destinado a essas políticas.

As reivindicações das trabalhadoras rurais passam pelo questionamento ao ideal de família com um homem provedor ou representante dos interesses comuns do núcleo familiar. De acordo com Faria (2009), a demanda de que as políticas do Estado reconheçam as mulheres como

⁴⁰ Em torno da luta por soberania alimentar, destacam-se as mobilizações do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e das mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), movimentos que integram a Via Campesina no Brasil.

sujeitos autônomos, econômica e politicamente, revela e questiona os conflitos decorrentes das desigualdades de gênero no interior das famílias. Exemplo disso é a resposta do Estado à reivindicação de acesso igualitário à reforma agrária, com o estabelecimento, em 2003, da obrigatoriedade da titulação conjunta (FARIA, 2009). Este reconhecimento se expressa também em políticas como documentação civil e trabalhista, a assistência técnica (Ater) para mulheres e o crédito Pronaf (MARGARIDAS, 2011).

Além de incidir na proposição sobre as políticas, há um processo permanente de pressão e diálogo dos movimentos de mulheres rurais com o governo federal para a implementação destas políticas. O programa de documentação civil e trabalhista das mulheres é um exemplo disso. Presente desde a primeira edição da Marcha das Margaridas, a estratégia de conscientização e mobilização antes protagonizadas pelos movimentos sociais no campo se transformou em política pública, possibilitando a emissão, entre 2004 e 2009, de mais de 1 milhão e 220 mil documentos, criando as condições básicas para as mulheres rurais terem acesso direto às políticas públicas e direitos previdenciários (BUTTO, 2011).

Outro exemplo se refere ao acesso ao crédito. Em decorrência da visão patriarcal sobre a família rural, as políticas de desenvolvimento rural reconheciam o trabalho das mulheres apenas como uma ajuda ao trabalho masculino. Entre as consequências desta visão, estava o fato de que o acesso das mulheres ao crédito era muito baixo. A partir de 2003, o programa “Pronaf Mulher” passou a ser dirigido para as mulheres através de acesso individual ou coletivo. Como parte das reivindicações do movimento de mulheres rurais e da Marcha das Margaridas, ao longo dos anos o acesso das mulheres foi ampliado e qualificado, sendo articulado à políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural. Na edição de 2011 da Marcha das Margaridas, a plataforma de reivindicações apresentou propostas para ampliar o acesso das mulheres a estas e outras políticas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que configuram desde a política pública um circuito integrado da produção da agricultura familiar com o consumo nas cidades.

Estas políticas concretizam, na agenda do Estado, uma mudança na forma como o mesmo concebe a cidadania das mulheres. Em primeiro lugar, há o estabelecimento da promoção da igualdade e autonomia econômica como um objetivo explícito das políticas. Como as mulheres rurais constituem sujeitos políticos enraizado localmente e com grande capacidade de mobilização e seguimento de negociações com o governo, o diálogo sobre os entraves na implantação das políticas desenhadas é permanente. Enfrentam, sobretudo, obstáculos nos locais

de acessos às políticas para que os agentes públicos reconheçam o trabalho e protagonismo das mulheres rurais, bem como aos conflitos familiares decorrentes das reconfigurações necessárias em virtude da ampliação da participação política e econômica das mulheres.

Agroecologia e economia solidária são práticas e estratégias reforçadas pela Marcha das Margaridas e também pela Marcha Mundial das Mulheres. Sua formulação apresenta a construção de um novo padrão de produção e consumo e de relação entre o campo e a cidade como eixos de enfrentamento à lógica do agronegócio e das cadeias agroalimentares. Agroecologia é definida por um conjunto de conhecimentos e práticas de produção agrícola que estabelecem uma relação harmônica com a natureza e entre as pessoas, privilegiando a produção diversificada e de alimentos saudáveis, para circulação em circuitos locais. É um conjunto de práticas produtivas associado à definição de soberania alimentar, que combate o uso de agrotóxicos e transgênicos, valorizando o conhecimento tradicional e a participação das mulheres.

A Marcha das Margaridas (2011) visibilizou o trabalho das mulheres na agroecologia, vinculado às experiências de produção nos quintais e arredores da casa, voltadas especialmente para a subsistência, reproduzindo saberes tradicionais que se fundamentam no respeito à biodiversidade e na produção de alimentos saudáveis. Essas práticas se expressam em uma diversidade produtiva, com hortas, animais e manipulação de plantas medicinais, que garantem produtos básicos para a subsistência cotidiana das famílias. Porém, as experiências das mulheres na agroecologia também enfrentam desvalorização e são desconsideradas como parte da economia, por não se converterem necessariamente em recursos monetários.

As experiências na agroecologia fortalecem, também, as práticas da economia solidária. Na agenda da Marcha Mundial das Mulheres, a economia solidária aparece como processo privilegiado para inaugurar novas relações econômicas, através do trabalho associado como base para a produção e comercialização. Neste sentido, o reconhecimento dos direitos sociais do trabalho associado é uma demanda, mas também o questionamento da divisão sexual do trabalho, tanto no que se refere a relação entre reprodução e produção, quanto na divisão do trabalho produtivo, que por vezes reserva às mulheres as tarefas tradicionalmente consideradas femininas.

4.6- APORTES DOS MOVIMENTOS À TEORIA FEMINISTA

Os elementos da agenda política sistematizada neste capítulo apresentaram como característica comum o fato de articularem o debate econômico a outras dimensões da vida das mulheres sem fragmentar as análises e as reivindicações. A compreensão da autonomia econômica é reconhecida como central para a garantia da autonomia das mulheres sobre sua saúde e sexualidade, comportamento e, ainda, como condição para viver uma vida livre de violência. Mas, além disso, a autonomia se vincula, para estas organizações, a um processo mais amplo de construção de justiça social, igualdade e liberdade.

Tais questões estão estreitamente conectadas à reivindicações de transformações estruturais na organização social, econômica e política, que se busca alcançar para que as mudanças possam alcançar a vida de todas as mulheres e não apenas daquelas que se encontram beneficiadas pelas relações de classe e raça. Assim, os movimentos feministas utilizados como referência nesta dissertação atuam na perspectiva de transformar simultaneamente as relações de classe, raça e gênero, considerando sua consubstancialidade (KERGOAT, 2010). Tal perspectiva tem como consequência política uma estratégia organizativa edificada em torno de um sujeito coletivo que compreende uma diversidade das mulheres, cuja unidade se dá em torno de uma agenda política posicionada. Neste sentido, as relações de alianças entre as mulheres do movimento feminista e dos movimentos sociais mistos fortalecem essa estratégia organizativa, que aposta na ampliação do sujeito feminista para o conjunto das mulheres em movimento por transformações sociais, ou seja, para que a perspectiva da igualdade de gênero seja incorporada ao conjunto das lutas sociais e não se restrinja apenas a determinados grupos feministas.

A centralidade da economia na agenda feminista apresenta, assim, a potencialidade de projetar a construção de um sociedade que tenha a igualdade como princípio organizador das relações, interpelando, simultaneamente, o conjunto do movimento feminista e dos movimentos sociais, bem como o Estado e as políticas públicas.

5. CONCLUSÃO

A sistematização proposta nesta dissertação percorreu questões abordadas pelo pensamento econômico feminista que se desenvolvem no meio acadêmico e em organizações do movimento feminista, em diálogo e debate com a elaboração e implementação de políticas públicas. As temáticas abordadas em cada capítulo buscaram apresentar o arcabouço teórico da economia feminista, considerando a interdisciplinariedade que marca esta perspectiva. Nestas conclusões, procuramos apontar reflexões em diálogo com o objetivo da dissertação, ou seja, explorar as potencialidades analíticas que a crítica feminista proporciona para a análise econômica e para as políticas dirigidas a construção de igualdade.

Partiu-se do questionamento à suposta neutralidade e objetividade da teoria econômica dominante, para identificar as bases androcêntricas deste pensamento que oculta uma parte significativa das atividades econômicas necessárias para produzir as condições de sustentação da vida. Além de apresentar elementos da crítica feminista a distintas escolas do pensamento econômico, deu-se prioridade para a apresentação das perspectivas alternativas de construção da teoria econômica.

A primeira delas orienta suas elaborações para construir um marco analítico adequado para compreender os processos de reprodução social e seu vínculo com o processo de produção de mercadorias. A visibilidade do vínculo entre estes dois processos é importante, por um lado, para ampliar o objeto de estudos da economia, como foi apresentado nesta dissertação. Mas do ponto de vista teórico e político, contribui também para que o conjunto das relações que sustentam o sistema econômico seja visibilizado e compreendido, ampliando também o escopo das propostas políticas de mudanças no atual modelo. Ou seja, nos marcos de proposições de transformações estruturais nas relações de produção visando alternativas ao capitalismo, devem ser consideradas também as relações que garantem a reprodução, considerando a interdependência entre estas duas esferas.

As relações e processos de produção do viver que se dão na esfera da reprodução não são úteis apenas para reproduzir a força de trabalho necessária para o mercado capitalista, mas também porque cumprem com funções centrais para a garantia do bem-estar das pessoas. Este deve ser compreendido para além das condições materiais, incorporando todas as dimensões que compõem as necessidades de cuidados que as pessoas, sejam crianças, adultas ou idosas, demandam ao longo da vida: atenção, cuidados, afetos, entre outros. As reflexões de Antonella

Picchio, sistematizadas no texto, trazem um aspecto importante deste processo, que é demonstrar que a energia despendida pelas mulheres no trabalho doméstico e de cuidados contribui para que as pessoas se sintam humanas, em um sistema que as trata como mercadorias.

Esta questão não é novidade nos debates feministas situados no campo da esquerda. Entretanto, se verifica que, nos anos 1990, a radicalidade contida no enfrentamento feminista à divisão sexual do trabalho foi perdendo espaço para visões que privilegiaram aspectos da participação das mulheres no mundo público sem que se alterassem aspectos centrais no mundo privado, referentes sobretudo às relações de poder entre homens e mulheres. A compreensão destas enquanto relações sociais de sexo, que perpassam o conjunto do campo social e implicam em práticas diferenciadas e privilégios segundo os grupos sociais, conforme proposto por Kergoat, aponta para uma atuação em direção à superação da atual configuração de desigualdade, especialmente em um sistema global marcado pela expansão da mercantilização para todas as esferas da vida.

Ao posicionar a sustentabilidade da vida como questão central a ser analisada pela economia e reorganizada pela política, a perspectiva feminista procura incidir sobre esta problemática superando dicotomias analíticas. O olhar para a sustentabilidade da vida, à luz da compreensão da divisão sexual do trabalho como base material das relações sociais de sexo, combina a contribuição de duas disciplinas teóricas em uma perspectiva política que atualiza os desafios para a construção de igualdade. Assim, a análise sobre as permanências e mudanças nas configurações da divisão sexual do trabalho é enriquecida pela perspectiva que visibiliza a complexidade dos processos de produção do viver, permitindo ampliar o olhar sobre como a opressão se reproduz e se reinventa.

A proposição de focar a satisfação das necessidades humanas em vez de voltar os esforços para as análises sobre o funcionamento dos mercados é uma aposta política importante na medida em que permite visualizar que a vida nas sociedades ocidentais só pode se sustentar a partir de uma intensa sobrecarga de trabalho de cuidados realizado cotidianamente, e majoritariamente, pelas mulheres. A consequência desta proposição é validar a reivindicação de que é necessário outro paradigma de sustentabilidade da vida, que pressupõe relações de liberdade e igualdade entre homens e mulheres, de harmonia com a natureza e que assuma o cuidado das pessoas como tarefa coletiva.

Aí reside a importância da sistematização dos debates em torno da questão dos cuidados. O capítulo 2 buscou iluminar um campo de análises teóricas que recebe cada vez mais

atenção por parte das feministas devido a diversos fatores, entre eles o envelhecimento da população em países do Norte somado ao desmantelamento das políticas de bem-estar e a crise econômica que afeta aqueles países. Esta crise que alcançou os países centrais do capitalismo foi precedida pela chamada "crise dos cuidados", uma constatação dos debates feministas desde antes da crise financeira. Ela se caracteriza pela distribuição precária e insuficiente da responsabilidade com o trabalho de cuidados entre os atores sociais. Mas esta crise só poderia ser percebida e considerada em um marco analítico que não fosse restrito aos processos que se realizam no mercado.

Assim, a ampliação do objeto de estudo da teoria econômica é uma condição para que a complexidade que envolve a questão dos cuidados seja captada sem que se restabeleça dicotomias analíticas. Ao contrário, e como buscamos apresentar no capítulo sobre os cuidados, esta é uma questão que demonstra a interdependência das esferas da reprodução e da produção, especialmente se enfocamos a distribuição dos cuidados entre Estado, família e mercado. Mas além disso, e principalmente, trata-se de explicitar o conflito distributivo entre produção e reprodução, que estabelece tensões entre a lógica do capital e a lógica da produção do viver, resultando em uma sobrecarga de trabalho e de utilização do tempo, e na deterioração da qualidade de vida de quem absorve estas tensões para garantir as condições de vida dos outros.

À luz das reflexões sobre as desigualdades que estruturam os processos de produção do viver, a sistematização seguiu buscando apresentar os debates feministas sobre as dinâmicas da globalização no emprego e nas condições de vida das mulheres. No capítulo 3 estão as bases da crítica feminista à sociedade de mercado, que passam pela análise de como a globalização neoliberal se utiliza das relações de gênero ao mesmo tempo que reforça suas desigualdades estruturantes, seja proporcionando uma inserção notadamente precarizada das mulheres no mercado de trabalho, seja reforçando o papel prioritário das mulheres nas famílias em contextos de informalidade e pobreza. Ainda que o texto não tenha abordado diretamente a conjuntura atual de crise, neste capítulo se encontra um acúmulo a partir do qual tem se desenvolvidos análises, sobretudo na Europa, do atual momento.

Dos três capítulos iniciais, conectados às proposições do movimento feminista apresentadas no último capítulo, se depreendem elementos que dialogam com o objetivo específico da pesquisa; verificar como os referenciais teóricos da economia feminista são incorporados e desenvolvidos no Brasil e contribuem para a reflexão e ação feministas. Como parte das considerações finais, apresentamos possíveis desdobramentos de agendas de pesquisa.

Em primeiro lugar, cabe destacar o fato de que grande parte dos debates da economia feminista sistematizados nesta dissertação são provenientes da Europa e Estados Unidos. Isso não quer dizer, porém, que não haja conhecimento produzido nos países da América Latina. Ao contrário, nos últimos anos um grupo de pesquisadoras vinculadas à IAFFE tem atuado por exemplo na CEPAL e no grupo GEM-LAC (Grupo Gênero e Macroeconomia América Latina). Apesar disso, a produção situada no Brasil ainda é incipiente. Mas as possibilidades de se avançar em agendas de pesquisa em economia feminista são múltiplas e desafiadoras. Uma contribuição feminista ao debate brasileiro poderia, por exemplo, se debruçar sobre os fundamentos teóricos do desenvolvimentismo brasileiro, dialogando tanto com os clássicos como interferindo no atual debate, interpelando, por exemplo, as séries sobre desenvolvimento produzidas por institutos como o IPEA.

O papel do Estado e suas políticas é, sem dúvida, um aspecto central para a economia feminista no Brasil. Por um lado, as trajetórias de luta e conquistas das mulheres rurais demonstram um avanço em termos de organização, elaboração e capacidade de incidência na orientação das políticas de Estado. Em um cenário de pouca produção nacional sobre economia feminista, destacam-se as pesquisas e publicações elaboradas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário que interpelam as estatísticas rurais e da economia solidária desde a perspectiva da economia feminista, em consonância com as demandas apresentadas pelos movimentos de mulheres. Mas cabe ressaltar que há um processo de permanente pressão e negociação entre os movimentos de mulheres rurais e o Estado, sobretudo porque suas demandas se referem também a transformações estruturais na realidade do campo, notadamente na disputa que existe entre o agronegócio e a agricultura familiar e camponesa.

De todo modo, esta incorporação da economia feminista como parte da política pública poderia servir de exemplo para o conjunto das políticas para as mulheres em âmbito municipal, estadual e federal. Isso porque há uma visão dominante que prioriza, nas políticas para as mulheres, o enfrentamento à violência e a participação política. Tais prioridades, seriam, contudo, potencializadas com uma política articulada em torno da autonomia econômica, orientada pela economia feminista. Partindo das elaborações das organizações do movimento feminista, sistematizadas nesta dissertação, tal política poderia se preocupar sobretudo em alterar o papel do Estado com a produção do viver, passando de um rol complementar das condições de vida que a família (e dentro dela as mulheres) assume, para um papel ativo na alteração das dinâmicas de distribuição de responsabilidades com o cuidado na sociedade, propondo um padrão igualitário.

A orientação redistributiva também se refere à renda, sobretudo com a ampliação da extensão e alcance da política de acesso a renda, mas tendo como referência o salário mínimo como direito de todas as pessoas. Se articulam a essas proposições as demandas pela ampliação da formalização do trabalho e pela redução da jornada de trabalho remunerado, pela ampliação da infraestrutura pública de apoio ao trabalho doméstico e de cuidados, especialmente a creche e educação infantil, mas também os equipamentos de atenção e cuidados dos idosos. Entre estas e outras políticas, destacam-se as políticas de emprego, de valorização do salário mínimo e a previdência universal, que incidem diretamente na distribuição de renda e na autonomia econômica das mulheres. Além destas proposições, presentes no âmbito do diálogo entre movimentos feministas e Estado, há uma agenda de pesquisa a ser desenvolvida, por exemplo, da análise feminista sobre o orçamento público e a política fiscal.

Por fim, vale destacar um aspecto central para a perspectiva feminista adotada neste trabalho. Desde a economia feminista, se questiona o viés mercantilizador da política econômica que prioriza o acesso as condições de sustentação da vida através do mercado e não como um direito garantido pelas políticas públicas.

Esta crítica se insere no questionamento mais geral à exacerbção da mercantilização da vida, presente na formulação das organizações selecionadas como exemplo nesta dissertação. A compreensão sobre as dinâmicas da mercantilização está diretamente relacionada à atualização do debate sobre o capitalismo patriarcal e suas manifestações contemporâneas. O desenvolvimento da economia feminista avançou no sentido de compreender a complexidade e interdependência das relações entre produção e reprodução, mas há uma lacuna importante a ser preenchida no sentido de integrar a crítica aos processos de mercantilização do corpo das mulheres como parte do sistema econômico, bem como a expansão da mercantilização aos territórios. Com relação a estes aspectos, que aparecem apenas tangencialmente na teoria econômica feminista, os movimentos, como a Marcha Mundial das Mulheres, alcançam maior profundidade de elaboração e análise integrada.

A crítica feminista à sociedade de mercado tem explicitado que há um retrocesso ideológico no que diz respeito à autonomia das mulheres sobre seu corpo, sendo visível a imbricação do capitalismo e do patriarcado neste processo. O corpo das mulheres constitui um campo em que se expressa a relação de dominação dos homens mais próximos a cada mulher, ao mesmo tempo em que cada vez mais a mesma relação de dominação se expressa no mercado.

Nesse contexto, se incrementa a mercantilização expressa no turismo sexual, no tráfico de mulheres e na indústria do sexo.

Como aponta Fraser (2009), a fragmentação da crítica feminista permitiu a incorporação seletiva de algumas das reivindicações centrais da segunda onda do feminismo, oxigenando o capitalismo de forma a legitimar sua forma neoliberal. Ainda que não tenha sido realizada nesta dissertação, limitada à uma leitura das contribuições do feminismo para a economia, a construção de uma visão feminista integral no sentido de apresentar um questionamento geral às atuais configurações do capitalismo patriarcal e seu avanço sobre os territórios e o corpo das mulheres, é o desafio estabelecido pelo feminismo que se orienta pela utopia de uma sociedade igualitária e libertária, bem como o desafio de elaboração de propostas alternativas coerentes e efetivas para a transição a esta sociedade desejada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Laís. “Oportunidades y nuevas experiencias de trabajo para la mujer en el contexto de la reestructuración productiva y de la integración regional”. Segundo Seminário Mulher e Mercosul. São Paulo, Unifem, 29-30 de abril, 1997.
- ALVAREZ, Sonia E.. “Um outro mundo (também feminista...) é possível: construindo espaços transnacionais e alternativas globais a partir dos movimentos”. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 11, n. 2, Dez.2003 .
- AMORÓS, Celia; MIGUEL, Ana de (Eds.). *Teoría feminista: de la ilustración a la globalización. De la ilustración al segundo sexo*. Madrid: Minerva, 2007.
- AMORÓS, Celia. *Mujeres e imaginarios de la globalización. Reflexiones para una agenda teórica global del feminismo*. Rosario: Homo Sapiens Ediciones, 2008.
- ARRIAGADA, Irma. “Cambios y desigualdad en las familias latinoamericanas”. *Revista de la Cepal*, 77. Santiago de Chile, 2002.
- ATTAC. *Mujeres contra la explotación: La resistencia femenina en un mundo globalizado*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2007.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BENERÍA, Lourdes. “Toward a greater integration of gender in Economics”. *World Development*, vol. 23 (11), 1995.
- BENERÍA, Lourdes. “Mercados globales, género y el *Hombre de Davos*”. In: CARRASCO, Cristina (Org.) *Mujeres y economía: Nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas*. Barcelona: Icaria, 1999.
- BENERÍA, Lourdes. “Crisis de los cuidados, migración internacional y políticas públicas”. In BORDERÍAS, Cristina; CARRASCO, Cristina; TORNS, Teresa (Eds.). *El trabajo de cuidados. Historia, teoría y políticas*. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2011.
- BERGER, Silvia. Desarrollo y economía feminista. *Umbrales* nov. 2008.
- BENHABIB, Seyla. “El otro generalizado y el otro concreto”. In: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla (orgs.) *Teoría Feminista y Teoría Crítica*. Valença: Ed. Alfons el Magnánim, 1990.

BOCCA, Pedro. Livre comercio dependente lutas sociais e a formação de um campo antineoliberal na América Latina. Dissertação de mestrado. PUC São Paulo, 2013.

BOIX, Montserrat; MIGUEL, Ana. Los géneros de la red: los ciberfeminismos. Disponível em <http://www.mujiresenred.net/IMG/pdf/ciberfeminismo-demiguel-boix.pdf>

BOSCH, Anna. *Mujeres que alimentan la vida. Selección de textos (1996-2008)*. Barcelona Icaria, Barcelona, 2010

BOSCH, Anna; CARRASCO, Cristina; GRAU, Elena. “Verde que te quiero violeta”. *IX Jornadas de Economía Crítica*, Barcelona, 2005.

BOSERUP, Esther. *Woman`s role in economic development*. Londres: George Allen e Unwin, 1970.

BRUSCHINI, Cristina. “Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado?” *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. São Paulo, v.23, n. 2, jul./dez. 2006.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. “A Bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo”. *Cadernos de Pesquisa*, n.110, p.67-104, jul. 2000.

BUTTO, Andrea. “Políticas para as mulheres rurais. Autonomia e Cidadania”. In BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (Orgs). *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

CAGATAY, Nilufer; ELSON, Diane; GROWN, Caren. “Introduction to Gender, Adjustment and Macroeconomics”, *World Development*, vol.23, Nº11, 1995.

CARRASCO, Cristina. “Sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres?”. In: FARIA, Nalu e NOBRE, Miriam (orgs.). *A produção do viver: ensaios de economia feminista*. São Paulo: SOF, 2003.

CARRASCO, Cristina. *La economía feminista: una apuesta por otra economía*. Barcelona, 2006. Disponível em: <http://www.seminariovirtual.com.ar/seminario2010-2/documentos/Carrasco-recomendadoAlmaEspino.pdf>

CARRASCO, Cristina. "Por uma economia não androcêntrica: debates e propostas a partir da economia feminista". In: SILVEIRA, Maria Lúcia; TITO, Neuza (Orgs). *Trabalho doméstico e de cuidados: por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana*. São Paulo: SOF, 2008.

CARRASCO, Cristina. “El tiempo y el trabajo desde la experiencia femenina”. In: *La economía invisible y las desigualdades de género*. Organización Panamericana de Salud, 2008.

CARRASCO, Cristina. “O paradoxo do cuidado: necessário, porém invisível”. In: JACOME, Márcia; VILLELA, Shirley (Orgs). *Orçamentos sensíveis ao gênero: conceitos*. Brasília: ONU Mulheres, 2012.

CARRASCO, Cristina; TELLO, Enric. “Apuntes para una vida sostenible”. In MATEO, Maria Freixanet. *Sostenibilitats. Polítiques públiques des del feminisme i l'ecologisme*. Barcelona: ICPS, 2011.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHANG, Há-Joon. *23 things they don't tell you about capitalism*. New York: Bllomsbury Press, 2010.

COBO, Rosa. “El género en las ciencias sociales”, en *Cuadernos de Trabajo Social*, vol. XVIII, Universidad Complutense de Madrid, 2005.

CODAS, Gustavo. “Economia neoclássica e economia marxista: dois campos teóricos e possibilidades das análises de gênero”. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. *Economia Feminista*. São Paulo: SOF, 2002.

CONWAY, Janet. A problemática do feminismo transnacional: discutindo o futuro do feminismo no Fórum Social Mundial, 2007.

COWAN, Ruth. “La 'revolución industrial' en el hogar: tecnología doméstica y cambio social en el siglo XX”. In BORDERÍAS, Cristina; CARRASCO, Cristina; TORNS, Teresa (Eds.). *El trabajo de cuidados. História, teoría y políticas*. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2011.

DALY, Mary; LEWIS, Jane. “El concepto de 'social care' y el análisis de los Estados de Bienestar contemporáneos”. In BORDERÍAS, Cristina; CARRASCO, Cristina; TORNS, Teresa (Eds.). *El trabajo de cuidados. História, teoría y políticas*. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2011.

DEDECCA, Cláudio. “Tempo, trabalho e gênero”. In: Costa, Ana A.; Oliveira, Eleonora M. de; Lima, Maria E. B de.; SOARES, Vera (orgs). *Reconfiguração das relações de gênero no trabalho*. São Paulo: CUT, Brasil, 2004.

DELPHY, Christine. *L'ennemi principal. L'economie politique du patriarcat*. Paris: Éditions Syllepse, 2009.

DÍAZ, Carmen. “La Red Latinoamericana de Mujeres Transformando la Economía: construir puentes entre la justicia económica y la equidad de género”. *La Ventana*, 2007, n. 26.

DRAIBE, Sonia; RIESCO, Manuel Riesco. “Estados de Bem-Estar Social e estratégias de desenvolvimento na América Latina. Um novo desenvolvimentismo em gestação?” *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, n27, mai/ago 2011, p. 220-254.

DROUIN, Jean-Claude. *Os grandes economistas*. São Paulo: Martins, 2008.

ELSON, Diane. “People, development and international financial institutions: an interpretation of the Bretton Woods system”. *Review of African Political Economy* vol. 21 num. 62, 1994.

ELSON, Diane. Social policy and Macroeconomic Performance. Integrating “the economic” and “the Social”. Genebra: UNRISD, 2002.

ELSON, Diane; CAGATAY, Nilufer. “The social content of macroeconomic policies”. *World Development*, v. 28, n. 7, p. 1347-1364, 2000.

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. *Fundamentos sociales de las economías postindustriales*. Barcelona: Ariel, 2000.

ESQUIVEL, Valeria. *La Economía del Cuidado en América Latina: poniendo a los cuidados en el centro de la agenda*. El Salvador: PNUD, 2011.

ESQUIVEL, Valeria. “Sixteen years after Beijing: what are the new policy agenda for time-use data collection?” *Feminist Economics* 17(4), 2011b.

FARIA, Nalu. “O feminismo latino-americano e caribenho: perspectivas diante do neoliberalismo”. In: FARIA, Nalu; POULIN, Richard. *Desafios do livre mercado para o feminismo*. São Paulo: SOF, 2005.

FARIA, Nalu. “Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural”. In: BUTTO, Andréa (Org.) *Estatísticas rurais e a economia feminista*. Brasília: MDA, 2009.

FARIA, Nalu; MORENO, Renata. “A trajetória das mulheres na luta contra o livre-comércio e pela construção de alternativas”. In: SILVEIRA, Maria Lucia; TITO, Neuza (orgs) *Trabalho doméstico e de cuidados: por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana*. São Paulo: SOF, 2008.

FARIA, Nalu; MORENO, Renata. *Feminismo e Integração da América Latina e do Caribe*. São Paulo: SOF, 2007.

FARIA, Nalu; MORENO, Renata (Orgs). *Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres*. São Paulo: SOF, 2010.

FARIA, Nalu; MORENO, Renata. “Apresentação”. In CARRASCO, Cristina. *Estatísticas sob suspeita: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres*. São Paulo: SOF, 2012.

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. “Feminismo em movimento: temas e processos organizativos da Marcha Mundial das Mulheres no Fórum Social Mundial”. *Estudos Feministas*, v. 11, n. 2, p. 623-632, 2003.

FERBER, Marianne; NELSON, Julie. *Mas allá del hombre económico*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2004.

FOLBRE, Nancy. “Medir los cuidados: género, empoderamiento y la economía de los cuidados”. In BORDERÍAS, Cristina; CARRASCO, Cristina; TORNS, Teresa (Eds.). *El trabajo de cuidados. História, teoría y políticas*. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2011.

FOLBRE, Nancy; HARTMANN, Heidi. “La retórica del interés personal. Ideología y género en la teoría económica”. CARRASCO, Cristina (Org.) *Mujeres y economía: Nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas*. Barcelona: Icaria, 1999.

FOUGEYROLLS-SCHWEBEL, Dominique. “Movimentos feministas”. In: HIRATA, Helena; LABOIRE, Françoise et alii. *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FRASER, Nancy. “O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história”. *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, v. 14, n. 2, p. 11-33, 2009.

FREITAS, Tais. *Entre o tempo da produção econômica e o da reprodução social: a vida das teleoperadoras*. Dissertação de mestrado. Unicamp, 2010.

FREITAS, Tais; MORENO, Renata. “A centralidade da autonomia econômica para as mulheres”. In SOF. *Perspectivas Feministas para a igualdade e autonomia das mulheres*. São Paulo: SOF, 2012.

GÁLVEZ, Lina. “Una lectura feminista del austericidio”. *Revista de Economía Crítica*, nº15, primeiro semestre 2013.

- GARDINER, Jean. “Los padres fundadores”. In: CARRASCO, Cristina (Org.) *Mujeres y economía: Nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas*. Barcelona: Icaria, 1999.
- GEORGES, Isabel. “A perspectiva da cadeia: as relações de terceirização no trabalho de telemarketing”. In: GUIMARÃES, Nády Araújo; LEITE, Márcia de Paula (coords.). *Gestão local, empregabilidade e equidade de gênero e raça: um experimento de políticas públicas no ABC*. Projeto FAPESP, 2003, p.502-532
- GIOVANNI, Julia. *Agricultura na sociedade de mercado – as mulheres dizem não à tirania do livre comércio*. São Paulo: SOF, 2006.
- GLUCKSMANN, Miriam. “Rumo a uma sociologia econômica do trabalho do care: comparando configurações em quatro países europeus”. In HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya. *Cuidado e cuidadoras. As várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Atlas, 2012.
- GODINHO, Maria do Carmo. *Estrutura de governo e ação política feminista: a experiência do PT na prefeitura de São Paulo*. Tese de doutorado. PUC–SP, 2007.
- GODINHO, Tatau. “Feminismo, prática política e luta social”. In: JORGE, Flavio; PAPA, Fernanda. *O feminismo é uma prática: reflexões com mulheres jovens do PT*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2008.
- HARDT, Michael. “O trabalho afetivo”. In PELBART e COSTA (org.). *O reencantamento do concreto*. Hucitec-Educ, São Paulo, 2003.
- HERRERO, Yayo. “Propuestas ecofeministas para un sistema cargado de deudas. *Revista de economía crítica*”, n. 13, p. 30-54, 2012.
- HEINEN, Jacqueline. *De la 1ª a la 3ª internacional: la cuestión de la mujer*. Barcelona: Fontamara, 1978.
- HIMMELWEIT, Susan. *Inside the household: from labor to care*. Londres: MacMillan Press, 2000.
- HIMMELWEIT, Susan. “El descubrimiento del 'trabajo no remunerado': consecuencias sociales de la expansión del término 'trabajo’”. In BORDERÍAS, Cristina; CARRASCO, Cristina; TORNS, Teresa (Eds.). *El trabajo de cuidados. Historia, teoría y políticas*. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2011.

HIRATA, Helena. “Por quem os sinos dobram?” In: EMÍLIO, Marli; TEIXEIRA, Marilane; NOBRE, Miriam; GODINHO, Tatau (orgs). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres – Desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher/ Prefeitura Municipal de São Paulo, 2003.

HIRATA, Helena. “A precarização e a Divisão Internacional e Sexual do Trabalho”. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, n 21, jan./jun. 2009.

HIRATA, Helena. “Teorias e práticas do care: estado sucinto da arte, dados de pesquisa e pontos em debate”. In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata. *Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres*. Coleção Cadernos Sempreviva. São Paulo: SOF, 2010.

HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya. *Cuidado e cuidadoras. As várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Atlas, 2012.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. “Novas configurações da divisão sexual do trabalho”. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, 2007.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. “Os paradigmas sociológicos à luz da categoria de gênero: qual a renovação da epistemologia do trabalho?”. In BAÇAL, S. (org) *Trabalho, educação, empregabilidade e gênero*. Manaus: EDUA, 2009.

HIRATA, Helena; LABOIRE, Françoise et alii. *Diccionario crítico feminista*, Madrid: Síntesis, 2002.

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. “O conceito de trabalho”. In: EMÍLIO, Marli; TEIXEIRA, Marilane; NOBRE, Miriam; GODINHO, Tatau (orgs). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres – Desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher/ Prefeitura Municipal de São Paulo, 2003.

HOCHSCHILD, Arlie. *La mercantilización de la vida íntima*. Madrid: Katz, 2008.

IZQUIERDO, María Jesús. *El malestar en la desigualdad*, Barcelona: Cátedra, 1998.

IZQUIERDO, María Jesús. “Del sexismo y la mercantilización del cuidado a su socialización: Hacia una política democrática del cuidado”. *Cuidar cuesta: costes y beneficios del cuidado*, 2003.

KERGOAT, Daniele. “Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho”. In: LOPES, Marta et al. *Gênero e saúde*. São Paulo: Ed. Artes Médicas, 1996.

KERGOAT, Daniele. “Divisão Sexual do Trabalho”. In: HIRATA, Helena et al. *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

KERGOAT, Danièle. “Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais”. *Novos estudos - CEBRAP*, São Paulo, n. 86, Mar. 2010.

KITTAY, Eva. *Love's labor. Essays on Women, Equality and Dependency*. Londres: Routledge, 1999.

LEE, Frederic S. “Heterodox Economics and its Critics”. *Review of Political Economy*, 24 (2), 337-51, 2012.

LEÓN, Magdalena. “Mulheres Transformando a Economia”. In: KOINONIA. *Agenda Latino-Americana 2008*. Rio de Janeiro: Koinonia, 2008.

LEÓN, Magdalena. *Mujeres contra el Alca*. Quito: ALAI, 2002. Disponível em: <http://alainet.org/active/2831&lang=es>

LEÓN, Magdalena. “Uma visão feminista sobre a economia e a globalização”. In: SOF. *Ação das mulheres contra o jogo da OMC*. São Paulo: SOF, 2003.

LOPES, Bárbara; PELATIERI, Patrícia. “Previdência e mulheres: a reprodução da desigualdade de gênero do trabalho”. In: SOF. *Perspectivas feministas para a igualdade e autonomia das mulheres*. São Paulo: SOF, 2012.

MACEDO, Márcia. “Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetórias de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza”. *Caderno CRH*, v. 21, n. 53, 2008.

MARQUES, Léa; MORENO, Renata. “A luta por creches e a autonomia das mulheres”. In: SOF. *Perspectivas feministas para a igualdade e autonomia das mulheres*. São Paulo: SOF, 2012.

MATTHAEI, Julie. “Por que os/as economistas feministas/marxistas/anti-racistas devem ser economistas-feministas-marxistas-anti-racistas”. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. *Economia Feminista*. São Paulo: SOF, 2002.

MEARS, Rona. “The impact of globalization on women and work in Americas”. Women’s Rights Committee (XX), Inter-American Bar Association Conference XXXII, Quito, 12-17 nov., 1995.

MESTRUM, Francine. “Las organizaciones internacionales y la lucha contra la pobreza”. In: REMTE. *Mujeres y Cambio: construir alternativas en la lucha*. São Paulo, 2006.

MIGUEL, Ana de. *Feminismo ontem e hoje*. Lisboa: Ela por Ela. 2002.

- MITTER, Swasti; ROWBOTHAN, Sheila (Orgs). *Women Encounter Technology: Changing Patterns of Employment in the Third World*. Routledge/United Nations University, 1995.
- NOBRE, Miriam. “Introdução à economia feminista”. FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. *Economia Feminista*. São Paulo: SOF, 2002.
- NUSSBAUM, Martha *Women and Human Development. The Capabilities Approach.*, Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- OKIN, Susan. “O gênero, o público e o privado”. Florianópolis: *Revista Estudos Feministas*, maio-agosto/2008.
- OLIVEIRA, Orlandina; GARCÍA, Brígida. “Mujeres jefas de hogar y su dinámica familiar”. *Congreso da Associação Latino-americana de População*. Caxambu, 2004.
- ORLOFF, Ann Shola. “Gender and the Social Rights of Citizenship: The Comparative Analysis of Gender Relations and Welfare States”. *American Sociological Review* Vol. 58, n. 3. 1993.
- PARADIS, Clarisse. “Os desafios do bem-estar na América Latina, as políticas de igualdade de gênero e as respostas governamentais para a crise do cuidado”. Trabalho apresentado no VI Congresso Latino-americano de Ciência Política. ALACIP. Quito, 2012.
- PATEMAN, Carole. *El contrato sexual*. Barcelona: Anthropos, 1995.
- PATEMAN, Carole. *The disorder of Women: democracy, Feminism and Political Theory*. Stanford: Stanford University Press. 1989.
- PÉREZ, Amaia Orozco. “Ameaça Tormenta: a crise dos cuidados e a reorganização do sistema econômico”. In FARIA, Nalu; MORENO, Renata (Orgs.). *Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia*. São Paulo: SOF, 2012.
- PÉREZ, Amaia Orozco. *Cadenas globales de cuidado*. Santo Domingo: INSTRAW, 2007.
- PÉREZ, Amaia Orozco. *Perspectivas feministas en torno a la economía: el caso de los cuidados*. Madrid: Consejo Económico y Social, 2006.
- PICCHIO, Antonella. *Social Reproduction: The Political Economy of the Labour Market*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- PICCHIO, Antonella. “Visibilidad analítica y política del trabajo de reproducción social. In: CARRASCO, Cristina (Org.) *Mujeres y economía: Nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas*. Barcelona: Icaria, 1999.

- PICCHIO, Antonella. “Un enfoque macroeconómico ‘ampliado’ de las condiciones de vida”. In: Carrasco, C. (org.). *Tiempos, trabajos y género*. Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona, 2001.
- PICCHIO, Antonella. “La economía política y la investigación sobre las condiciones de vida”. In: CÉSPEDES, Gemma; RICO, Maribel. *Por una economía sobre la vida*. Barcelona: Icaria, 2005.
- PICCHIO, Antonella. “La reproducción social y la estructura básica del mercado laboral”. In: BORDERÍAS, Cristina; CARRASCO, Cristina; TORNS, Teresa (Eds.). *El trabajo de cuidados. Historia, teoría y políticas*. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2011.
- PICCHIO, Antonella. “Condições de vida: perspectivas, análise econômica e políticas públicas”. In: JACOME, Márcia; VILLELA, Shirley (Orgs). *Orçamentos sensíveis ao gênero: conceitos*. Brasília: ONU Mulheres, 2012.
- PNAD 2009: primeiros resultados. Situação da educação brasileira: avanços e problemas. Comunicado do IPEA. Brasília, 18 novembro 2010.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- PUJOL, Michele. *Feminism and anti-feminism in early economic thought*. Vermont: Edward Elgar, 1992.
- PULEO, Alicia. *Ecofeminismo para otro mundo posible*. Barcelona: Cátedra, 2011.
- REGO, Walquiria; PINZANI, Alessandro. *Vozes do Bolsa Família. Autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- RE, Alicia del. “El Estado del Bienestar, las mujeres y las políticas sociales en el seno de la UE”. In: VILLOTA, Paloma. *Las mujeres y la ciudadanía em el umbral del siglo XXI*. Madrid: Complutense, 1998.
- RODRIGUEZ, Corina. “Programas de transferencias condicionadas de ingreso e igualdad de género ¿Por dónde anda América Latina?” *Serie Mujer y Desarrollo*. Santiago de Chile: CEPAL, noviembre 2011.
- RODRIGUEZ, Corina. “La cuestión del cuidado: ¿El eslabón perdido del análisis económico?” *Revista CEPAL* N° 106, Abril 2012.

- RODRIGUEZ, Corina. “Análise econômica para a igualdade: a contribuição da economia feminista”. In: JACOME, Márcia; VILLELA, Shirley (Orgs). *Orçamentos sensíveis ao gênero: conceitos*. Brasília: ONU Mulheres, 2012b.
- SASSEN, Saskia. “Towards a Sociology of Information Technology”. *Current Sociology*, Vol. 50(3). London: Sage Publications, 2002.
- SASSEN, Saskia. *Contra geografías de la globalización. Género y ciudadanía en los circuitos transfronterizos*. Traficantes de Sueños, 2003.
- SILIPRANDI, Emma. “Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar”. *Pensamiento iberoamericano*, n. 9, 2011.
- SILVA, Berenice. *A marcha das margaridas: resistências e permanências*. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília. Brasília, 2008.
- SILVEIRA, Maria Lúcia. “A mercantilização do corpo e da vida das mulheres: Alinhavando reflexões”. In: FREITAS, Taís; SILVEIRA, Maria Lúcia. *Trabalho, corpo e vida das mulheres: crítica à sociedade de mercado*. São Paulo: SOF, 2007.
- SILVEIRA, Maria Lúcia; TITO, Neuza. *Trabalho doméstico e de cuidados: por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana*. São Paulo: SOF, 2008.
- SORJ, Bila; FONTES, Adriana. “O care como um regime estratificado: implicações de gênero e classe social”. In: HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya. *Cuidado e cuidadoras. As várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Atlas, 2012.
- TEIXEIRA, Marilane. “Sistema de indicadores de gênero: instrumento para conhecer e reconhecer a experiência das mulheres”. In: CARRASCO, Cristina. *Estatísticas sob suspeita. Proposta de novos indicadores com base na experiência feminina*. São Paulo: SOF, 2012.
- TRONTO, Joan. *Moral boundaries: a political argument for an ethic of care*. Nova Iorque: Routledge, 1993.
- ZABALA, Idoe. “Un viaje a través del tiempo: 30 años de pensamiento económico feminista en torno al desarrollo”. In: CARRASCO, Cristina (Org.) *Mujeres y economía: Nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas*. Barcelona: Icaria, 1999.

Documentos consultados:

Foro Mujeres. Foro internacional: Derechos de las mujeres en los tratados comerciales. Mujeres Hacia Cancún. 2001.

Nyeleni. Declaração do Forum Nyeleni de Soberania Alimentar. Mali, 2007.

MARGARIDAS. Caderno de formação da Marcha das Margaridas, 2011.

MMM. 1998-2008. Una década de lucha feminista internacional. 2008.

MMM. Plataforma de Ação. Marcha Mundial das Mulheres – Brasil. 3 ação internacional, 2010.

MMM. Campanha pela valorização do Salário Mínimo. Marcha Mundial das Mulheres na luta contra a pobreza entre as mulheres. São Paulo, 2003.

REMTE et al. Mujeres de las Américas Presentes em Mar del Plata. Folheto distribuído pela REMTE, Marcha Mundial das Mulheres e Via Campesina na Cúpula dos Povos, em Mar del Plata, 2005.

REMTE et al. Mujeres construyendo alternativas hacia outra Integración. Folheto distribuído pela REMTE, Marcha Mundial das Mulheres e Via Campesina na Cumbre Social dos Povos, em Cochabamba, 2006.

REMTE. Documento interno sobre os acúmulos das mulheres na luta contra a ALCA e o livre comércio. 2008.